



UNIPAR CARBOCLORO S.A.

CNPJ/ME nº 33.958.695/0001-78

NIRE 35.300.454.758

Companhia Aberta

SUMÁRIO

CONVITE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

1. PROCEDIMENTOS INERENTES À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
 - 1.1. Instalação, Convocação e Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária
 - 1.2. Participação Presencial e Representação na Assembleia Geral Ordinária
 - 1.3. Participação via Boletim de Voto à Distância na Assembleia Geral Ordinária
2. MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
 - 2.1. Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das Notas Explicativas, do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria
 - 2.2. Destinação do lucro líquido
 - 2.3. Fixação do número de membros efetivos do Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2022, e eleição dos membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia
 - 2.3.1. Introdução aos processos de votação
 - 2.3.2. Número de membros efetivos proposto para o Conselho de Administração
 - 2.3.3. Votação majoritária
 - 2.3.3. Votação em separado
 - 2.3.4. Voto múltiplo
 - 2.3.5. Cumulação do processo de voto múltiplo com a votação em separado
 - 2.4. Eleição, dentre os membros do Conselho de Administração a serem eleitos, do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia
 - 2.5. Instalação, se requerida, e fixação do número de membros efetivos do Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2021, e eleição dos membros efetivos, e seus respectivos suplentes, do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 29 do Estatuto Social da Companhia

2.6. Ratificação da remuneração global e anual dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2020

Anexo I – Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das Notas Explicativas, do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria.

Anexo II – Comentários dos Diretores da Companhia, conforme informações apresentadas nos itens 10.1 a 10.9 do Formulário de Referência, nos termos do artigo 9º, inciso III, da ICVM 481/09.

Anexo III – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, contendo, no mínimo, as informações indicadas no Anexo 9-1-II da ICVM 481/09, nos termos do artigo 9º, parágrafo único, inciso II, da ICVM 481/09.

Anexo IV – Informações dos candidatos para ocupar os cargos de membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia, conforme informações apresentadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, nos termos do artigo 10, inciso I, da ICVM 481/09.

Anexo V – Proposta de remuneração dos administradores e membros do Conselho Fiscal, conforme item 13 do Formulário de Referência, nos termos do artigo 12, inciso II, da ICVM 481/09.

CONVITE

Senhores Acionistas,

É com muita satisfação que convidamos V.Sas. a participarem da Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) da UNIPAR CARBOCLORO S.A. (“Unipar” ou “Companhia”), a ser realizada, em primeira convocação, 30 de julho de 2020, às 13h, no edifício da sede social da Companhia, localizado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1327, CEP 04543- 011, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Diante da atual crise sanitária, a Companhia incentiva que os acionistas participem por meio do boletim de voto à distância, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada.

Não obstante a recomendação do uso do boletim de voto à distância, a Companhia ressalta que adotará medidas de prevenção de disseminação do COVID-19 no ambiente onde será realizada a AGO, conforme protocolos das autoridades públicas e sanitárias aplicáveis na data da AGO. Tais protocolos, podem incluir, mas não se limitam a, a medição de temperatura dos participantes antes do seu ingresso no recinto, a utilização de máscaras de proteção e a disponibilização de álcool em gel para higienização.

As matérias a serem deliberadas na AGO estão descritas no Edital de Convocação e nesta Proposta da AGO (“Proposta da Administração”).

Todas as informações e os documentos referidos na presente Proposta da Administração exigidos pela lei e na regulamentação aplicável encontram-se à disposição dos acionistas, no edifício da sede social da Companhia, acima informado, assim como na página da rede mundial de computadores nos *websites* da Companhia (<http://www.uniparcarbocloro.com.br/ri>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”) (www.b3.com.br).

A Companhia elaborou a presente Proposta da Administração em atendimento às boas práticas de governança corporativa e transparência, visando orientar e esclarecer aos seus acionistas sobre as matérias a serem deliberadas, colocando à sua disposição a Gerência de Relações com Investidores para eventuais esclarecimentos que se façam necessários, por meio do e- mail ri@unipar.com.



UNIPAR CARBOCLORO S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 33.958.695/0001-78

NIRE 35.300.454.758

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convocamos os Srs. Acionistas da Unipar Carbocloro S.A. (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada, em primeira convocação, às 13h, do dia 30 de julho de 2020, no edifício da sede social da Companhia, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1327, CEP: 04543-011, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar acerca das seguintes matérias, objeto da ordem do dia:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria;
- (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ratificar a distribuição de dividendos;
- (iii) deliberar sobre a proposta de fixação do número de membros efetivos do Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2022, e sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia;
- (iv) deliberar sobre a eleição, dentre os membros do Conselho de Administração a serem eleitos, do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; e
- (v) ratificar a remuneração global e anual dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2020.

Informações gerais:

1. **Documentos à disposição dos acionistas.** Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima e necessários ao exercício do direito de voto dos acionistas encontram-se à disposição na sede e no *website* da Companhia (<http://www.uniparcarbocloro.com.br/ri>), bem como nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão (<http://www.b3.com.br>), conforme previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), e na Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009,

conforme alterada (“ICVM 481/09”). O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das Notas Explicativas, do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria foram publicados, em 14 de março de 2020, no “Diário Oficial do Estado de São Paulo”, páginas 39 a 48, e no jornal “Diário Comercial”, páginas 13 a 17.

2. **Voto múltiplo.** Nos termos do artigo 141 da Lei das S.A. combinado com o artigo 1º da Instrução da CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada, é facultado a acionistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das ações com direito a voto requerer a adoção do processo de voto múltiplo, devendo tal faculdade ser exercida pelos acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes da AGO, incluindo, para este fim, por meio da indicação de voto no boletim de voto à distância.

3. **Eleição em separado.** Os acionistas que votarem ou participarem da AGO, via boletim de voto à distância ou via sistema eletrônico, e desejarem solicitar e/ou votar em eleição em separado para o Conselho de Administração da Companhia, devem encaminhar diretamente à Companhia, por meio do e-mail ri@unipar.com, extrato de participação acionária ininterrupta nos termos do artigo 141, § 6º, da Lei das S.A.

4. **Participação dos acionistas na AGO.** Poderão participar da AGO ora convocada os acionistas detentores de ações emitidas pela Companhia, (i) pessoalmente, (ii) por meio de seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração; ou (iii) por meio de envio de boletim de voto à distância, conforme abaixo indicado.

5. **Participação Presencial e Representação.** No caso de acionistas que optarem por participar presencialmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme aplicável, além dos procedimentos e requisitos previstos em lei, também, deverão observar os seguintes requisitos formais de participação previstos no artigo 15 do Estatuto Social da Companhia: (a) documento de identidade com foto; (b) o comprovante da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, emitido, no máximo, 2 (dois) dias antes da AGO; e, se for o caso, (c) instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das S.A.

Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimentos deverão enviar à Companhia: (a) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente na AGO, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador; (b) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça à AGO ou a quem tenha outorgado a procuração; e (c) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos no item “b” deste parágrafo, a ele relativos.

Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGO, a Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta AGO, dispensará a necessidade de depósito das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas, relacionados acima, na sede da Companhia, bem como o

reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista e a notariação, a consularização, o apostilamento dos instrumentos de procuração. Bastará o envio de cópia simples de tais documentos ao endereço eletrônico ri@unipar.com, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas a contar da hora marcada para a realização da AGO. As procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico deverão ter sido assinadas digitalmente mediante certificação digital.

Caso o acionista não tenha depositado o instrumento de mandato e os documentos de representação no prazo estabelecido, seus representantes ou procuradores poderão participar da AGO, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes, conforme o disposto no § 2º do artigo 5º da ICVM 481/09.

6. **Participação via Boletim de Voto à Distância.** Nos termos da ICVM 481/09, a Companhia adotará o sistema de votação a distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto à distância, conforme modelo disponibilizado no *website* da Companhia, (i) por meio de seus respectivos agentes de custódia, (ii) via a instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., ou, (iii) diretamente à Companhia. Para informações adicionais acerca do exercício do direito de voto à distância, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na ICVM 481/09, bem como as orientações e prazos constantes do próprio boletim de voto, na Proposta da Administração.

Diante da atual crise sanitária, a Companhia incentiva que os acionistas participem por meio do boletim de voto à distância, nos termos da ICVM 481/09.

Não obstante a recomendação do uso do boletim de voto à distância, a Companhia ressalta que adotará medidas de prevenção de disseminação do COVID-19 no ambiente onde será realizada a AGO, conforme protocolos das autoridades públicas e sanitárias aplicáveis na data da AGO. Tais protocolos, podem incluir, mas não se limitam a, a medição de temperatura dos participantes antes do seu ingresso no recinto, a utilização de máscaras de proteção e a disponibilização de álcool em gel para higienização.

São Paulo, 26 de junho de 2020.

FRANK GEYER ABUBAKIR

Presidente do Conselho de Administração

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

1. PROCEDIMENTOS INERENTES À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A fim de facilitar a compreensão e a participação dos Senhores Acionistas à AGO ora convocada, a Unipar Carbocloro S.A. (“Companhia” ou “Unipar”) discorre, a seguir, sobre algumas informações relevantes referentes aos procedimentos de instalação, convocação, participação e representação do conclave.

Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 481/09”), todas as informações e documentos necessários à instrução do direito de voto dos acionistas encontram-se disponíveis, nesta data, na sede social da Companhia e na página da rede mundial de computadores nos *websites* da Companhia (www.uniparcarbocloro.com.br/ri), da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”) (www.b3.com.br).

1.1. Instalação, Convocação e Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária

Para a instalação da AGO, em primeira convocação, será necessária a presença de acionistas que representem 1/4 (um quarto) do capital com direito a voto da Companhia. Caso este quórum não seja alcançado, haverá uma segunda convocação para a AGO, em data a ser oportunamente definida.

Nos termos do artigo 124 da Lei das S.A., a AGO será convocada por edital a ser publicado nos dias 27 e 30 de junho de 2020 e 01 de julho de 2020, nos jornais: “Diário Oficial Empresarial do Estado de São Paulo” e “Diário Comercial”, sendo também disponibilizado no *website* da Companhia.

As matérias a serem deliberadas na AGO ora convocada são:

- (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria;
- (b) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ratificar a distribuição de dividendos;
- (c) deliberar sobre a proposta de fixação do número de membros efetivos do Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2022, e sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia;
- (d) deliberar sobre a eleição, dentre os membros do Conselho de Administração a serem eleitos, do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; e
- (e) ratificar a remuneração global e anual dos administradores para o exercício social de 2020.

1.2. Participação Presencial e Representação na Assembleia Geral Ordinária

O acionista poderá participar da AGO (i) pessoalmente, ou (ii) por meio de procurador devidamente constituído, observado o disposto no artigo 126 da Lei das S.A.

No caso acionistas que optarem por participar presencialmente ou por meio de procurador, além dos procedimentos e requisitos previstos em lei, também deverão ser observados os seguintes requisitos formais de participação, conforme previsto no artigo 15 do Estatuto Social da Companhia: (a) documento de identidade com foto; (b) o comprovante da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, emitido, no máximo, 2 (dois) dias antes da AGO; e, se for o caso, (c) instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das S.A.

Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimentos deverão enviar à Companhia: (a) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente na AGO, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador; (b) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça à AGO ou a quem tenha outorgado a procuração; e (c) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos no item “b” deste parágrafo, a ele relativos.

Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGO, a Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta AGO, dispensará a necessidade de depósito das vias físicas dos documentos relacionados acima na sede da Companhia bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista e a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada do instrumento de procuração. Bastará o envio de cópia simples de tais documentos ao endereço eletrônico ri@unipar.com, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas a contar da hora marcada para a realização da AGO. A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico assinadas digitalmente por meio de certificação digital.

Caso o acionista não tenha depositado o instrumento de mandato e os documentos de representação no prazo estabelecido, seus representantes ou procuradores poderão participar da AGO, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes, conforme o disposto no § 2º do artigo 5º da ICVM 481/09.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

Conforme entendimento do Colegiado da CVM em reunião realizada em 4 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ 2014/3578), os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados na AGO por meio de seus representantes legais ou por meio de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade representada e conforme as regras do Código Civil ou da Lei das S.A., a depender do tipo societário do acionista, não sendo necessário que o mandatário seja acionista, administrador da Companhia ou advogado.

1.3. Participação via Boletim de Voto à Distância na Assembleia Geral Ordinária

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a ser obrigada a adotar o procedimento de voto à distância diante da realização de determinadas assembleias gerais, nos termos do artigo 11, inciso III da Instrução da CVM nº 561, de 07 de abril de 2015, conforme alterada (“[ICVM 561/15](#)”).

O boletim de voto à distância (“Boletim”) será disponibilizado oportunamente nos termos da regulamentação em vigor, não fazendo parte da presente Proposta da Administração.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto por meio do Boletim, deverá fazê-lo por uma das seguintes opções:

- (i) transmitir as instruções de preenchimento a qualquer dos Agentes (conforme abaixo indicados);
ou
- (ii) preencher e enviar este Boletim diretamente à Companhia.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio dos Agentes (conforme abaixo definidos) deverá (1) transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia (“Agente de Custódia”) ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia (“Agente Escriturador”, e, em conjunto com o Agente de Custódia, “Agentes”), conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, e (2) observar eventuais regras determinadas pelos Agentes.

Caso o acionista escolha transmitir suas instruções de voto por meio do seu Agente de Custódia, deverá observar as regras adotadas pelo seu subcustodiante, que deverá encaminhar as suas manifestações de voto à central depositária da B3. Os acionistas devem entrar em contato com seu respectivo Agente de Custódia ou Agente Escriturador para verificarem os procedimentos a serem adotados.

A instituição contratada pela Companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários é a Itaú Corretora de Valores S.A., devendo o acionista direcionar seu Boletim para o endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, CEP: 04538-132, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e/ou enviá-lo para o e-mail atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br, ou ainda pelo website <https://www.itau.com.br/investmentservices/assembleia-digital/>.

Para votar pelo website é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no website <https://www.itau.com.br/investmentservices/assembleia-digital/>. O telefone para atendimento aos acionistas é (11) 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 720 9285 (demais localidades). O horário de atendimento é realizado exclusivamente em dias úteis, das 9h às 18h.

O acionista que optar por enviar o Boletim diretamente à Companhia deverá encaminhar para o e-mail ri@unipar.com, e/ou para o endereço da sede da Companhia, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.327, 22º andar, CEP 04543-011, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, aos cuidados da Gerência de Relações com Investidores, com o assunto “Boletim de Voto a Distância”, e com solicitação de confirmação de recebimento:

- (i) Boletim devidamente preenchido, rubricado e assinado (sendo possível assinatura por certificado digital);
- (ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária, com a quantidade de ações que consta como titular, observado, caso aplicável, a necessidade de comprovação do disposto no artigo 141, § 6º, da Lei das S.A.; e
- (iii) cópia simples dos seguintes documentos, conforme a seguir:
 - (1) Se acionista pessoa física:
 - (A) documento de identidade, com foto, e CPF do acionista (e, em caso de procurador, instrumento de mandato, além de tais documentos do próprio procurador).

(2) Se acionista pessoa jurídica:

- (A)** documento de identidade, com foto, e CPF do(s) representante(s) legal(is) e, em caso de procurador, instrumento de mandato, além de tais documentos do próprio procurador; e
- (B)** último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista.

(3) Se acionista constituído sob a forma de fundo de investimento:

- (A)** documento de identidade, com foto, e CPF do(s) representante(s) legal(is) e, em caso de procurador, instrumento de mandato, além de tais documentos do próprio procurador;
- (B)** último regulamento consolidado do fundo; e
- (C)** estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação.

A excepcionalidade dos termos e condições acima descritos no item “1.2.” acima da presente Proposta da Administração, referentes ao reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, à notariação, à consularização, ao apostilamento e à tradução juramentada do instrumento de procuração, aplicam-se, também, aos documentos que deverão ser apresentados aos acionistas que desejarem votar por meio do Boletim. A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico assinadas digitalmente por meio de certificação digital.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

Para que o Boletim seja considerado válido e por consequência os votos sejam contabilizados na AGO: **(1)** todos os campos deverão ser devidamente preenchidos, conforme aplicável; **(2)** todas as suas páginas deverão ser rubricadas pelo acionista ou por seu(s) representante(s) legal(is); e **(3)** ao final, o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso, deverá(ão) assiná-lo.

Além disso, os acionistas poderão solicitar a inclusão de candidatos no Boletim, que deverá ser enviada, por escrito, aos cuidados da Gerência de Relações com Investidores, para o e-mail ri@unipar.com com o assunto “Indicação de Candidatos”, observando-se o disposto nos artigos 21-L e 21-M da ICVM 481/09.

Será admitido o Boletim que for recebido pelos Agentes e/ou pela Companhia no prazo de até 7 (sete) dias antes da data de realização da AGO.

Observado o prazo acima, os acionistas poderão enviar o boletim e a documentação ao e-mail ri@unipar.com com o assunto “Boletim de Voto a Distância”.

No caso de entrega deste Boletim diretamente à Companhia, a Unipar comunicará o acionista, em até 3 (três) dias, **(1)** a respeito do recebimento deste Boletim, **(2)** se o Boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que os votos sejam considerados válidos, ou **(3)** acerca da necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto à distância, sendo certo que eventual

retificação ou reenvio deverá ser feita em até 7 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, 24 de julho de 2020 (inclusive).

Para informações adicionais acerca do exercício do direito de voto à distância, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na ICVM 481/09, bem como as demais orientações no próprio Boletim.

2. MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Administração da Unipar vem apresentar aos Senhores Acionistas a proposta acerca das matérias a serem submetidas à apreciação de V.Sas. na AGO ora convocada, nos termos a seguir:

2.1. Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das Notas Explicativas, do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria

Conforme manifestação favorável do Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada no dia 13 de março de 2020, nos termos do artigo 22, inciso V, de seu Estatuto Social, a Administração da Companhia submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das Notas Explicativas, do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria, tendo sido elaborados pela Diretoria da Companhia e auditados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Todos estes documentos foram disponibilizados pela Companhia na presente data e foram publicados, 14 de março de 2020, no “Diário Oficial do Estado de São Paulo”, páginas 39 a 48, e no jornal “Diário Comercial”, páginas 13 a 17, sendo dispensada a publicação dos anúncios de que trata o artigo 133 da Lei das S.A., por força do § 5º do mesmo artigo.

O Conselho Fiscal emitiu parecer favorável em 12 de março de 2020, opinando pelo encaminhando dos referidos documentos para aprovação dos acionistas da Companhia na AGO. Da mesma forma, o Comitê de Auditoria emitiu parecer favorável em 12 de março de 2020, opinando pelo encaminhamento dos referidos documentos para aprovação em AGO.

O **Anexo I** desta Proposta da Administração contém cópia dos seguintes documentos: o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das Notas Explicativas, do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria.

O **Anexo II** à presente Proposta da Administração contém o comentário dos Diretores da Companhia nos termos dos itens 10.1 a 10.9 do Anexo 24 da Instrução da CVM no 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Formulário de Referência” e “ICVM 480/09”, respectivamente), nos termos do artigo 9º, inciso III, da ICVM 481/09.

Assim, com base nos documentos e informações, a Administração da Unipar propõe à AGO a aprovação integral das contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria.

2.2. Destinação do lucro líquido

A Administração da Companhia propõe aos acionistas deliberar sobre a destinação do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ratificar a distribuição de dividendos aprovada pelo Conselho de Administração em 03 de abril de 2020 e realizada a partir de 22 de abril de 2020, no montante de R\$ 41.207.367,22 (quarenta e um milhões, duzentos e sete mil, trezentos e sessenta e sete reais e vinte e dois centavos) à conta de retenção de lucros referente ao exercício social encerrado em 2019, calculados com base nas Demonstrações Financeiras auditadas levantadas em 31 de dezembro de 2019, distribuídos da seguinte forma: (a) o montante de R\$ 13.530.277,18 (treze milhões, quinhentos e trinta mil, duzentos e setenta e sete reais e dezoito centavos) destinado ao pagamento de dividendos aos titulares de ações ordinárias, correspondente a R\$ 0,3939900763 por ação ordinária; (b) o montante de R\$ 1.878.406,49 (um milhão, oitocentos e setenta e oito mil, quatrocentos e seis reais e quarenta e nove centavos) destinado ao pagamento de dividendos aos titulares de ações preferenciais classe “A”, correspondente a R\$ 0,7145933404 por ação preferencial classe “A”; e (c) o montante de R\$ 25.798.683,55 (vinte e cinco milhões, setecentos e noventa e oito mil, seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta e cinco centavos) destinado ao pagamento de dividendos aos titulares de ações preferenciais classe “B”, correspondente a R\$ 0,4333890839 por ação preferencial classe “B”, conforme informações detalhadas no **Anexo III** à presente Proposta da Administração.

2.3. Fixação do número de membros efetivos do Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2022, e eleição dos membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia

2.3.1. Introdução aos processos de votação

De acordo com a Lei das S.A., a eleição de membros do Conselho de Administração pode ser realizada por votação majoritária, sendo esta a regra geral. A regra possui duas exceções: o processo de voto múltiplo e/ou a eleição em separado. Tratam-se de faculdades dos minoritários votantes. Como os diversos procedimentos de votação podem impactar na fixação do número de membros do Conselho de Administração, para melhor compreensão da dinâmica da eleição dos membros do Conselho de Administração, os diversos processos de votação são detalhados a seguir.

2.3.2. Número de membros efetivos proposto do Conselho de Administração

Nos termos do *caput* artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, “*o Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 6 (seis) membros efetivos, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado, sendo permitida a reeleição*”.

Na hipótese de aprovação, na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, a ser realizada em 30 de julho de 2020, às 11h (“AGE”), da alteração do Estatuto Social da Companhia, aumentando para 07 (sete) o número máximo de membros efetivos do Conselho de Administração, poderão ser eleitos, na AGE, até 07 (sete) conselheiros. Caso a matéria seja aprovada na AGE, sugere-se, então, que o número de membros do Conselho de Administração seja fixado em 07 (sete). Entretanto, caso não aprovada alteração no Estatuto Social, sugere-se a manutenção do número de membros do Conselho de Administração em 06 (seis), observado o disposto no parágrafo a seguir membros.

Caso os acionistas não controladores requeiram a eleição de conselheiros pelo processo de eleição em separado, tais acionistas poderão eleger, no mínimo, 02 (dois) conselheiros, sendo 01 (um) conselheiro

eleito pelos acionistas titulares de ações ordinárias que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações ordinárias da Companhia, e o outro eleito pelos acionistas titulares de ações preferenciais de emissão da Companhia, que representem, no mínimo 10% (dez por cento) do seu capital social. Com isso, o acionista controlador terá o direito de eleger os 04 (quatro) ou, dependendo do que vier a ser deliberado na AGE, 05 (cinco) membros remanescentes do Conselho de Administração. A indicação do eventual quinto candidato poderá ser feito até o momento da respectiva AGO.

Ainda, esclarece-se que, realizada as votações em separado, e caso, em seguida, seja requerida a adoção do processo de voto múltiplo, é provável que o acionista controlador consiga eleger (i) 04 (quatro) dos 06 (seis) membros do Conselho de Administração, ou (ii) dependendo do que vier a ser deliberado na AGE, 05 (cinco) dos 07 (sete) membros do Conselho de Administração.

Nos termos da legislação aplicável, os acionistas podem indicar um ou mais candidatos para compor o Conselho de Administração até o momento da realização da AGO. Em conformidade a ICVM 481/09, o **Anexo IV** à presente Proposta da Administração traz a lista e informações dos candidatos indicados pelo acionista controlador da Companhia, considerando o número atual de membros fixado para o Conselho de Administração.

Caso qualquer acionista queira indicar membro para eleição do Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal (neste caso, se for instalado), incluindo no caso de aumento do número de membros do Conselho de Administração em razão da AGE, tal acionista deverá encaminhar as informações do **Anexo IV**, incluindo currículo, à Companhia, ou, alternativamente, apresentar tais informações no início da AGO.

2.3.3. Votação majoritária

O procedimento mais comum para eleição dos membros do Conselho de Administração é a votação majoritária, na qual cada ação ordinária confere 1 (um) voto a seu titular. Para permitir a maior participação dos acionistas, o Presidente da Assembleia Geral colocará em votação o nome de cada candidato ao Conselho de Administração indicado pelo acionista controlador ou pelos acionistas minoritários da Companhia.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocará em votação os nomes dos candidatos, considerando-se eleitos os candidatos que receberem a maior quantidade de votos, desconsideradas as abstenções e votos contrários.

2.3.4. Votação em separado

A Lei das S.A. garante ao acionista minoritário o direito de exigir a realização de uma votação em separado para eleição de 01 (um) membro do Conselho de Administração aos seguintes grupos de acionistas: (a) minoritários titulares de ações ordinárias presentes na Assembleia Geral que representem, individualmente ou em conjunto, pelo menos 15% (quinze por cento) do capital social com direito a voto; e (b) titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito presentes na Assembleia Geral que representem, individual ou conjuntamente, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social total.

Ademais, caso nem os titulares de ações ordinárias nem os titulares de ações preferenciais presentes na Assembleia Geral atinjam os respectivos percentuais para exercício do voto separado, poderão agregar

suas ações e eleger, conjuntamente, 01 (um) membro efetivo e seu respectivo suplente do Conselho de Administração, desde que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social total.

O objetivo da votação em separado é tornar o órgão efetivamente representativo, o que contribui para a boa governança das companhias abertas. Logo, o acionista controlador não participa da votação, que será realizada por maioria de votos dentro do universo de acionistas minoritários e preferencialistas presentes que desejem participar dessa votação.

Cabe ressaltar que o Colegiado da CVM se pronunciou em reunião ocorrida em 04 de novembro de 2014, referente aos processos CVM nº RJ2013/4386 e RJ2013/4607, no sentido de que as ações mantidas em tesouraria devem ser excluídas do número total de ações com direito a voto, conforme o caso, para fins de realização do cálculo dos percentuais indicados no artigo 141, § 4º e § 5º, da Lei das S.A.

Ressalta-se que, nos termos do § 6º do artigo 141 da Lei das S.A., somente poderão exercer o direito a requerer e participar da votação em separado os acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária durante o período de 03 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização de Assembleia Geral.

2.3.5. Voto múltiplo

Trata-se de procedimento de eleição por meio do qual se atribui a cada ação tantos votos quantos forem os membros do Conselho de Administração, sendo reconhecido ao acionista o direito de concentrar todos os seus votos num só candidato ou distribuí-los entre vários.

O percentual mínimo do capital votante para requerer a adoção de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia é de 5% (cinco por cento) das ações ordinárias, de acordo com a Instrução da CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada. Nos termos do artigo 141, § 1º, da Lei das S.A., a requisição da adoção do procedimento de voto múltiplo deverá ser realizada pelos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral.

Uma vez recebido o requerimento de voto múltiplo pelo acionista ou conjunto de acionistas representando o percentual de 5% (cinco por cento) do capital social, a Companhia, em conformidade com a legislação aplicável, divulgará por meio de “Aviso aos Acionistas” informando a respeito da realização da eleição dos membros do Conselho de Administração por meio do processo de voto múltiplo, conforme solicitado pelos acionistas da Companhia.

2.3.6. Cumulação do processo de voto múltiplo com a votação em separado

Tanto o voto múltiplo quanto a eleição em separado podem ocorrer dentro da mesma Assembleia Geral. Assim, o acionista deverá escolher se participa de um ou outro processo, e poderá, inclusive, utilizar parte de suas ações para votar por voto múltiplo e parte para votar por votação em separado. Porém, um acionista não pode utilizar uma determinada ação para votar ao mesmo tempo nos dois processos eletivos.

Quando os mecanismos do voto múltiplo e da votação em separado forem utilizados cumulativamente em uma mesma eleição, a Lei das S.A. assegura ao acionista ou grupo de acionistas vinculados por acordo de votos que detenham mais do que 50% (cinquenta por cento) das ações com direito de voto o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais um, independentemente do número de conselheiros que, segundo o Estatuto Social, componha o referido órgão (artigo 141, § 7º,

da Lei das S.A.). Para tanto, o acionista controlador poderá eleger um membro excedente ao número máximo de conselheiros previsto no Estatuto Social.

Em atenção às orientações constantes no item 7.1.2 do OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 2/2020 (“Ofício Circular”), a Companhia esclarece que, uma vez definido o número de membros que comporão o Conselho de Administração da Companhia, conforme acima, *“os acionistas poderão ser instados a se manifestar se desejam prosseguir com a sistemática do voto múltiplo, se este já tiver sido requisitado nos termos da lei, ou adotar a votação em separado, desistindo assim do pedido de voto múltiplo, sem prejuízo de, se for o caso, ambos os procedimentos serem adotados”*.

A Companhia esclarece, ainda, que, nos termos das orientações constantes do item 7.1.5 Ofício Circular, se houver na AGO a *“adoção da sistemática do voto múltiplo cumulada com pedido de votação em separado, a eleição dos conselheiros de acordo com este último sistema deverá ser anterior à eleição por voto múltiplo, pois somente após a realização da votação em separado será possível identificar o número de vagas remanescentes e, assim, calcular o coeficiente do voto múltiplo”*.

2.4. Eleição, dentre os membros do Conselho de Administração ora eleitos, do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia

Nos termos do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia, caberá à Assembleia Geral escolher, por maioria de votos dos presentes, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração.

2.5. Instalação, se requerida, e fixação do número de membros efetivos do Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2021, e eleição dos membros efetivos, e seus respectivos suplentes, do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 29 do Estatuto Social da Companhia

Caso haja pedido de acionistas para a instalação do Conselho Fiscal para o exercício de 2020, nos termos da Lei das S.A., a Administração propõe, então, que o número de membros efetivos do Conselho de Fiscal seja fixado em 05 (cinco), e sugere-se a remuneração mensal individual dos membros efetivos do Conselho Fiscal no limite mínimo de 10% (dez por cento) da média de remuneração fixa mensal da Diretoria Estatutária da Companhia. Nesse caso, os membros do Conselho Fiscal receberão 12 (doze) salários mensais e não haverá benefícios, verbas de representação e participação nos resultados.

2.6. Ratificação da remuneração global e anual dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2020

Para o exercício social de 2020, a Administração da Companhia propõe à AGO a ratificação da remuneração global de até R\$ 73.800.000,00 (setenta e três milhões e oitocentos mil reais) para os administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, conforme aprovada, nos termos do artigo 1º, parágrafo 3º, da Medida Provisória nº 931, de 30 de março de 2020, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de abril de 2020. Caberá ao Conselho de Administração, nos termos do artigo 22, inciso VII, do Estatuto Social da Companhia, fixar e ratear as remunerações individuais de seus membros e dos membros da Diretoria, dentro do limite ora proposto, se aprovado.

O valor da remuneração global ora proposto compreende a remuneração da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal no período de janeiro a dezembro de 2020, e inclui remuneração fixa

e variável (considerando o patamar máximo atingível), direta e indireta, bem como benefícios de qualquer natureza. Estão excluídos tributos e contribuições para a previdência social oficial.

As informações referentes à fixação da remuneração dos administradores e, se instalado, de seu Conselho Fiscal encontram-se detalhadas no **Anexo V** à presente Proposta da Administração, nos termos do artigo 12 da ICVM 481/09.

Conforme acima exposto, as propostas a serem deliberadas na AGO têm como objetivo atender aos legítimos interesses da Companhia, motivo pelo qual a Administração propõe que sejam aprovadas na íntegra pelos Senhores Acionistas.

Permanecemos à disposição de V. Sas. para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

São Paulo, 26 de junho de 2020.

Cordialmente,

FRANK GEYER ABUBAKIR

Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA
COMPANHIA, RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2019, ACOMPANHADAS DAS NOTAS EXPLICATIVAS, DO PARECER
DOS AUDITORES INDEPENDENTES, DO PARECER DO CONSELHO FISCAL E DO
PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

(este anexo inicia-se na próxima página)

Unipar Carbocloro S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas Referentes ao Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2019
e Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Índice

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Demonstração do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13
Relatório da Administração	71
Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras	77
Declaração da Diretoria sobre o Parecer dos Auditores Independentes	78
Parecer do Comitê de Auditoria	79
Parecer do Conselho Fiscal	80

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Unipar Carbocloro S.A. – e Controladas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unipar Carbocloro S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Unipar Carbocloro S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Contabilidade em Economia Hiperinflacionária - Argentina

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e nº 2.5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui operações na Argentina por meio de sua controlada direta Unipar Indupa Argentina S.A.I.C, cuja moeda funcional é o peso argentino. A Argentina caracteriza-se como uma economia hiperinflacionária de acordo com o pronunciamento técnico CPC 42 (IAS 29) – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária.

Como o assunto foi conduzido pela auditoria

- Avaliamos os procedimentos utilizados na determinação dos índices de inflação aplicáveis à economia argentina, na identificação de itens não monetários e dos períodos sobre os quais se aplicaria a correção monetária de acordo com o pronunciamento técnico CPC 42 (IAS 29), principalmente porque a Unipar Indupa Argentina S.A.I.C foi adquirida no final de 2016, conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
- Recalculamos os efeitos de atualização monetária por hiperinflação de acordo com a norma contábil requerida, bem como avaliamos os efeitos registrados nas demonstrações financeiras da Unipar Indupa S.A.I.C, utilizadas para fins de consolidação da Companhia
- Avaliamos se os efeitos de contabilidade de economia hiperinflacionária estão adequadamente divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Com base em nossos procedimentos de auditoria descritos acima, consideramos que os critérios adotados na aplicação do pronunciamento técnico CPC 42 (IAS 29) – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária e seus respectivos efeitos e suas respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, tomadas em conjunto.

b) Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20(b) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui ativo fiscal diferido no valor de R\$ 172.339 mil no consolidado decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias.

A avaliação de recuperabilidade desse ativo fiscal diferido envolve julgamentos e pressupostos sobre os resultados tributáveis futuros, os quais estão relacionados ao desempenho da economia, nível de utilização de capacidade produtiva, demanda e consequente impacto no crescimento das receitas, da projeção de despesas, dentre outros fatores relevantes.

Como o assunto foi conduzido pela auditoria

- Avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada com o registro do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e os procedimentos e as projeções futuras elaboradas pela Administração da Companhia para determinação das bases tributárias futuras, assim como as bases históricas consistentes que indicassem tendência sobre a capacidade de realização.
- Realizamos uma análise de sensibilidade acerca das principais premissas utilizadas pela Administração, com o objetivo de observar se essas premissas, individual ou coletivamente, requereriam necessidade de ajustes em relação ao considerado e divulgado pela Administração nas demonstrações financeiras.



- Avaliamos se as divulgações dos valores de ativos diferidos nas notas explicativas às demonstrações financeiras estão consistentes com as IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com base em nossos procedimentos de auditoria descritos acima, consideramos que os critérios e premissas utilizados pela Administração na análise de realização do ativo fiscal diferido são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC nº 1 SP 218398/O-1

Unipar Carbocloro S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	286.994	162.779	301.525	201.542
Aplicações financeiras	5	129.581	485.622	213.158	659.939
Contas a receber de clientes	6	130.696	105.269	381.822	449.321
Impostos a recuperar	7	19.005	14.031	48.858	65.201
Estoques	8	37.935	36.999	209.591	198.621
Despesa antecipada	-	1.067	763	2.479	2.018
Outros	-	5.599	18.778	50.347	23.461
		610.877	824.241	1.207.780	1.600.103
Não circulante					
Impostos a recuperar	7	4.070	3.926	11.318	15.848
Estoques	8	20.403	19.952	52.923	43.819
Depósitos judiciais	9	47.264	41.331	47.305	41.436
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	172.339	100.123
Créditos com Empresas Ligadas	10	161.226	-	-	-
Outros	-	-	-	22.619	22.623
		232.963	65.209	306.504	223.849
Investimentos	11	639.741	705.659	13.325	12.594
Imobilizado	12	865.665	880.461	1.890.717	1.906.835
Intangível	13	279.628	275.852	300.495	299.249
		1.785.034	1.861.972	2.204.537	2.218.678
		2.017.997	1.927.181	2.511.041	2.442.527
Total do ativo		2.628.874	2.751.422	3.718.821	4.042.630

Unipar Carbocloro S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2019	2018	2019	2018
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	14	31.841	29.899	182.468	193.972
Empréstimos e financiamentos	15	151.547	340.159	177.566	477.918
Salários e encargos sociais	-	18.161	37.164	63.002	89.780
Imposto de renda e contribuição social	-	32.013	52.559	40.476	57.572
Outros impostos e contribuições a pagar	-	17.342	16.497	32.822	30.182
Dividendos a pagar	29	54.437	38.720	54.437	38.720
Energia elétrica	16	101.890	92.564	174.180	181.562
Débito com terceiros	19	-	-	300	199
Passivo ambiental	18	-	-	13.542	4.522
Outros	-	12.400	12.940	46.284	55.238
		419.631	620.502	785.077	1.129.665
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	460.000	519.992	499.982	549.928
Salários e encargos sociais	-	4.281	2.498	4.315	2.498
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	386
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	248.179	235.520	296.628	273.968
Obrigações com benefícios aos empregados	21	4.765	3.467	50.250	43.200
Demandas judiciais	17	18.965	21.923	41.392	49.410
Passivo ambiental	18	-	-	6.566	17.346
Débito com terceiros	19	-	-	551.388	530.287
		736.190	783.400	1.450.521	1.467.023
Patrimônio líquido					
Capital social	22	699.002	474.415	699.002	474.415
Ações em tesouraria	22(d)	(101.459)	(33.221)	(101.459)	(33.221)
Reservas de lucros	23	736.249	872.230	736.249	872.230
Outros resultados abrangentes	-	139.261	34.096	139.261	34.096
Atribuído à participação dos controladores		1.473.053	1.347.520	1.473.053	1.347.520
Participação dos não controladores		-	-	10.170	98.422
Total do patrimônio líquido		1.473.053	1.347.520	1.483.223	1.445.942
Total do passivo e patrimônio líquido		2.628.874	2.751.422	3.718.821	4.042.630

Unipar Carbocloro S.A.

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	24	1.043.565	1.145.542	3.048.730	3.469.133
Custo dos produtos vendidos	25	(596.203)	(485.112)	(2.231.876)	(2.209.155)
Lucro bruto		447.362	660.430	816.854	1.259.978
Despesas com vendas	25	(55.740)	(48.340)	(153.097)	(151.203)
Despesas administrativas	25	(150.739)	(146.201)	(280.737)	(247.578)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(32.619)	183.520	(6.507)	941
Ajuste de preço de aquisição		-	48.935	-	48.935
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	43.322	15.541	21.018	(80.431)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social		251.586	713.885	397.531	830.642
Receitas financeiras	27	88.115	43.544	140.157	149.363
Despesas financeiras	27	(68.997)	(90.030)	(281.078)	(303.268)
Resultado financeiro líquido		19.118	(46.486)	(140.921)	(153.905)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		270.704	667.399	256.610	676.737
Imposto de renda e contribuição social	20	(97.199)	(139.359)	(84.252)	(129.297)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		173.505	528.040	172.358	547.440
Lucro (prejuízo) atribuído a:					
Participação dos controladores				173.505	528.040
Participação dos não controladores				(1.147)	19.400
Lucro (prejuízo) por ação (expressos em reais)	28				
Ordinárias		1,74	5,67	1,74	5,67
Preferenciais "A"		1,92	6,23	1,92	6,23
Preferenciais "B"		1,92	6,23	1,92	6,23
				172.358	547.440

Unipar Carbocloro S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	173.505	528.040	172.358	547.440
Outros componentes do resultado abrangente	68.089	(7.570)	69.109	(10.454)
Ganhos (perdas) atuariais de plano de benefícios pós emprego de controladas - líquido dos efeitos tributários	(4.190)	7.574	(4.258)	8.630
Perda atuariais de plano de benefícios pós emprego - líquido dos efeitos tributários	(1.097)	(516)	(1.097)	(516)
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação) (2)	39.146	81.656	39.768	93.045
Ajuste na conversão de informações financeiras de controlada no exterior - líquido dos efeitos tributários	34.230	(96.284)	34.696	(111.613)
Total do resultado abrangente do exercício	241.594	520.470	241.467	536.986
Resultado abrangente total atribuível a:				
Participação dos controladores			241.594	520.470
Participações de não controladores			(127)	16.516
			241.467	536.986

Unipar Carbocloro S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(em milhares de reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros acumulados	Total da participação dos acionistas da Companhia	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
Em 31 de dezembro de 2017	384.331	(14.879)	579.807	41.666	-	990.925	81.906	1.072.831
Aumento do capital social (em 20/12/2018)	90.084	-	(90.084)	-	-	-	-	-
Recompra de ações em tesouraria (Nota 22 (d))	-	(18.342)	-	-	-	(18.342)	-	(18.342)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	528.040	528.040	19.400	547.440
Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados	-	-	417	-	-	417	-	417
Dividendos intermediários (Nota 29)	-	-	(20.540)	-	-	(20.540)	-	(20.540)
Dividendos propostos (Nota 29)	-	-	-	-	(125.410)	(125.410)	-	(125.410)
Constituição de reservas (Nota 23)	-	-	402.630	-	(402.630)	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(7.570)	-	(7.570)	(2.884)	(10.454)
Ganhos (perdas) atuariais de plano de benefícios pós emprego de controladas - líquido dos efeitos tributários	-	-	-	7.574	-	7.574	1.056	8.630
Ganhos (Perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego - líquido dos efeitos tributários	-	-	-	(516)	-	(516)	-	(516)
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	-	81.656	-	81.656	11.389	93.045
Ajuste na conversão de informações financeiras de controlada no exterior - líquido dos efeitos tributários	-	-	-	(96.284)	-	(96.284)	(15.329)	(111.613)
Em 31 de dezembro de 2018	474.415	(33.221)	872.230	34.096	-	1.347.520	98.422	1.445.942
	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros acumulados	Total da participação dos acionistas da Companhia	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
Em 31 de dezembro de 2018	474.415	(33.221)	872.230	34.096	-	1.347.520	98.422	1.445.942
Aumento do capital social (em 18/06/2019 - Nota 22 (a))	224.587	-	(224.587)	-	-	-	-	-
Cancelamento de ações em tesouraria (Nota 22 (d))	-	44.191	(44.191)	-	-	-	-	-
Recompra de ações (Nota 22 (d))	-	(112.429)	-	-	-	(112.429)	-	(112.429)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	173.505	173.505	(1.147)	172.358
Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados	-	-	500	-	-	500	-	500
Dividendos propostos (Nota 29)	-	-	-	-	(41.208)	(41.208)	-	(41.208)
Constituição de reservas (Nota 23)	-	-	132.297	-	(132.297)	-	-	-
Compra de participação de acionistas não controladores em controlada - líquido dos efeitos tributários	-	-	-	25.285	-	25.285	(70.260)	(44.975)
Efeito de transações com acionistas - líquido dos efeitos tributários	-	-	-	11.791	-	11.791	(17.865)	(6.074)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	68.089	-	68.089	1.020	69.109
Ganhos (perdas) atuariais de plano de benefícios pós emprego de controladas - líquido dos efeitos tributários	-	-	-	(4.190)	-	(4.190)	(68)	(4.258)
Ganhos (Perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego - líquido dos efeitos tributários	-	-	-	(1.097)	-	(1.097)	-	(1.097)
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	-	39.146	-	39.146	622	39.768
Ajuste na conversão de informações financeiras de controlada no exterior - líquido dos efeitos tributários	-	-	-	34.230	-	34.230	466	34.696
Em 31 de dezembro de 2019	699.002	(101.459)	736.249	139.261	-	1.473.053	10.170	1.483.223

Unipar Carbocloro S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa líquido
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	173.505	528.040	172.358	547.440
Depreciação e amortização	92.552	95.858	183.082	176.374
Efeito da Aplicação do IAS 29 (Hiperinflação)	-	-	(62.631)	(35.551)
Baixas de ativos	95	720	118	699
Provisões (Reversão) para demandas judiciais	(4.561)	(13.612)	2.066	(6.495)
Provisão (Reversão) de contingências ambientais	-	-	6.083	7.783
Provisão de juros, variações cambiais e outros encargos sobre empréstimos e débitos com terceiros	8.850	85.628	190.975	222.325
Provisão (Reversão) de créditos de liquidação duvidosa	(2.127)	(31)	897	46.317
Provisão para ajustes de estoques	-	-	3.471	(5.813)
Provisão (Reversão) de encargos de energia elétrica	(7.305)	3.883	(5.729)	4.825
Resultado de equivalência patrimonial	32.619	(183.520)	6.507	(941)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.689)	39.303	(45.037)	3.709
	290.939	556.269	452.160	960.672
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(23.300)	(2.278)	81.544	(2.103)
Impostos a recuperar	(5.118)	9.856	25.410	32.363
Estoques	(1.388)	(8.215)	(18.122)	(13.986)
Outros ativos	14.797	(17.682)	(30.154)	55.552
Fornecedores	(930)	(1.007)	(37.827)	(41.158)
Salários e encargos sociais	(17.221)	10.057	(24.963)	(4.571)
Impostos, taxas e contribuições	845	(1.521)	(20.585)	(1.858)
Imposto de Renda e Contribuição Social	94.191	102.804	123.699	96.048
Obrigações de benefícios aos empregados	(364)	(649)	(5.386)	(6.635)
Outros passivos	10.521	(56.452)	25.370	(91.791)
	72.033	34.913	118.986	21.861
Caixa gerado pelas operações	362.972	591.182	571.146	982.533
Imposto de renda e contribuição social pagos	(113.020)	(47.230)	(117.556)	(90.267)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	249.952	543.952	453.590	892.266
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras líquida de resgates	356.042	(304.169)	446.782	(336.697)
Compras de imobilizado e intangível	(38.976)	(47.445)	(159.422)	(200.931)
Recebimento pela venda do imobilizado	-	-	-	22
Dividendos recebidos	-	-	-	1.285
Aquisição de participação em empresa controlada	(38.152)	-	-	-
Recebimento na aquisição de ações de minoritários	6.175	-	6.175	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	285.089	(351.614)	293.535	(536.321)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de Empréstimos/ Debêntures	(548.922)	(236.034)	(868.177)	(736.616)
Créditos com empresas ligadas	38.193	-	-	-
Pagamento de juros e outros encargos sobre empréstimos	(72.905)	(79.472)	(223.890)	(135.521)
Dividendos pagos	(24.985)	(206.961)	(24.985)	(206.961)
Captação de empréstimos e financiamentos	310.222	461.776	512.653	861.759
Aquisição de participação em empresa controlada	-	-	(38.152)	-
Recuperação de ações em tesouraria	(112.429)	(18.342)	(112.429)	(18.342)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(410.826)	(79.033)	(754.980)	(235.681)
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa de controlada no exterior	-	-	107.838	2.719
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	124.215	113.305	99.983	122.983
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	162.779	49.474	201.542	78.559
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	286.994	162.779	301.525	201.542

Unipar Carbocloro S.A.

Demonstrações do valor adicionado Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2.018
Receitas				
Vendas brutas de produtos e serviços	1.351.169	1.488.644	3.827.624	4.353.879
Resultado na venda de ativos imobilizados e outros	204	(727)	(5.479)	(3.349)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.127	31	(897)	(46.317)
	1.353.500	1.487.948	3.821.248	4.304.213
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados	(508.821)	(297.079)	(2.133.049)	(1.834.219)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(230.758)	(149.479)	(484.316)	(331.478)
	(739.579)	(446.558)	(2.617.365)	(2.165.697)
Valor adicionado bruto	613.921	1.041.390	1.203.883	2.138.516
Depreciação e amortização	(92.552)	(95.859)	(183.082)	(176.379)
Outras	-	-	-	593
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	521.369	945.531	1.020.801	1.962.730
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(32.619)	183.520	(6.507)	941
Receitas financeiras	88.115	43.544	140.157	149.363
Outros	4.462	48.977	3.810	39.520
Valor adicionado total a distribuir	581.327	1.221.572	1.158.261	2.152.554
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	(68.502)	(80.479)	(201.584)	(246.911)
Benefícios	(24.992)	(21.486)	(66.277)	(66.740)
FGTS	(6.370)	(7.842)	(30.806)	(41.268)
	(99.864)	(109.807)	(298.667)	(354.919)
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(178.276)	(286.762)	(264.897)	(421.977)
Estaduais	(94.696)	(218.553)	(151.352)	(452.768)
Municipais	(2.420)	(2.298)	(12.439)	(12.609)
	(275.392)	(507.613)	(428.688)	(887.354)
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variações cambiais	(66.392)	(88.008)	(271.938)	(327.684)
Aluguéis	(1.726)	(703)	(1.748)	(3.940)
Outros	35.552	12.599	15.138	(31.217)
	(32.566)	(76.112)	(258.548)	(362.841)
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	(41.208)	(125.410)	(41.208)	(125.410)
Prejuízos (lucros) retidos	(132.297)	(402.630)	(132.297)	(402.630)
Participação de não controladores	-	-	1.147	(19.400)
	(173.505)	(528.040)	(172.358)	(547.440)
Valor adicionado distribuído	(581.327)	(1.221.572)	(1.158.261)	(2.152.554)

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Unipar Carbocloro S.A. ("Unipar" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo – SP. As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

A Unipar tem como atividades preponderantes a fabricação de cloro, derivados de cloro e soda cáustica.

A Unipar é controlada pela Vila Velha S.A. Administração e Participações ("Vila Velha"). Em 31 de dezembro de 2019 a Vila Velha possuía 19,99% do capital total da Unipar (19,11% em 31 de dezembro de 2018) e 57,62% de suas ações ordinárias (57,30% em 31 de dezembro de 2018).

Aquisição da Solvay Indupa S.A.I.C.

Em 27 de dezembro de 2016 a Unipar se tornou proprietária de 292.459.492 ações representativas de 70,59% do capital social votante e total da Solvay Indupa S.A.I.C., atualmente Unipar Indupa S.A.I.C. ("Indupa Argentina"), empresa argentina produtora de PVC e soda.

Conforme estabelecido na legislação argentina, em 24 de fevereiro de 2017 a Unipar concluiu a aquisição adicional de 71.163.251 ações ordinárias representativas de 17,17% do capital da Solvay Indupa S.A.I.C.

Em continuidade ao processo de aquisição em etapas, a Unipar lançou uma segunda oferta pública para aquisição de até a totalidade das demais ações representativas, em circulação, do capital da Unipar Indupa S.A.I.C com finalidade de cancelamento do registro de companhia aberta ("OPA"). A operação foi aprovada pela *Comission Nacional de Valores* ("CNV"), iniciada em 14 de agosto de 2019 e finalizada em 30 de dezembro de 2019. Com adesão à oferta e aquisições spots no mercado resultou numa aquisição total de 44.200.801 ações ordinárias representativas de 10,68% do capital. O valor pago aos acionistas, decorrentes da OPA, foi efetuado em 29 de novembro de 2019, ao preço de AR\$ 25,01 (pesos argentinos) por ação. Os efeitos desta participação adicional estão apresentados na nota explicativa nº 11.

Com o resultado das etapas de aquisição a Companhia passou a deter um total de 407.823.544 ações do total de 414.283.186, o que representa um percentual de participação de 98,44% (87,76% em 31 de dezembro de 2018) do capital votante da Indupa Argentina.

Em sua operação, a Indupa Argentina possui uma planta localizada na cidade de Bahía Blanca com capacidade instalada para produção de 240 mil toneladas de PVC e 186 mil toneladas de soda. A empresa também é detentora de 58% do capital social total da Solalban Energía S.A., empresa argentina que possui ativos de geração de energia em seu próprio país. Adicionalmente, a Indupa Argentina também detém ações representativas de 100% do capital social votante e total da Unipar Indupa do Brasil S.A. ("Indupa Brasil"), proprietária de uma planta localizada na cidade de Santo André – SP, com capacidade de produção de 300 mil toneladas de PVC e 180 mil toneladas de soda.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, normas emitidas pela CVM e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

2.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

As transações em moeda estrangeira da Companhia são convertidas para reais utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações.

Os ativos e passivos para cada balanço patrimonial apresentado são convertidos utilizando-se a taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo. Os ganhos

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação das transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado financeiro do período, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

2.3.2. Conversão das demonstrações financeiras da Indupa Argentina

As demonstrações financeiras da Indupa Argentina, incluídas na consolidação foram elaboradas em pesos argentinos, que é sua moeda funcional e foram convertidas para reais conforme a seguir:

- Os saldos ativos e passivos foram convertidos à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018;
- As contas de resultado foram convertidas pela taxa final para os exercícios apresentados;

2.4. Taxas de câmbio

As taxas de câmbio em Reais em vigor na data base destas demonstrações financeiras são as seguintes:

Taxa final	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Peso argentino	0,07	0,10

2.5. Consolidação e aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária

As demonstrações financeiras individuais da Unipar estão identificadas como "Controladora" e as informações financeiras consolidadas estão identificadas como "Consolidado".

Nas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram considerados os resultados das controladas Indupa Brasil e Indupa Argentina.

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (IAS29) passou a ser requerida. A IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa na Argentina como se fossem realizadas em uma economia altamente inflacionária a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identifique a existência de hiperinflação).

De acordo com a IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias hiperinflacionária

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

Como consequência do exposto acima, a Companhia aplicou a contabilidade de economia hiperinflacionária para a controlada na Argentina da seguinte forma:

- a norma de contabilidade e evidenciação de economia hiperinflacionária foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018.
- os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico da controlada na Argentina foram atualizados por um índice de inflação. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 foram reportados no patrimônio líquido e os impactos das alterações no poder de compra geral a partir de 1 de janeiro de 2018 foram reportados na demonstração de resultados em uma conta específica para ajuste de hiperinflação, no resultado financeiro nota 27. Os índices para correção monetária utilizados foram baseados na resolução 539/18 emitida pela Federação Argentina de Conselho de Profissionais de Ciências Econômicas: IPC nacional (índice nacional de preço ao consumidor) de 01 de janeiro de 2017 em diante e IPIM (índice interno de preços ao atacado) até 31 de dezembro de 2016.
- a Companhia aplicou o CPC 42 (IAS 29) – “Contabilidade em economia hiperinflacionária” como prática contábil para fins de Contabilidade e Evidenciação de Economia Altamente Inflacionária em suas demonstrações financeiras.

Os impactos nos ativos líquidos apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão apresentados conforme a seguir:

	2019
Estoques	5.423
Investimentos	3.803
Intangível	306
Imobilizado	44.284
Ativo não circulante	53.816
Total do ativo	53.816
Passivo e Patrimônio Líquido	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.219
Passivo não circulante	8.219
Total do Passivo	8.219
Patrimônio líquido	
Outros resultados abrangentes	39.767
Lucros acumulados	5.830
Patrimônio Líquido de controladores	40.015
Participação de não controladores	5.582
Total do Patrimônio líquido	45.597
Total do passivo e patrimônio líquido	53.816

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a aplicação do CPC 42 (IAS 29) – “Contabilidade em economia hiperinflacionária” resultou em um efeito positivo de R\$ 45.579 no resultado financeiro, e um impacto positivo no lucro líquido de R\$ 5.830.

2.6. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de março de 2020.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez. Tais ativos são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses recursos são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas.

3.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.2.1. Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados da seguinte forma:

a) Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do ativo financeiro após o reconhecimento inicial. O cálculo não reverte a base bruta mesmo que o risco de crédito do ativo financeiro melhore subsequentemente de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica “Receitas financeiras – receita de equivalentes de caixa e Títulos e Valores mobiliários” (nota explicativa nº 27).

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo conforme descrito na nota explicativa nº 2.2 .

A Companhia não designou instrumentos da dívida ao valor justo por meio do resultado.

Note-se que a Companhia também não possui ativos financeiros mensuráveis ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

3.2.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo ou um

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (“*Impairment*”).

Uma provisão para “*Impairment*” é reconhecida na ocorrência de um ou mais eventos, após o reconhecimento inicial dos ativos, que possam afetar negativamente seus fluxos de caixa futuros estimados. O efeito negativo nesses fluxos de caixa deve ser estimado de maneira confiável.

Os principais indicadores usados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por “*Impairment*” incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira que afete negativamente os fluxos de caixa esperados para o ativo; e
- Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante da perda por “*Impairment*” é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente de seus fluxos de caixa futuros estimados. Na determinação destes fluxos de caixa, excluem-se os prejuízos de crédito futuro ainda não incorridos e é utilizada a taxa de desconto original dos ativos financeiros. No caso de empréstimos e recebíveis, a provisão para “*Impairment*”, também chamada de provisão para créditos de liquidação duvidosa, é registrada quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de arrecadar todos os valores devidos na transação.

Se, em um período subsequente, uma melhoria nos indicadores apontar para a diminuição ou mesmo eliminação da perda por “*Impairment*”, a reversão dessa perda registrada anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado.

Além da prática citada acima a Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (“PCE”) sobre valores a receber de clientes. O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do instrumento financeiro.

A Companhia sempre reconhece a PCE durante a vida útil para contas a receber. As perdas de crédito esperadas sobre esses ativos financeiros são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de perda de crédito histórica da Companhia, ajustada com base em fatores específicos dos devedores. Historicamente, a perda de crédito da Companhia mostra-se irrelevante, havendo perdas para clientes que eventualmente decretam falência ou

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

recuperação judicial. Para esses casos pontuais, a Companhia reconhece PCE de 100% do saldo em aberto e cessa vendas de produtos.

3.2.3. Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
- a Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”.

3.2.4. Passivos Financeiros

Os instrumentos da dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado consideram o método da taxa de juros efetiva. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- for adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo; ou
- no reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- for um derivativo, exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de hedge designado e efetivo.
- o passivo financeiro, exceto pelo passivo financeiro mantido para negociação ou contraprestação contingente de um comprador em uma

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

combinação de negócios, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se:

- essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que surgiria de outra forma; ou
- o passivo financeiro fizer parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, que seja administrado e cujo desempenho seja avaliado com base no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada ou a estratégia de investimento da Companhia, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas internamente nessa base; ou
- o passivo financeiro fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e a IFRS 9 (CPC 48) permitir que o contrato combinado como um todo seja designado ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não possui passivos financeiros classificados ao valor justo por meio de resultado.

3.2.5. Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, substituída, cancelada, alterada ou expirar.

3.3. Estoques

São registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda, utilização na operação ou por ajuste a valores de mercado.

3.4. Tributos a recuperar

São registrados ao custo histórico e, se aplicável, corrigidos conforme a legislação vigente.

3.5. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais feitos para garantir disputas nas quais a Companhia encontra-se no polo passivo e cuja probabilidade de perda da causa é provável encontram-se apresentados no grupo de provisões para demandas judiciais, como contas redutoras dos passivos constituídos. Os demais depósitos encontram-se classificados no ativo da Companhia.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

3.6. Ativos intangíveis de vida útil definida

Os principais ativos classificados nesta categoria referem-se aos softwares e representam os gastos diretamente associados ao seu desenvolvimento e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

3.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada que é calculada pelo método linear durante a vida útil do ativo. Os custos de aquisição/construção incluem gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condições necessárias para seu uso. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) - Custo de Empréstimos.

As Taxas de depreciação de cada grupo de itens do ativo imobilizado são demonstradas na nota explicativa nº 12.

3.8. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização. Tais ativos são testados anualmente para verificar se há evidências de perdas não recuperáveis (*Impairment*) de seu valor. Para os ativos que estão sujeitos à amortização, o teste de *Impairment* é feito sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O teste de *Impairment* compara o valor contábil do ativo com seu valor recuperável. Este último é definido como o maior montante entre preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Quando o valor recuperável de um ativo é menor do que seu valor contábil, é constituída provisão para perdas, em contrapartida ao resultado do exercício. No caso do ágio, qualquer provisão para perdas constituída é irreversível. Para os demais ativos não financeiros, caso os testes indiquem que a provisão para *Impairment* não é mais necessária, essa provisão pode ser revertida.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, resultante de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar esta obrigação. Além dos pré-requisitos já citados, uma provisão deve ser constituída somente quando uma estimativa confiável do valor da saída de recursos puder ser preparada.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

As provisões são registradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação, usando taxa de desconto antes dos efeitos de impostos sobre a renda, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

As provisões para reestruturação são reconhecidas quando a Companhia traça um plano formal detalhado para a reestruturação e cria naqueles afetados pelo plano uma expectativa válida de que a reestruturação será iniciada com a implementação do plano ou o anúncio dos seus principais aspectos. A mensuração da provisão para reestruturação inclui apenas os gastos diretos resultantes da reestruturação, que são aqueles valores necessariamente resultantes da reestruturação e não associados às atividades em andamento da entidade.

3.10. Benefícios aos empregados

3.10.1. Benefícios de curto prazo a empregados

3.10.1.1. Participação nos lucros

A Companhia provisiona o valor estimado da participação de empregados nos lucros, em contrapartida ao resultado do exercício. O cálculo da provisão leva em consideração as metas divulgadas aos colaboradores e os resultados atingidos pela Companhia.

3.10.2. Benefícios pós emprego

3.10.2.1. Benefícios na modalidade de contribuição definida

A Companhia possui plano de pensão na modalidade de contribuição definida segundo o qual faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar eventuais benefícios futuros esperados pelos empregados. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

3.10.2.2. Benefícios na modalidade de benefício definido

A Companhia possui planos com esta característica nos quais os custos esperados são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil utilizada para os planos de pensão de benefício definido. As obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes. Os ganhos e as perdas decorrentes de

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em “Outros resultados abrangentes”.

3.10.3. Benefícios de longo prazo

3.10.3.1. Gratificação por Tempo de Serviço

A Companhia possui plano de gratificação por tempo de casa com esta característica nos quais os custos esperados são acumulados ao longo do tempo, além das reavaliações anuais realizadas por atuários independentes. Os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em “Outros resultados abrangentes”.

3.10.4. Benefícios rescisórios

3.10.4.1. Benefícios na modalidade de benefício definido

A Companhia possui plano com esta característica nos quais os custos esperados são acumulados ao longo do tempo, além das reavaliações anuais realizadas por atuários independentes. Os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em “Outros resultados abrangentes”.

3.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

São reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionados a itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou no patrimônio líquido, quando também são reconhecidos nestas rubricas.

3.11.1. Saldos correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes são registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

3.11.2. Saldos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (i) os prejuízos fiscais e bases negativas acumulados e (ii) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e determinados de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelos órgãos da

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados no balanço de forma líquida nas demonstrações financeiras.

3.12. Reconhecimento da receita

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida (ou a receber) pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

São reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável e a Companhia entende que cumpriu as obrigações com seus clientes, sendo provável que os benefícios econômicos serão recebidos e os riscos e os benefícios foram integralmente transferidos ao comprador.

3.13. Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente e provisão para passivos ambientais

Custos ambientais são relacionados as operações normais e são registradas como despesa ou capitalizadas conforme o caso. Os que são relacionados a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuem para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registrados como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis, há expectativa de saídas de recursos para saná-los e o custo pode ser razoavelmente estimado, através de discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para a estimativa da natureza e extensão da restauração que pode ser requerida. O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados, como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável.

3.14. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do dividendo mínimo obrigatório somente é provisionado na data de sua aprovação, em Assembleia Geral de Acionistas, ou na data de seu pagamento, se for anterior.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

3.15. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em coligadas e controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. O valor contábil desses investimentos inclui o desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial, ágio e deságio.

Nas demonstrações financeiras consolidadas as controladas são integralmente consolidadas e a participação de não controladores é apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas como parte integrante do patrimônio líquido, assim como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle foi obtido.

Quando necessário, as demonstrações financeiras de suas controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àsquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações e saldos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados.

3.16. Adoção de Novas Normas e Alterações no Transcorrer do Exercício de 2019

- a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

No ano de 2019 não foi emitido nenhum novo Pronunciamento Técnico, mas passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019:

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos – A norma aborda a eliminação da contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em:

- a) Reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais;
- b) Reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e
- c) Reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

A Administração avaliou e concluiu que não possui contratos de arrendamento mercantil de valor relevante que provoque variação significativa do seu capital circulante líquido na adoção do CPC 06 / IFRS 16 “Arrendamento”. A Companhia optou por não modificar os critérios de contabilização e monitora todos os seus contratos de longo prazo para verificação de possíveis arrendamentos mercantis e respectivos impactos.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

Além do pronunciamento acima, houve a publicação da Interpretação ICPC 22/ IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro. Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 12 (CPC 32) – Tributos sobre a Renda quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária. Esta interpretação é efetiva para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A adoção da Interpretação não provocou impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações durante o exercício de 2019

CPC 48 - Recurso de pagamento antecipado com compensação negativa. De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de resultado se os pagamentos de principal e os instrumentos forem mantidos no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

O pronunciamento a seguir entrará em vigor para períodos após a data destas demonstrações financeiras e não foi adotado antecipadamente:

Alteração da Estrutura Conceitual - Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até sua data de entrada em vigor.

CPC 50 / IFRS 17 – Contratos de seguro, substituirá a norma atualmente vigente CPC 11 / IFRS 4, após processo de revisão da norma internacional realizado pelo IASB. O objetivo do CPC 50 – Contratos de seguro é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes, que representem de forma fidedigna a essência destes contratos, por meio de um modelo de contabilidade consistente. Este pronunciamento é aplicável aos períodos de relatório anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

3.17. Estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. A Companhia revisa suas estimativas ao menos trimestralmente e o grau de revisão depende da natureza das transações e do cenário econômico.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem risco significativo de sofrer ajustes relevantes quando da apuração dos resultados reais estão apresentadas a seguir:

a) Tributos

Os tributos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

Pode haver casos em que as normas fiscais não são suficientemente claras em relação à sua aplicação. Adicionalmente, os resultados de julgamentos em tribunais superiores podem criar jurisprudências que difiram do tratamento tributário atualmente adotado pela Companhia. Também há a possibilidade das próprias autoridades fiscais emitirem orientações posteriores que esclareçam a aplicação de alguns tributos. Entre outras, estas são situações que podem levar a Companhia a alterar suas estimativas em relação ao pagamento de tributos.

b) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher entre diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Mudanças nas condições de mercado, a descoberta de outras técnicas de avaliação ou até mesmo o surgimento de instrumentos similares cotados em mercados ativos podem alterar as estimativas atualmente calculadas pela Companhia.

c) Obrigações com benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a seus funcionários que levam ao provisionamento de futuros desembolsos. Para determinar os valores justos destes benefícios e dos ativos que possam cobri-los, a Companhia utiliza premissas atuariais, tais como taxas de mortalidade, invalidez, rotatividade etc., e premissas financeiras, tais como taxas de inflação futura, taxas de desconto etc.

Mudanças no cenário econômico e na expectativa de vida ou de tempo para aposentadoria/ desligamento dos beneficiários, entre outras, podem afetar de forma significativa os valores atualmente registrados.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

d) Vida útil do ativo imobilizado

A determinação da vida útil do imobilizado tem impacto significativo na determinação do resultado da Companhia, na medida em que impacta o valor dos custos de depreciação contabilizada. A determinação da vida útil depende de fatores inerentemente incertos, como utilização esperada, níveis de manutenção, desenvolvimentos tecnológicos, entre outros.

e) Provisões para processos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A determinação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos.

A alteração destas evidências, incluindo resultados de julgamentos similares, em tribunais ou na esfera administrativa, podem alterar as estimativas atualmente registradas pela Companhia.

f) Impairment de ativos não financeiros

A determinação do valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada em métodos de fluxo de caixa descontado, bem como às projeções de fluxos de caixa futuros esperados. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os principais ativos não financeiros sujeitos à avaliação de *Impairment* são os ativos imobilizado e intangível.

g) Recuperabilidade de créditos fiscais diferidos

A Administração realizou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelos órgãos de Administração e examinados pelo Conselho Fiscal, indicando o reconhecimento adicional de ativo fiscal diferido. Os estudos técnicos de viabilidade consideram estimativas que estão relacionadas ao desempenho da Companhia, assim como o comportamento do mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Mudanças no cenário de negócio podem afetar a previsão de recuperabilidade desses créditos.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	1.155	173	2.044	3.347
Certificado de Depósitos Bancários (CDBs)	285.839	162.606	299.481	198.195
	286.994	162.779	301.525	201.542

Os Certificados de Depósito Bancário - CDBs possuem remuneração associada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, estão sujeitos a um risco insignificante de mudança em seu valor e têm possibilidade de resgate a qualquer momento.

5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Cotas de Fundos de Investimentos	77.949	441.018	127.301	599.293
Certificado de Depósitos Bancários - CDBs / Letras Financeiras – LF	51.632	42.604	85.857	58.646
Outras Aplicações	-	2.000	-	2.000
	129.581	485.622	213.158	659.939
Circulante	129.581	485.622	213.158	659.939

Os fundos de investimentos possuem em suas carteiras, substancialmente, títulos públicos e privados com remuneração associada ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI, possibilidade de resgate a qualquer momento e os ativos dos fundos são classificados preponderantemente como baixo risco de crédito.

Os Certificados de Depósito Bancário – CDBs possuem remuneração associada ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Nacionais	108.293	107.970	415.848	566.214
Exterior	928	-	30.494	65.335
Partes relacionadas (Nota 10)	32.432	10.383	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.957)	(13.084)	(64.520)	(182.228)
	130.696	105.269	381.822	449.321
Circulante	130.696	105.269	381.822	449.321

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

A composição das contas a receber de clientes, por vencimento, é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Títulos a vencer	128.095	103.416	358.242	429.222
Títulos vencidos:				
Até 90 dias	2.158	1.539	16.724	28.799
De 91 a 180 dias	10	322	2.288	30.226
A partir de 180 dias	11.390	13.076	69.088	143.302
	141.653	118.353	446.342	631.549
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.957)	(13.084)	(64.520)	(182.228)
Total da carteira de clientes	130.696	105.269	381.822	449.321

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") para contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	13.084	13.115	182.228	135.911
Adições	136	275	3.168	48.258
Reversões	(2.263)	(306)	(2.271)	(373)
Baixa	-	-	(102.705)	-
Ajustes de conversão	-	-	(15.900)	(1.568)
Saldo Final	10.957	13.084	64.520	182.228

Historicamente o percentual de perda de crédito esperada da Companhia e suas controladas, para os títulos vencidos até 90 dias aproxima-se de zero. Para os títulos vencidos acima de 90 dias não renegociados e ou clientes que eventualmente decretam falência ou entram em recuperação judicial, a Companhia reconhece PCE de 100% do saldo em aberto. A parcela mais significativa de PCLD é composta de casos excepcionais de poucos clientes que decretaram falência ou entraram em recuperação judicial.

No último trimestre do exercício de 2019 foi declarada a falência de um dos clientes da controlada Indupa Brasil, que estavam em recuperação judicial ocasionando uma baixa relevante no saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

As adições e reversões da PCLD são registradas no resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". Os valores da provisão são baixados, em conjunto com as contas a receber correspondentes, quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IRRF/ IRPJ e CSLL a recuperar	14.111	8.624	24.070	37.956
ICMS	6.760	6.492	19.145	16.695
PIS e COFINS	-	-	99	1.076
INSS a compensar	1.208	1.208	1.208	1.208
IVA e outros créditos fiscais - Argentina	-	-	11.388	16.960
Restituições a exportações - Argentina	-	-	1.210	3.750
Outros	996	1.633	3.056	3.404
	23.075	17.957	60.176	81.049
Circulante	19.005	14.031	48.858	65.201
Não circulante	4.070	3.926	11.318	15.848

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

IRRF/ IRPJ/CSLL: Corresponde basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre operações financeiras e antecipação/ saldo negativo de imposto de renda e contribuição social, realizáveis com imposto de renda e contribuição a pagar sobre os lucros ou compensáveis com outros tributos federais no caso dos saldos negativos.

ICMS: Referem-se a créditos provenientes de aquisições de ativo imobilizado, os quais estão reconhecidos no ativo circulante e não circulante.

INSS a compensar: Refere-se a pagamentos realizados para liquidação do parcelamento de débitos previdenciários conforme adesão da reabertura do REFIS, artigo 17 da Lei nº 12.865/2013, porém devido ao indeferimento da consolidação do parcelamento, solicitamos a restituição dos valores pagos.

PIS e COFINS: Referem-se basicamente a créditos provenientes de aquisições de ativo imobilizado e insumos, os quais estão reconhecidos no ativo circulante.

Restituições a exportações: Refere-se à restituição de impostos alfandegários cobrados pela importação da matéria-prima utilizada pela controlada Indupa Argentina para a fabricação do produto exportado.

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Matérias-primas	11.354	14.622	38.947	39.548
Produtos em processo	3.116	3.554	24.698	28.506
Produtos acabados	13.039	9.082	94.063	86.627
Provisão para desvalorização	-	-	(3.471)	-
Materiais auxiliares e embalagens	2.959	3.535	24.317	20.912
Materiais de manutenção e reparos	27.870	26.158	83.960	66.847
	58.338	56.951	262.514	242.440
Circulante	37.935	36.999	209.591	198.621
Não circulante	20.403	19.952	52.923	43.819

Os materiais de manutenção e reposição são itens mantidos para assegurar a continuidade das operações das plantas em caso de avarias eventuais nas máquinas e equipamentos da produção e em função do giro são classificados como circulante ou não circulante.

9. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Tributários	46.210	40.277	46.210	40.341
Cíveis	-	-	41	41
Trabalhistas	1.054	1.054	1.054	1.054
	47.264	41.331	47.305	41.436

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

Movimentação dos depósitos judiciais:

Controladora				Transferências para depósitos com demandas judiciais	Atualização monetária		
	2017	Baixas				2018	
Tributários	42.111	(1.689)		(88)	(57)	40.277	
Trabalhistas	1.053	(1.589)		897	693	1.054	
	43.164	(3.278)		809	636	41.331	

Controladora				Transferências líquidas com demandas judiciais	Atualização monetária		
	2018	Baixas				2019	
Tributários	40.277	(1.099)		6.521	511	46.210	
Trabalhistas	1.054	-		-	-	1.054	
	41.331	(1.099)		6.521	511	47.264	

Consolidado		Adições	Baixas	Transferências para depósitos com demandas judiciais	Outras transferências	Atualização monetária	2018
Tributários	42.111	-	(1.689)	(88)	64	(57)	40.341
Trabalhistas	1.053	-	(1.589)	897	-	693	1.054
Cíveis	-	41	-	-	-	-	41
	43.164	41	(3.278)	809	64	636	41.436

Consolidado		2018	Baixas	Transferências líquidas com demandas judiciais	Atualização monetária	2019	
Tributários		40.341	(1.099)	6.457	511	46.210	
Trabalhistas		1.054	-	-	-	1.054	
Cíveis		41	-	-	-	41	
		41.436	(1.099)	6.457	511	47.305	

Na Controladora o montante dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2019 é composto, substancialmente, pelos seguintes processos:

a) PER/DCOMPS não homologadas pela Receita Federal

R\$ 26.045 (R\$ 26.045 em 31 de dezembro de 2018) para garantir disputa de causa de natureza passiva com probabilidade de perda avaliada pelos consultores jurídicos como remota.

b) Goyana S.A. Indústrias de Matérias Plásticas ("Goyana")

R\$ 13.330 (R\$ 13.330 em 31 de dezembro de 2018) de cinco causas de sua ex-controlada Goyana onde a Companhia é colocada no polo passivo e solicita sua exclusão.

c) Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

R\$ 6.341 (R\$ 6.341 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a correção monetária das parcelas do IRPJ, Imposto de Renda sobre o Lucro Distribuído e Contribuição social sobre Lucro Líquido, todos apurados no exercício de 1990. Houve trânsito em julgado favorável a Companhia e o saldo do depósito judicial foi reclassificado do quadro de "Demandas Judiciais" (vide Nota Explicativa 17).

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

10. Partes Relacionadas

	2018			2018			
	Saldos			Transações			
	Ativo Circulante		Passivo Circulante				
	Contas a receber de clientes	Outros ativos circulantes	Fornecedores	Vendas	Compras	Gastos compartilhados	Outras Despesas
Na Controladora							
Controlada direta - Indupa Argentina	-	7.430	(1.238)	-	(1.417)	7.431	-
Controlada indireta - Indupa Brasil	10.382	-	(29)	19.934	-	8.959	-
No Consolidado							
Controlada em conjunto - Solalban	-	1.357	(35.803)	13.130	(141.233)	-	13.130

	2019					2019				
	Saldos					Transações				
	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante	Passivo Circulante						
	Contas a receber de clientes	Outros ativos circulantes	Créditos com Empresas ligadas	Fornecedores	Outros Passivos	Vendas	Compras	Gastos compartilhados	Outras Despesas	Receita Financeira
Na Controladora										
Controlada direta - Indupa Argentina	13.967	-	161.226	(209)	(2.247)	-	(8.894)	6.536	-	53.467
Controlada indireta - Indupa Brasil	18.465	-	-	(29)	-	20.575	-	8.165	-	-
No Consolidado										
Controlada em conjunto - Solalban	-	2.423	-	(17.142)	-	12.252	(109.645)	-	12.252	-

A venda de produtos a partes relacionadas é feita de acordo com a lista de preços normalmente usada pelo Grupo Unipar. As aquisições são feitas pelo preço de mercado descontado para refletir a quantidade de produtos adquiridos e o relacionamento entre as partes.

Os valores em aberto não são segurados e serão liquidados em caixa. Não foram dadas nem recebidas garantias. Nenhuma provisão para devedores duvidosos foi reconhecida com relação aos valores devidos pelas partes relacionadas.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

Créditos com empresas ligadas referem-se a conversão do aporte de capital em mútuo originalmente no valor de US\$ 46 milhões, amortizado parcialmente e demais pagamentos vinculados a dívida com a Solvay Vinyls reconhecida no balanço patrimonial na rubrica débito com terceiros e detalhado conforme nota explicativa 19.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga a esses membros está a seguir demonstrada:

	Controladora	
	2019	2018
Salários e benefícios de curto prazo	23.117	21.625

A Companhia incorre em determinadas despesas corporativas, principalmente com remuneração de alguns colaboradores, que são rateadas entre a Controladora Unipar Carbocloro S.A. e suas controladas direta e indireta.

A Companhia possui contratos para a prestação de serviços de consultoria econômica e assessoramento financeiro com a Essentia Partners Assessoria Ltda. ("Essentia Partners"). Um dos integrantes do conselho da administração da Companhia, faz parte do quadro societário da Essentia Partners, e os valores das transações no exercício de 2019 totalizam R\$ 6.810 e o saldo a pagar em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 15.

11. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Investimento em controladas e coligada	320.222	412.499	13.325	12.594
Mais valia de ativos	187.813	215.757	-	-
Efeito da aplicação do IAS 29 (hiperinflação)	131.706	77.403	-	-
	639.741	705.659	13.325	12.594

Informações sobre os investimentos em 31 de dezembro de 2019:

Investidas	Participação	% Participação	Lucro líquido (Prejuízo)	Capital social	Patrimônio Líquido
Em controladas					
Indupa Argentina	Direta	98,44	(33.135)	85.135	459.091
Indupa Brasil	Indireta	98,44	40.682	293.091	343.252
Solalban	Em conjunto	57,10	(11.219)	27.217	15.998

Informações sobre os investimentos em 31 de dezembro de 2018:

Investidas	Participação	% Participação	Lucro líquido (Prejuízo)	Capital social	Patrimônio Líquido
Em controladas					
Indupa Argentina	Direta	87,76	213.963	85.135	558.228
Indupa Brasil	Indireta	87,76	172.746	277.832	301.275
Solalban	Em conjunto	50,90	1.847	35.808	21.712

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

				Equivalência patrimonial				
		Ajustes de conversão	Adição	No resultado	No patrimônio Líquido	Amortização	Recebimento	
Controladora	2017							2018
Investimento em controladas e coligada	286.919	-	-	187.773	(62.193)	-	-	412.499
Mais valia de ativos e passivos e ativos indenizáveis	300.355	(40.177)	48.935	-	-	(44.421)	(48.935)	215.757
Efeito da aplicação do IAS 29 (hiperinflação)	-	-	-	(4.253)	81.656	-	-	77.403
Total	587.274	(40.177)	48.935	(1) 183.520	19.463	(44.421)	(48.935)	(1) 705.659

Controladora	2018	Ajustes de conversão	Adição	Equivalência patrimonial		Amortização	Conversão de AFAC em Mútuo	Recebimento	2019
				No resultado	No patrimônio Líquido				
Investimento em controladas e coligada	412.499	-	16.363	(38.357)	57.805	-	(128.088)	-	320.222
Mais valia de ativos e passivos e ativos indenizáveis	215.757	(14.419)	32.431	-	-	(39.781)	-	(6.175)	187.813
Efeito da aplicação do IAS 29 (hiperinflação)	77.403	39.145	9.420	5.738	-	-	-	-	131.706
Total	705.659	24.726	58.214	(32.619)	57.805	(39.781)	(128.088)	(3) (6.175)	(2) 639.741

Consolidado	2017	Ajustes de conversão	Equivalência patrimonial		Dividendos recebidos	2018
			No resultado			
Investimento em controladas e coligada	21.817	(8.879)	1.026	(1.285)	12.679	
Efeito da aplicação do IAS 29 (hiperinflação)	-	-	(85)	-	(85)	
Total	21.817	(8.879)	941	(1.285)	12.594	

Consolidado	2018	Ajustes de conversão	Equivalência patrimonial		2019
			No resultado		
Investimento em controladas e coligada	12.679	(4.397)	1.325	9.607	
Efeito da aplicação do IAS 29 (hiperinflação)	(85)	-	3.803	3.718	
Total	12.594	(4.397)	5.128	13.325	

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

- (1) No primeiro trimestre 2018 a Companhia concluiu e recebeu o montante de R\$ 48.935 correspondente ao ajuste final de preço de aquisição da Solvay Indupa S.A.I.C, atualmente Indupa Argentina, ocorrida em 27 de dezembro de 2016, decorrente de ajuste de capital de giro que deveria ser apresentado pela Solvay Indupa S.A.I.C na data de aquisição, de acordo com os termos do contrato de compra e venda. Referido montante foi reconhecido no resultado na rubrica "Ajuste de preço de aquisição".
- (2) Valor referente à aquisição de participação de minoritários realizada através de oferta pública de ações ("OPA"), vide detalhe na nota explicativa nº1.
- (3) Refere-se a conversão de AFAC em mutuo, conforme evidenciado na Nota Explicativa 10.

12. Imobilizado

Controladora

	Taxa de depreciação anual		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
	2019	2018			2019	2018
Terrenos	-	-	247.550	-	247.550	247.550
Edificações e Construções	3,45% a 6,67%	3,45% a 6,67%	152.046	(64.942)	87.104	90.435
Equipamentos e Instalações	5% a 6%	5% a 6%	1.189.985	(711.137)	478.848	493.740
Veículos	20%	20%	362	(294)	68	167
Móveis e Utensílios	10%	10%	13.744	(11.208)	2.536	2.989
Demais bens	10%	10%	15.122	(9.543)	5.579	3.846
Imobilizado em andamento	-	-	43.980	-	43.980	41.734
			1.662.789	(797.124)	865.665	880.461

Consolidado

	Taxa anual de depreciação		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
	2019	2018			2019	2018
Terrenos	-	-	283.913	-	283.913	283.874
Edificações e Construções	3,33% a 6,67%	3,33% a 6,67%	466.155	(216.952)	249.203	249.003
Equipamentos e Instalações	5% a 10%	5% a 10%	3.290.912	(2.113.213)	1.177.699	1.202.926
Veículos	20%	20%	3.116	(2.601)	515	1.060
Móveis e Utensílios	10%	10%	26.571	(22.220)	4.351	4.542
Demais bens	10%	10%	28.211	(20.236)	7.975	4.323
Imobilizado em andamento	-	-	167.061	-	167.061	161.107
			4.265.939	(2.375.222)	1.890.717	1.906.835

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

Movimentação do ativo imobilizado

Controladora	2017	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	2018	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	2019
Terrenos	247.550	-	-	-	247.550	-	-	-	247.550
Edificações e Construções	91.381	3.106	-	(4.052)	90.435	836	-	(4.167)	87.104
Equipamentos e Instalações	515.680	21.592	(727)	(42.804)	493.741	29.337	(39)	(44.191)	478.848
Veículos	250	-	-	(83)	167	-	(30)	(69)	68
Móveis e Utensílios	2.546	1.103	(9)	(651)	2.989	129	(1)	(581)	2.536
Demais bens	4.024	346	-	(525)	3.845	2.541	(25)	(782)	5.579
Imobilizado em andamento	24.702	17.032	-	-	41.734	2.246	-	-	43.980
	<u>886.133</u>	<u>43.179</u>	<u>(736)</u>	<u>(48.115)</u>	<u>880.461</u>	<u>35.089</u>	<u>(95)</u>	<u>(49.790)</u>	<u>865.665</u>

Consolidado	2017	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	Efeito de Aplicação da IAS 29	Ajustes de conversão	2018
Terrenos	282.169	-	-	-	11.871	(10.166)	283.874
Edificações e Construções	250.790	7.230	-	(13.536)	23.018	(18.499)	249.003
Equipamentos e Instalações	1.203.877	144.279	(728)	(157.386)	82.901	(70.017)	1.202.926
Veículos	649	613	-	(248)	99	(53)	1.060
Móveis e Utensílios	3.823	1.745	(9)	(978)	415	(454)	4.542
Demais bens	4.024	759	-	(460)	-	-	4.323
Imobilizado em andamento	145.350	15.132	-	-	17.384	(16.759)	161.107
	<u>1.890.682</u>	<u>169.758</u>	<u>(737)</u>	<u>(172.608)</u>	<u>135.688</u>	<u>(115.948)</u>	<u>1.906.835</u>

Consolidado	2018	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	Efeito de Aplicação da IAS 29	Ajustes de conversão	2019
Terrenos	283.874	-	-	-	4.955	(4.916)	283.913
Edificações e Construções	249.003	15.712	-	(13.298)	5.362	(7.576)	249.203
Equipamentos e Instalações	1.202.926	108.142	(39)	(140.587)	37.019	(29.762)	1.177.699
Veículos	1.060	(301)	(30)	(209)	57	(62)	515
Móveis e Utensílios	4.542	692	(1)	(893)	322	(311)	4.351
Demais bens	4.323	4.688	(48)	(988)	-	-	7.975
Imobilizado em andamento	161.107	23.893	-	-	(3.430)	(14.509)	167.061
	<u>1.906.835</u>	<u>152.826</u>	<u>(118)</u>	<u>(155.975)</u>	<u>44.285</u>	<u>(57.136)</u>	<u>1.890.717</u>

A Companhia e suas controladas avaliam a recuperação do valor contábil dos seus imobilizados de acordo com o requerido pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Para encerramento das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram identificadas evidências de ativos com custos

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

registrados superiores aos seus valores de recuperação. Também não houve mudança de estimativa na vida útil dos bens incluídos no ativo imobilizado da Companhia e suas controladas.

13. Intangível

	Taxa anual de amortização		Controladora		Consolidado	
			Líquido		Líquido	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ágio	-	-	273.025	273.025	275.944	277.509
Direito de uso de Software	20%	20%	6.603	2.827	24.551	21.740
			279.628	275.852	300.495	299.249

Na controladora

No exercício de 2013, a Unipar Participações S.A, antiga denominação da Unipar Carbocloro S.A., que não era operacional, adquiriu participação adicional de 50% no capital da Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. ("Carbocloro"). Tendo em vista que a Unipar Participações S.A. já detinha outros 50% do capital da Carbocloro na data desta aquisição, a combinação de negócios foi tratada como uma combinação em estágios apurando um ágio total no montante de R\$ 273.025. A Carbocloro foi incorporada pela Companhia em 30 de setembro de 2013. Os saldos não são amortizados e só podem ser reduzidos pela venda do ativo relacionado ou por *Impairment*.

Movimentação do intangível com vida útil definida

Controladora	2017	Adição	Amortizações	2018	Adições	Amortizações	2019
Direito de uso de Software	5.659	490	(3.322)	2.827	6.757	(2.981)	6.603

Consolidado	2017	Adição	Amortizações	Ajustes de conversão	2018	Adições	Amortizações	Efeito de Aplicação da IAS 29	2019
Direito de uso de Software	5.835	19.675	(3.766)	(4)	21.740	9.736	(7.433)	508	24.551

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores nacionais	29.750	23.889	167.866	176.228
Fornecedores nacionais - imobilizado	1.649	4.520	7.055	12.973
Fornecedores nacionais - partes relacionadas	40	29	-	-
Fornecedores exterior	193	223	7.547	4.771
Fornecedores exterior - partes relacionadas	209	1.238	-	-
Circulante	31.841	29.899	182.468	193.972

15. Empréstimos e financiamentos

		Controladora		Consolidado	
	Moeda	2019	2018	2019	2018
Em moeda nacional					
Debêntures - Carbocloro (2019: CDI + 1,77% a.a. 2018: CDI + 2,15% a.a.) (1)	R\$	356.140	356.058	356.140	356.058
Debêntures Investimentos - Carbocloro (CDI + 2,00% a.a.) (2)	R\$	50.010	151.872	50.010	151.872
Capital de Giro - Carbocloro (2019 - CDI + 1,81 % a.a. - 2018 - CDI + 2,90% a.a.) (3)	R\$	196.579	338.815	196.579	338.815
Capital de Giro Taxa Fixa - Indupa BR (2018: 8,14% a.a.) (4)	R\$	-	-	-	69.769
Capital de Giro Taxa Fixa - Indupa AR (2019: 56% 2018: 63,19%a.a.) (6)	AR\$	-	-	6.147	20.040
Capital de Giro CDI - Indupa BR (CDI + 3,65% a.a.) (5)	R\$	-	-	-	9.308
BNDES - Carbocloro (TJLP + 2,33% a.a.) (7)	R\$	3.962	6.206	3.962	6.206
BNDES - Carbocloro (SELIC + 2,36% a.a.) (7)	R\$	4.856	7.200	4.856	7.200
BNDES - Indupa BR (TJLP + 1,40% a.a.) (8)	R\$	-	-	14.433	21.237
BNDES - Indupa BR (TJLP + 1,87% a.a.) (9)	R\$	-	-	16.832	7.308
BNDES - Indupa BR (IPCA + 2,14% a.a.) (9)	R\$	-	-	24.570	10.037
Em moeda estrangeira					
Capital de Giro (2019: 6,25% a.a., 2018: 4,85% a.a.)(10)	US\$	-	-	4.019	29.996
		611.547	860.151	677.548	1.027.846
Circulante		151.547	340.159	177.566	477.918
Não circulante		460.000	519.992	499.982	549.928

- (1) Debêntures simples, não conversíveis em ações e livres de garantia, emitidas em 28 de março de 2018, em duas séries, no total de R\$ 350.000, destinadas ao alongamento do perfil do endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar o seu caixa. A 1ª série no valor de R\$ 210.170 teve 93% do seu montante alongado por meio da 5ª emissão de debêntures em 10 de Junho de 2019, o valor principal não alongado, será amortizado em 20 de março de 2020, o valor correspondente a 5ª emissão será amortizado em três parcelas anuais a partir de 12 de Junho de 2023. A 2ª série no valor de R\$ 139.830 será amortizada em duas parcelas anuais vencíveis em 20 de março de 2021 e 2022. Os juros são pagos semestralmente para ambas as emissões.
- (2) Debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas em novembro de 2013 para a aquisição dos 50% de participação adicional no capital da Carbocloro, amortizadas semestralmente, com vencimento final para maio de 2020, garantidas por cessão fiduciária da totalidade dos valores referentes às distribuições de dividendos, juros sobre capital próprio, ou quaisquer outras formas de distribuição de resultados devidas pela Companhia aos acionistas controladores.
- (3) Captações destinadas a reforço de caixa da Companhia, livres de garantia, sendo, (i) R\$38.797 com juros pagos trimestralmente, valor principal a ser amortizado em cinco parcelas trimestrais a partir de dezembro de 2019, (ii) R\$ 49.733 com juros pagos semestralmente na carência, e valor principal a ser amortizado em quatro parcelas trimestrais a partir de março de 2020, (iii) empréstimo em dólares com swap para reais no montante de R\$ 109.172, valor atualizado na curva de R\$ 112.869 é contrabalanceado pelo ajuste positivo de

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

swap no montante de R\$ 3.673 e despesas diferidas no montante de R\$ 1.149, de modo que o efeito líquido no passivo é de R\$ 108.097, com juros pagos trimestralmente, valor principal a ser amortizado em 9 parcelas trimestrais a partir de março 2021.

- (4) Empréstimos de curto prazo captados em datas diversas pela Indupa Brasil para capital de giro sem garantias.
- (5) Captação destinada à reforço de caixa da Indupa Brasil lastreada à exposição com início em 21 de fevereiro de 2017 e vencimento em 22 de fevereiro de 2019 com amortização de principal e juros.
- (6) Empréstimos de curto prazo captados pela Indupa Argentina, em Pesos para capital de giro sem garantias.
- (7) Captações destinadas à modernização da planta em Cubatão garantidas por terrenos, bem como pelas edificações e equipamentos da Companhia.
- (8) Captações destinadas à investimentos ambientais, projetos sociais, aquisições de máquinas e equipamentos nacionais para modernização da planta de Santo André. O empréstimo é garantido através de fiança bancária.
- (9) Captações destinadas à centralização e modernização da linha de produção de resinas de PVC da fábrica de Santo André, a garantia dessa operação é o aval da Unipar. A primeira liberação foi realizada em novembro de 2018 e a segunda liberação em dez/2019.
- (10) Empréstimos em curto prazo captados pela Indupa Argentina em dólares para capital de giro, em grande parte, com lastro de exportação. Pré – financiamento de exportação.

O cronograma de amortização desses empréstimos e financiamentos é o seguinte:

	Controladora	Consolidado
	2019	2019
2020	151.547	177.567
2021	123.576	135.124
2022	119.804	126.554
2023	80.387	87.137
2024 em diante	136.233	151.166
	611.547	677.548

Certos empréstimos e financiamentos apresentam cláusulas que estabelecem o atendimento de determinados indicadores financeiros (*covenants*). Indicadores estes, que são mensurados semestralmente ou anualmente, conforme prazos estabelecidos em cada contrato. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia e suas controladas estavam adimplentes com o atendimento dessas cláusulas.

16. Energia elétrica

A Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil possuem contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica, na condição de consumidor livre. Tais contratos, além de englobarem o preço da energia efetivamente contratada, contêm encargos estabelecidos no âmbito governamental. Um destes encargos refere-se à Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), e seu valor é determinado anualmente pelo Governo Brasileiro.

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2015 a julho de 2016 indicava alta majoração deste encargo, o que levou a Companhia, a Indupa Brasil e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança da CDE com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (“ABRACE”).

No início do 3º trimestre de 2015, a ABRACE obteve liminar indicando que, enquanto o processo encontrar-se em julgamento, os consumidores livres que questionaram o valor deveriam ser cobrados por valores menores do que aqueles inicialmente estipulados. A Companhia e a Indupa Brasil provisionam integralmente os valores inicialmente estipulados, mas efetuam os pagamentos apenas dos montantes previstos na liminar de acordo com o faturamento do fornecedor (CTEEP).

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2016 a julho de 2017 também indicou valores que, segundo a ABRACE, estão acima dos considerados corretos pela associação. Sendo assim, a ABRACE também questionou judicialmente as futuras cobranças do encargo com seu novo valor e obteve liminar favorável nos mesmos moldes da liminar obtida para as cobranças relativas ao período de agosto de 2015 a julho de 2016. Em 31 de dezembro de 2019, os respectivos processos continuam em discussão.

Não há discussões sobre os valores da CDE relativas aos períodos posteriores a agosto de 2017.

17. Demandas judiciais

A Companhia e suas controladas, suportadas pela avaliação de seus consultores jurídicos, internos e externos, classificam a probabilidade de perda de suas demandas judiciais em “provável”, “possível” e “remota”.

Para as causas consideradas “prováveis” são constituídas provisões e, quando aplicável, os saldos são registrados líquidos dos depósitos judiciais atrelados aos processos, como segue.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fiscais	14.162	24.652	25.119	28.956
Trabalhistas e previdenciárias	19.866	17.266	44.089	46.866
Cíveis	1.003	837	5.265	4.544
Total	35.031	42.755	74.473	80.366
Depósitos judiciais fiscais	(11.046)	(17.287)	(17.645)	(17.445)
Depósitos judiciais trabalhistas	(5.020)	(3.545)	(15.436)	(13.511)
Total	(16.066)	(20.832)	(33.081)	(30.956)
Não Circulante	18.965	21.923	41.392	49.410

Movimentação das provisões para demandas judiciais está demonstrada a seguir:

Controladora	2017	Adições	Baixas/ Reversão	Transferências	Atualização monetária	2018
Fiscais	20.572	4.562	(483)	-	-	24.651
Trabalhistas e previdenciárias	27.037	-	(9.771)	-	-	17.266
Cíveis	58.150	1.379	(58.692)	-	-	837
Depósitos Judiciais	(23.462)	(31.498)	33.357	809	(37)	(20.831)
	82.297	(25.557)	(35.589)	809	(37)	21.923

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

Controladora	2018	Adições	Baixas/ Reversão	Transferências	Atualização monetária	2019
Fiscais	24.651	900	(11.389)	-	-	14.162
Trabalhistas e previdenciárias	17.266	6.039	(3.439)	-	-	19.866
Cíveis	837	289	(123)	-	-	1.003
Depósitos Judiciais	(20.831)	(5.725)	4.238	6.521	(269)	(16.066)
	<u>21.923</u>	<u>1.503</u>	<u>(10.713)</u>	<u>6.521</u>	<u>(269)</u>	<u>18.965</u>

Consolidado	2017	Adições	Baixas/ Reversão	Transferências	Atualização monetária	Ajustes de conversão	2018
Fiscais	27.780	4.743	(3.568)	-	-	-	28.955
Trabalhistas e previdenciárias	52.033	8.846	(12.152)	-	-	(1.861)	46.866
Cíveis	58.222	5.058	(58.736)	-	-	-	4.544
Depósitos Judiciais	(32.346)	(34.725)	35.279	874	(37)	-	(30.955)
	<u>105.689</u>	<u>(16.078)</u>	<u>(39.177)</u>	<u>874</u>	<u>(37)</u>	<u>(1.861)</u>	<u>49.410</u>

Consolidado	2018	Adições	Baixas/ Reversão	Transferências	Atualização monetária	Ajustes de conversão	2019
Fiscais	28.955	8.476	(12.312)	-	-	-	25.119
Trabalhistas e previdenciárias	46.866	11.972	(13.424)	-	-	(1.325)	44.089
Cíveis	4.544	896	(175)	-	-	-	5.265
Depósitos Judiciais	(30.955)	(18.285)	9.971	6.457	(269)	-	(33.081)
	<u>49.410</u>	<u>3.059</u>	<u>(15.940)</u>	<u>6.457</u>	<u>(269)</u>	<u>(1.325)</u>	<u>41.392</u>

As principais demandas judiciais e respectivos honorários, quando aplicáveis, estão descritas a seguir:

Na Controladora

a) Demandas fiscais

i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") – Prováveis

Causa transitada e julgada de forma favorável a Unipar cujo valor foi revertido em 30 de setembro de 2019 (R\$ 6.341 em 31 de dezembro de 2018) e o saldo do depósito judicial reclassificado para Depósitos Judiciais (vide Nota Explicativa 9).

ii. Outros processos fiscais – Prováveis

São compostos por diversos processos relacionados com disputas relativas a PIS, COFINS, INSS e IPTU, entre outros, que totalizam o montante de R\$ 11.965 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 16.013 em 31 de dezembro de 2018), avaliados como perda provável pelos consultores jurídicos e devidamente provisionados.

iii. Honorários de Sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2019 o montante dessas provisões é de R\$ 2.196 (R\$ 2.297 em 31 de dezembro de 2018).

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

iv. Demais processos fiscais – Possíveis

São compostos por disputas de compensações de impostos e contribuições não homologadas pela Receita Federal, processos judiciais da ex-controlada Goyana, exigência de débito de IOF sobre operações de créditos com coligadas, indedutibilidade de despesas para fins de imposto de renda e contribuição social e exigência de débitos de PIS e COFINS, entre outros que totalizam o montante de R\$ 32.644 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 20.248 em 31 de dezembro de 2018). A administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos avalia a probabilidade de perda como possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências.

b) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias

i. Processos trabalhistas e previdenciários

Esta rubrica é composta principalmente das ações judiciais de natureza trabalhista, que de uma de maneira geral, referem-se a discussões de ex-funcionários questionando principalmente o direito sobre gratificações, horas extras, seus reflexos e respectivos encargos. A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda provável o montante total de R\$ 19.848 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 17.248 em 31 de dezembro de 2018) e com a probabilidade de perda possível o montante de R\$ 21.844 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 37.706 em 31 de dezembro de 2018).

ii. Demais processos trabalhistas

Esta rubrica é composta de ações judiciais de natureza trabalhista, referente à discussões de ex-funcionários da ex-investida, que totalizam o montante de R\$ 1.500 em 31 de dezembro de 2019. A administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos considera a probabilidade de perda como possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências. Além disso a Companhia possui cláusula de regresso de valores relacionados a estas causas baseados no contrato de desinvestimento.

iii. Honorários de Sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2019 o montante dessas provisões é de R\$ 18 (R\$ 18 em 31 de dezembro de 2018).

c) Demandas Cíveis

i. Reintegração de Ex-funcionário em Plano de Saúde – Provável

Refere-se a ação judicial pela qual ex-empregado requer a reativação de seu antigo seguro e a devolução da quantia paga à operadora atual. O montante desta ação

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

representava R\$ 935 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 827 em 31 de dezembro de 2018).

ii. Honorários de sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2019 o montante dessas provisões é de R\$ 50 (R\$ 10 em 31 de dezembro de 2018).

d) Demandas judiciais ambientais

i. Demanda judiciais não mensuráveis

O Ministério Público Federal ("MPF") requereu, através de ação civil pública, a reformulação da unidade de produção com células de mercúrio e a reparação de eventual dano ambiental, com pagamento de indenização. O processo foi extinto, em 1ª instância, sem resolução de mérito. O MPF interpôs recurso de apelação, sendo reformada a decisão para que se instaurasse a produção de provas. Após decisão das Instâncias Superiores (Superior Tribunal de Justiça – "STJ") o processo retornou à Vara de origem para produção de provas e prolação de sentença. Para fins de recolhimento de custas, foi atribuído à causa o valor de R\$ 500. Contudo, na atual fase processual, não é possível estimar valores confiáveis para o caso de eventual condenação.

O Ministério Público Federal também distribuiu ação civil pública em face da Companhia requerendo a recuperação de eventuais danos ambientais, indenização de danos irreversíveis, implantação de sistemas de tratamento e monitoramento online, bem como a manutenção do controle gerencial de mercúrio e sua destinação. A perícia foi realizada em 13 de julho de 2016, tendo o laudo pericial sido favorável a Companhia. Para fins de recolhimento de custas, foi atribuído à causa o valor de R\$ 20.000. Contudo na atual fase processual, não é possível estimar valores confiáveis para o caso de eventual condenação.

Na controlada Indupa Brasil

As principais demandas judiciais e respectivos honorários estão descritas a seguir:

a) Demandas fiscais

i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

Como consequência de hiperinflação no passado, foi regulamentada (a partir de dezembro de 1995) a reexpressão do valor dos bens do ativo imobilizado utilizando um índice obrigatório determinado pelo governo. Este índice foi mantido artificialmente em um menor valor durante 1991 em comparação com os índices de inflação de outras agências independentes. A Companhia reavaliou seus ativos por um índice maior no exercício de 1991, gerando assim uma depreciação anual maior para os exercícios fiscais futuros. A lei impositiva correspondente determinou que tais contribuições

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

complementares sobre a depreciação que surge da diferença entre índices, deveriam ser consideradas como despesa dedutível somente para efeito de imposto de renda para um período de seis anos que começava em 1992. Porém, a Companhia decidiu considerar o montante desta diferença como despesa dedutível de imposto de renda e contribuição social no primeiro ano. Como resultado, as autoridades fiscais notificaram a Companhia posteriormente.

Em 31 de dezembro de 2019 o valor total da causa é de R\$ 39.422 (R\$ 38.919 em 31 de dezembro de 2018). A causa, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, foi segregada de acordo com as ações realizadas no pleito como provável, possível e remota. O montante da causa cuja probabilidade de perda foi considerada como provável é de R\$ 2.072 (R\$ 2.047 em 31 de dezembro de 2018) e o montante da causa cuja probabilidade de perda foi considerada como possível é de R\$ 34.015 (R\$ 33.582 em 31 de dezembro de 2018).

ii. IPTU prefeitura de Santo André

Trata-se da cobrança de IPTU, do exercício de 1991, referente aos imóveis localizados na cidade de Santo André, na Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, km 38, s/nº. Após aproximadamente quinze anos de litígio, no primeiro trimestre de 2019, foi proferida decisão pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ desfavorável à Companhia. Por essa razão, a Companhia baseada na avaliação de seus consultores jurídicos reavaliou a probabilidade de perda da causa de possível para provável. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém uma provisão no montante de R\$ 6.273.

iii. Outros processos fiscais prováveis

Disputas no montante de R\$ 488 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 165 em 31 de dezembro de 2018), basicamente representada por processo relativo a imposto municipal, avaliadas como perda provável pelos consultores jurídicos e devidamente provisionadas.

iv. Demais processos fiscais (possíveis):

Além do processo descrito no item "i", a Companhia possui disputas de compensações de impostos e contribuições não homologadas pela Receita Federal no montante de R\$ 29.614, Auto de Infração questionando a utilização do prejuízo fiscal de 2009 no montante de R\$ 39.580 e outros processos que montam R\$ 4.440.

Com isso o montante de R\$ 107.649 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 109.907 em 31 de dezembro de 2018) foi considerado pela Administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, como probabilidade de perda possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências.

v. Honorários de sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2019 o montante dessas provisões é de R\$ 2.123 (R\$ 2.092 em 31 de dezembro de 2018).

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

b) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias

i. *Processos Trabalhistas e previdenciários*

Esta rubrica é composta principalmente das ações judiciais de natureza trabalhista, que de uma de maneira geral, referem-se a discussões de ex-funcionários questionando principalmente o direito sobre danos materiais e morais, doença ocupacional, terceirização, gratificações por desempenho e equiparação salarial. A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda provável o montante total de R\$ 19.189 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 25.805 em 31 de dezembro de 2018) e com a probabilidade perda possível o montante de R\$ 46.163 (R\$ 10.284 em 31 de dezembro de 2018).

O aumento no valor das causas avaliadas como perda possível é decorrente da entrada de novos processos.

c) Demandas judiciais cíveis

i. *Demandas judiciais Cíveis prováveis*

Basicamente referem-se aos honorários de sucumbências de processos de recuperação de créditos de clientes inadimplentes.

A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda provável o montante total de R\$ 4.262 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 3.707 em 31 de dezembro de 2018) e com a probabilidade de perda possível o montante de R\$ 29.424 em 30 de dezembro de 2019 (R\$ 25.308 em 31 de dezembro de 2018).

Na controlada Indupa Argentina

a) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias

i. *Processos trabalhistas e previdenciários – Prováveis*

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-funcionários questionando principalmente o direito sobre diferenças indenizatórias e doença ocupacional, para os quais a controlada baseada na avaliação de seus consultores jurídicos mantém provisão de R\$ 5.034 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 3.795 em 31 de dezembro de 2018).

18. Passivo ambiental

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos ambientais decorrentes de vazamento de substâncias químicas, falhas de equipamentos, acidentes de transporte ou falhas no processo de produção. A administração considera a proteção ao meio ambiente como um aspecto-chave de suas atividades, aplicando políticas que visam a prevenção e o

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

controle desses riscos em todas as unidades de produção, que permitem o cumprimento, por vezes, além das normas legais.

Em cumprimento a estas políticas, a Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra, com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

	Consolidado	
	2019	2018
Passivo ambiental	20.108	21.868
Circulante	13.542	4.522
Não circulante	6.566	17.346

Movimentação das provisões para passivo ambiental

Consolidado	2017	Adições	Reversões	Utilização	Ajustes de conversão	2018
Passivo ambiental	42.767	15.950	(9.652)	(15.935)	(11.262)	21.868

Consolidado	2018	Adições	Reversões	Utilização	Ajustes de conversão	2019
Passivo ambiental	21.868	6.334	(241)	(7.685)	(168)	20.108

19. Débito com terceiros

Corresponde a dívida com a Solvay Vinyls Holding A.G. relacionada com a aquisição da Solvay Indupa S.A.I.C, no montante de US\$ 136 milhões sobre a qual incide encargos de 3% a.a. pagos anualmente e amortização do principal em cinco parcelas anuais de US\$ 27,2 milhões, com vencimento inicial em 27 de dezembro de 2022 e término em 27 de dezembro de 2026.

Essa dívida possui cláusulas que estabelecem o atendimento de determinados indicadores financeiros (*covenants*). Indicadores estes, que são mensurados em junho e dezembro de cada exercício social. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as controladas estavam adimplentes com o atendimento dessas cláusulas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

20. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes dos impostos	270.704	667.399	256.610	676.737
Alíquota nominal combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota nominal combinada	(92.039)	(226.916)	(87.247)	(230.091)
Diferenças permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	(11.091)	63.843	(2.213)	329
Atualização monetária sobre resultado de participação societária	-	(1.446)	-	(1.446)
Diferença da alíquota nominal para controlada na Argentina	-	-	(1.140)	11.512
Encargos indedutíveis em controlada na Argentina (1)	-	-	(41.225)	-
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação) (2)	-	-	(18.292)	(40.476)
Outros	(626)	3.211	(3.644)	1.492
Total créditos de diferenças permanentes	(11.717)	65.608	(66.514)	(28.589)
Efeito no ano de créditos tributários temporais não reconhecidos				
Diferenças temporárias	-	-	-	12.787
Prejuízos fiscais	-	-	-	7.684
Créditos tributários não reconhecidos em anos anteriores				
Diferenças temporárias	-	-	-	44.363
Prejuízos fiscais	6.557	21.949	69.509	64.549
Total da despesa de IRPJ e CSLL registrada no resultado	(97.199)	(139.359)	(84.252)	(129.297)
Alíquota efetiva combinada de IRPJ e CSLL	35,91%	20,88%	32,83%	19,11%
IRPJ e CSLL correntes	(99.888)	(100.056)	(129.289)	(135.035)
IRPJ e CSLL diferidos	2.689	(39.303)	45.037	5.738
Total da (despesa)/ receita de IR e CSLL	(97.199)	(139.359)	(84.252)	(129.297)

- (1) Refere-se aos efeitos na alíquota efetiva causados pela indedutibilidade dos encargos de atualização monetária do AFAC convertido em Mútuo.
- (2) Refere-se aos efeitos na alíquota efetiva causados pela correção monetária dos itens do Patrimônio Líquido da Indupa Argentina.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, sobre a base negativa da contribuição social e sobre as diferenças temporárias apuradas entre o lucro contábil e o lucro tributável. As alíquotas desses impostos para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais, das bases negativas de contribuição social e das diferenças temporárias. Para determinação desse reconhecimento, a Companhia utiliza como parâmetros o disposto na Instrução CVM nº 371/02. Esta norma indica que os montantes a serem recuperados devem ser determinados com base em projeções de resultados tributáveis futuros. Como qualquer estimativa, estas projeções são elaboradas e

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

fundamentadas com base em premissas internas e em hipóteses para cenários econômicos futuros que podem, com o passar do tempo, sofrer alterações.

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto diferido ativo				
Demandas judiciais	11.911	12.381	23.610	22.618
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	7.303	42.019
Ágio a amortizar	14.909	18.884	14.909	18.884
Valor justo de instrumentos financeiros	3.875	3.875	3.875	3.875
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	34.858	37.955	203.990	138.559
Passivo ambiental	-	-	6.731	7.271
Obrigações com benefícios a empregados (IAS 19)	1.620	1.179	16.503	13.506
Outros	31.074	36.916	57.727	69.145
Total do imposto diferido ativo	98.247	111.190	334.648	315.877
Imposto diferido passivo				
Combinação de negócios	(63.473)	(65.658)	(63.473)	(65.658)
Efeito da depreciação (contábil / fiscal)	(81.064)	(79.949)	(136.007)	(115.779)
Tributos diferidos sobre mais valia	(214.482)	(214.982)	(214.482)	(214.982)
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação) (2)	-	-	(55.710)	(47.491)
Atualizações Monetárias	(2.927)	(2.927)	(2.927)	(2.927)
Encargos capitalizados	(3.274)	(3.159)	(5.132)	(4.846)
Efeito tributário sobre o ganho pelo métodos de aplicação de equivalência patrimonial	(6.074)	-	(6.074)	-
Ajustes acumulados de conversão da Mais Valia Indupa Argentina	24.868	19.965	24.868	19.965
Total do imposto diferido passivo	(346.426)	(346.710)	(458.937)	(431.718)
Provisão por impairment	-	-	-	(58.004)
Líquido Ativo (Passivo) de imposto diferido após impairment	(248.179)	(235.520)	(124.289)	(173.845)
Passivo de imposto diferido líquido após impairment	(248.179)	(235.520)	(296.628)	(273.968)
Ativo (Passivo) de imposto diferido líquido após impairment	-	-	172.339	100.123

O prazo de recuperação dos tributos diferidos ativos da Companhia foi estimado de acordo com a realização de diversos eventos projetados e está dividido conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
2020	12.900	30.949
2021	18.057	79.656
2022	44.984	82.766
2023	14.046	40.902
2024 em diante	8.260	100.375
	98.247	334.648

A Companhia realiza anualmente estudo técnico de viabilidade relativo à expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e, à medida que for provável que no futuro haverá lucros tributáveis suficientes para a realização do ativo fiscal diferido não contabilizado, a Companhia o registrará contabilmente.

A Companhia no exercício de 2019, baseada em projeção de resultados futuros, contabilizou um ativo fiscal sobre resultados negativos de exercícios anteriores no montante de R\$ 4.912 de base negativa de contribuição social e também reconheceu um crédito pela homologação do incentivo fiscal da Lei do BEM nº 11.196/2005 relativo ao ano calendário 2016 no montante de R\$ 1.645.

A Companhia ainda possui uma parcela de prejuízos fiscais não operacionais para os quais ainda não foi reconhecido ativo fiscal diferido. O valor total destes prejuízos fiscais não operacionais em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 525.257 (R\$ 525.257 em 31 de

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

dezembro de 2018). Em relação a contribuição social não há ativo fiscal diferido a ser reconhecido em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 54.579 em 31 de dezembro de 2018).

Na controlada Indupa Brasil, no exercício de 2019, baseada em projeção de resultados futuros, contabilizou um ativo fiscal sobre resultados negativos de exercícios anteriores no montante de R\$ 59.847 correspondente a R\$ 43.822 de prejuízos fiscais e R\$ 16.025 de base negativa de contribuição social.

Além do reconhecimento anual, no último trimestre do exercício de 2019, houve a homologação do incentivo fiscal da Lei do BEM nº 11.196/2005 relativo ao ano calendário 2016, ocasionando o reconhecimento adicional de ativo diferido no montante de R\$ 3.105.

A controlada Indupa Brasil não possui prejuízos fiscais operacionais e base negativa de contribuição social para os quais ainda não tenha sido reconhecido ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 168.973 em 31 de dezembro de 2018) e (R\$ 175.122 em 31 de dezembro de 2018), respectivamente.

21. Obrigações com benefícios aos empregados

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Plano de pensão	-	-	1.558	1.382
Plano de saúde	4.765	3.467	42.516	34.481
Benefícios rescisórios	-	-	5.129	6.441
Provisão para gratificação por tempo de serviço	-	-	1.047	896
Total	4.765	3.467	50.250	43.200

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios definidos e contribuições definidas a seus empregados que tem como principal objetivo a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social.

Planos de benefícios definidos

Os planos de benefícios definidos são calculados por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxa de juros, inflação, aumento dos benefícios futuros, contribuições de colaboradores ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para as patrocinadoras. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

Através de seus planos de benefícios definidos, a Companhia e suas controladas estão expostas a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

a) Volatilidade dos ativos

As obrigações dos planos são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit que necessitará de equacionamento.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

b) Variação na rentabilidade dos títulos

Uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

c) Risco de inflação

Algumas obrigações dos planos de benefícios são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações. A maior parte dos ativos dos planos ou não são afetados ou tem uma pequena correlação com a inflação, o que significa que uma alta de inflação resultará também em alta do déficit.

d) Expectativa de vida

A maioria das obrigações dos planos proporciona benefícios durante a vida do participante, de modo que o aumento na expectativa de vida resultará em um aumento nos passivos dos planos.

e) Hipóteses demográficas

As hipóteses demográficas levam em conta tábuas de mortalidade, invalidez e rotatividade e são estabelecidas pelos atuários de acordo com o perfil dos colaboradores.

Na Controladora

A Companhia oferece aos seus colaboradores um plano de previdência complementar que são executados pela Carboprev Sociedade de Previdência Privada ("Carboprev"), entidade de previdência complementar fechada dotada de autonomia administrativa.

a) Plano de contribuição definida

São custeados pelos participantes e pela patrocinadora e são administrados pela Carboprev. Durante o exercício de 2019, a Companhia contribuiu para esses fundos com R\$ 2.538 (R\$ 2.003 no exercício de 2018), sendo esse montante registrado como despesa. Uma vez pagas essas contribuições a Companhia não tem mais obrigações.

b) Planos de benefícios definidos

As principais hipóteses econômicas e biométricas estão a seguir descritas:

	2019	2018
Taxa de desconto nominal	7,52% a 7,77% a.a.	9,81% a 10,06% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	4,25 % a.a.	4,75 % a.a.
Taxa nominal do benefício	4,25 % a.a.	4,75 % a.a.
Inflação médica	7,90 % a.a.	8,42 % a.a.
Mortalidade geral	AT-2000	AT-2000

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

c) Plano de aposentadoria

A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2019 é de 89 (102 em 31 de dezembro de 2018). Atualmente o número de assistidos é de 82.

A posição atuarial do plano em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

	Controladora	
	2019	2018
Valor presente das obrigações atuariais	70.662	60.274
Valor justo dos ativos	(98.047)	(82.404)
Superávit	(27.385)	(22.130)
Efeito do teto do ativo	27.385	22.130
Passivo atuarial líquido	-	-

Não se espera que o superávit apresentado traga benefícios econômicos e, portanto, a Companhia não pode reconhecê-lo como um ativo atuarial líquido, de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados.

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2019	2018
Obrigações atuariais no final do exercício anterior	60.274	56.331
Custo financeiro	5.671	5.705
Perdas atuariais - experiência	(52)	813
Perdas/ ganhos atuariais - premissas financeiras	9.902	2.398
Benefícios pagos sobre ativos do plano	(5.134)	(4.973)
Saldo em 31 de dezembro	70.661	60.274

A movimentação do valor justo dos ativos do plano nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2019	2018
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício anterior	82.404	75.020
Receitas de juros sobre os ativos do plano	12.786	4.534
Retorno esperado sobre os ativos do plano	7.850	7.690
Contribuições do empregador	141	133
Benefícios pagos	(5.134)	(4.973)
Saldo em 31 de dezembro	98.047	82.404

A movimentação do passivo atuarial líquido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2019	2018
Custo de serviço corrente e juros sobre ativo líquido	(8)	(7)
Contribuições da patrocinadora	(141)	(133)
Efeitos de remensuração - ganhos atuariais e variação de teto do ativo no período	149	140
Passivo atuarial líquido	-	-

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

As despesas de custos de serviço e financeiro e os ganhos e perdas atuariais desses benefícios reconhecidas no exercício de 2019 é de R\$ 8 e a projeção para o exercício seguinte é de receita atuarial de R\$ 6.

d) Plano de Saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores um benefício de saúde pós-aposentadoria de 2 anos, quando, de forma cumulativa ele tenha o seu contrato de trabalho rescindido e já esteja aposentado pela previdência oficial.

Esse benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido.

A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2019 é de 384 (381 em 31 de dezembro de 2018). Atualmente o número de assistidos é de 26.

A movimentação do passivo atuarial desse benefício nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é apresentada a seguir:

	Controladora	
	2019	2018
Obrigações atuariais no final do exercício anterior	3.467	2.865
Custo de serviço corrente, juros sobre passivo líquido e custo de serviço passado	468	455
Contribuições da patrocinadora	(682)	(495)
Efeitos de remensuração - (ganhos)/perdas atuariais e variação de teto do ativo no período	1.513	642
	4.766	3.467

As despesas de custos de serviço e financeiro desse benefício reconhecidas no exercício de 2019 é de R\$ 468 e a projeção para estas despesas no exercício seguinte é de R\$ 661.

Análise de sensibilidade dos benefícios definidos

Descrição da premissa	Avaliação do impacto	Impacto em R\$ mil efeito na obrigação 2019	
		Plano de previdência	Plano de saúde
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(3.188)	155
Taxa de desconto	Redução de 0,5%	3.457	215
Taxa de reajuste de benefício	Aumento de 0,5%	3.192	-
Taxa de reajuste de benefício	Redução de 0,5%	(2.979)	-
Taxa da inflação médica	Aumento de 1%	-	514
Taxa da inflação médica	Redução de 1%	-	348
Tábua de mortalidade (idade)	Aumento de +1	(2.252)	145
Tábua de mortalidade (idade)	Redução de -1	2.249	182

Na Indupa Brasil

a) Plano de contribuição definida

A controlada Indupa Brasil patrocina um plano de contribuição definida custeado pelos

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

participantes e pela patrocinadora administrado pela MAPFRE Previdência S.A. Uma vez paga as contribuições a controlada não tem mais obrigações.

b) Planos de benefícios definidos

As principais hipóteses econômicas e biométricas, utilizadas para a avaliação anual em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão a seguir descritas:

	2019	2018
Taxa de desconto nominal	7,38% a 9,06% a.a.	9,06% a 9,84% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	3,90% a 4,75% a.a.	4,75% a 4,97% a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	4,77 % a.a.	5,27 % a.a.
Inflação médica	4,25% a.a.	3,90 % a.a.
Mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca

c) Plano de pensão

A controlada mantém um plano de pensão para ex-colaboradores, contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido. A quantidade de beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2019 é de 2 (2 em 31 de dezembro de 2018). O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2019 é de R\$1.558 (R\$ 1.382 em dezembro de 2018)

d) Plano de Saúde

A controlada oferece um plano de assistência pós-emprego para determinados colaboradores e ex-colaboradores aposentados. Esse benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido. A quantidade de beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2019 é de 140 (158 em 31 de dezembro de 2018). O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 37.751 (R\$ 31.014 em 31 de dezembro de 2018)

e) Gratificações de tempo de casa

A controlada oferece a todos os seus colaboradores uma gratificação ao completarem 10 e 25 anos de trabalho. Essa gratificação é contabilizada como uma obrigação de benefício definido. A quantidade de beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2019 é de 294 (292 em 31 de dezembro de 2018). O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2019 é de R\$1.047 (R\$896 em 31 de dezembro de 2018)

f) Benefícios rescisórios

A controlada proporciona benefício de indenização adicional por desligamento para determinados colaboradores. As definições dos montantes do benefício estão vinculadas ao tempo de trabalho. Esses benefícios são contabilizados como obrigações de benefício definido e o passivo atuarial. O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 782 (R\$763 em 31 de dezembro de 2018).

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

As projeções de despesas de custos de serviço e financeiro, dos benefícios citados acima, para o exercício seguinte está descrita a seguir:

	2020
Plano de Pensão	108
Plano de saúde	2.831
Benefícios Rescisórios	113
Gratificação por tempo de casa	195
	<u>3.247</u>

Na Indupa Argentina

a) Plano de contribuição definida

A controlada Indupa Argentina patrocina um plano de contribuição definida custeada pelos participantes e pela patrocinadora administrado pela BNP (*Fideicomiso Optimum*). Uma vez paga as contribuições a controlada não tem mais obrigações.

b) Plano de benefício definido

As principais hipóteses econômicas e biométricas utilizadas para a avaliação anual em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão a seguir descritas:

	2019	2018
Taxa de desconto nominal	18,80 % a.a.	16,60 % a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	10,00 % a.a.	10,00 % a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	10,55 % a.a.	10,55 % a.a.
Mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca

c) Plano de benefício por desligamento, invalidez ou morte

A controlada proporciona um benefício de indenização em caso de desligamento, invalidez ou morte. Em caso de desligamento a elegibilidade é a partir dos 65 anos para homens e 60 para mulheres. O montante do benefício a ser pago em parcela única varia entre três a seis salários mensais dependendo do motivo da elegibilidade. A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2019 é de 532 (535 em 31 de dezembro de 2018). Esse benefício é contabilizado como uma obrigação de benefício definido e o passivo atuarial em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 4.499 (R\$ 5.440 em 31 de dezembro de 2018). A projeção de despesas de custos de serviço e financeiro desse plano de benefício para o exercício seguinte é de R\$ 1.229

22. Capital social

a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação de seu Conselho de Administração, até o valor de R\$ 840.000.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

A Companhia capitalizou um montante de R\$ 224.587 através da utilização de parte do saldo da reserva estatutária, denominada reserva para investimento, em conformidade com o disposto no artigo 169 da Lei das Sociedades por Ações para aumento do capital social, com a emissão de 14.525.820 ações atribuídas a título de bonificação, de forma gratuita, aos detentores de ações em 18 de junho de 2019.

b) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 699.002 (R\$ 474.415 em 31 de dezembro de 2018) composto por ações nominativas escriturais, com a seguinte distribuição:

	Quantidade de ações (milhares)	
	2019	2018
Ações ordinárias	35.252	30.382
Ações preferenciais Classe A	2.812	2.530
Ações preferenciais Classe B	63.616	58.234
	101.680	91.146

No período de 19 de junho de 2019 a 31 de dezembro de 2019, foi realizada a conversão de 15 ações preferenciais "A" em ações preferenciais "B", conforme Parágrafo 3º do Artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

c) Direitos das ações

As ações ordinárias têm direito a voto nas deliberações sociais. As ações preferenciais Classe A têm direito ao recebimento de dividendo mínimo prioritário de 10% ao ano sobre a parcela de capital social constituída por essa classe de ação, dividendo a ser entre elas rateado igualmente, sendo assegurado que tais dividendos não serão inferiores a 110% do atribuído a cada ação ordinária.

As ações preferenciais Classe B têm prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, e recebimento de um dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

Todas as ações participam em igualdade de condições na distribuição de bonificações em ações decorrentes da capitalização de reservas e/ou de lucros.

d) Ações em tesouraria

A Companhia possui 3.233.943 ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2019 (3.696.258 ações em 31 de dezembro de 2018) no valor contábil de R\$ 101.459 (R\$ 33.221 em 31 de dezembro de 2018). O valor de mercado destas ações em 31 de dezembro 2019 representava R\$ 115.536 (R\$ 136.342 em 31 de dezembro 2018).

Entre 01 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou recompra de 3.374.443 ações ao preço médio ponderado de R\$ 33,32 por ação, totalizando R\$ 112.429. As ações foram adquiridas através do programa de recompra aprovado pela Administração em 09 de novembro de 2018 e aditado em 13 de maio de 2019, com objetivo de permanência em tesouraria e posterior cancelamento.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

Em 27 de fevereiro de 2019, a Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 3.990.758 ações de sua emissão, mantidas em tesouraria, todas nominativas, e escriturais, sem valor nominal, das seguintes espécies e classes: (i) 165.658 ações ordinárias; (ii) 11.606 ações preferências classe "A"; e (iii) 3.813.494 ações preferenciais classe "B". Tal cancelamento não implicou em alteração do valor de seu capital social

A movimentação detalhada das ações de tesouraria está demonstrada a seguir:

Ações em tesouraria	Nº ações em 31/12/2018	Recompras	Bonificação	Cancelamento	Nº ações em 31/12/2019
Ações ordinárias	147.258	320.671	31.333	165.658	333.604
Ações preferências - A	6.106	92.902	5.201	11.606	92.603
Ações preferências - B	3.542.894	2.960.870	117.466	3.813.494	2.807.736
Total	3.696.258	3.374.443	154.000	3.990.758	3.233.943

23. Reservas de lucros

	Reserva legal	Reserva Especial para Dividendos	Reserva para investimento	Reserva de Lucros à Realizar	Total
Em 31 de dezembro de 2017	56.698	56.698	445.871	20.540	579.807
Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados	-	-	417	-	417
Dividendos intermediários	-	-	-	(20.540)	(20.540)
Aumento do Capital Social	-	-	(90.084)	-	(90.084)
Constituição de Reservas	26.402	26.402	349.826	-	402.630
Em 31 de dezembro de 2018	83.100	83.100	706.030	-	872.230
Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados	-	-	500	-	500
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	(44.191)	-	(44.191)
Aumento do Capital Social	-	-	(224.587)	-	(224.587)
Constituição de Reservas	8.675	8.675	114.947	-	132.297
Em 31 de dezembro de 2019	91.775	91.775	552.699	-	736.249

Os saldos das reservas de lucros, exceto para contingências, incentivos fiscais e lucros a realizar excedentes ao valor do capital social serão destinadas até o final do exercício de 2020.

a) Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social até atingir o limite de 20% do capital social, de acordo com a legislação societária.

b) Reserva especial para dividendos – estatutária

Constituída com base no estatuto social da Companhia, à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, que não poderá exceder 20% do capital social e tem por finalidade assegurar fluxo regular de dividendos e possibilitar, se aplicável, o pagamento antecipado do dividendo obrigatório. Eventuais reversões devido ao pagamento antecipado de dividendo obrigatório devem ser recompostas.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

c) Reserva para investimentos – estatutária

Criada no exercício de 2014, a reserva para investimentos está prevista no estatuto social e tem por finalidade assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como reforçar seu capital de giro.

d) Reserva de lucros a realizar

Reserva constituída com base em lucros não realizados de acordo com a legislação societária. No exercício de 2016, foram apurados lucros não realizados decorrentes de combinação de negócios.

A realização desta reserva até 2017 ocorria conforme a depreciação, amortização ou pela realização efetiva dos ativos decorrentes da combinação de negócios.

Em 2018 a Companhia deliberou por distribuir o saldo desta reserva, no montante de R\$ 20.540 como dividendos intermediários.

24. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	1.344.249	1.477.868	3.615.448	4.089.141
Mercado externo	14.724	14.371	237.454	269.193
	1.358.973	1.492.239	3.852.902	4.358.334
Impostos e outras deduções sobre vendas	(315.408)	(346.697)	(790.334)	(892.975)
Deduções sobre exportações - Argentina	-	-	(13.838)	3.774
Receita líquida de vendas	1.043.565	1.145.542	3.048.730	3.469.133

25. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Matérias-primas, insumos e materiais de uso e consumo	(410.868)	(297.149)	(1.662.483)	(1.607.697)
Despesa com salários, honorários, benefícios e encargos a empregados e administradores	(133.667)	(147.024)	(378.407)	(400.117)
Encargos de depreciação e amortização	(92.552)	(95.858)	(183.082)	(176.372)
Serviços de terceiros	(76.448)	(67.407)	(171.066)	(177.290)
Despesas com fretes de vendas	(55.740)	(48.340)	(140.592)	(132.177)
Outras	(33.407)	(23.875)	(130.080)	(114.283)
	(802.682)	(679.653)	(2.665.710)	(2.607.936)
Custo dos produtos vendidos	(596.203)	(485.112)	(2.231.876)	(2.209.155)
Despesas com vendas	(55.740)	(48.340)	(153.097)	(151.203)
Despesas administrativas	(150.739)	(146.201)	(280.737)	(247.578)
	(802.682)	(679.653)	(2.665.710)	(2.607.936)

A Companhia e sua controlada Indupa Brasil mantêm um acordo de longo prazo para compras/fornecimento de matéria-prima que determina quantidades anuais mínimas e

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

máximas a preços que são ajustados periodicamente. A estimativa anual de desembolso atinge cerca de R\$ 567.000. A Companhia monitoria e controla mensalmente as quantidades consumidas e registra temporalmente os compromissos recorrentes das quantidades mínimas e máximas deste contrato.

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Reversão (constituição) para demandas judiciais	3.726	16.679	(3.751)	3.625
Reversão (constituição) de provisão para passivo ambiental	-	-	(6.083)	(7.784)
Reversão (constituição) de provisão para reestruturação	-	-	(1.581)	(12.370)
Reversão (constituição) da provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.127	31	(897)	(46.317)
Reversão (constituição) de provisão para encargos sobre energia elétrica	10.333	-	10.333	-
(Reversão) constituição para demanda judicial ativa (2)	35.150	-	35.150	-
Outras despesas com investimentos (1)	(5.895)	-	(5.895)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(2.119)	(1.169)	(6.258)	(17.585)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	43.322	15.541	21.018	(80.431)

- (1) Refere-se a honorários de êxito na celebração do contrato de investimento com a AES Tiete;
- (2) Refere-se ao registro de ativo contingente relativo a Ação Ordinária n. 0018722-29.2005.4.01.3400, transitada em julgado e passível de realização, contra a companhia Centrais Elétricas Brasileiras S/A (ELETROBRÁS). A Ação trata do pedido de restituição dos valores cobrados a título de empréstimo compulsório, além da correção monetária dos valores recolhidos (devolvidos e a devolver).

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita financeira				
Receitas de equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	32.157	40.124	39.363	57.513
Juros sobre créditos com empresas relacionadas	15.831	-	-	-
Variações cambiais e monetárias ativas	38.419	681	47.072	98.275
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	45.579	14.163
Outras receitas financeiras	1.708	2.739	8.143	(20.588)
	88.115	43.544	140.157	149.363
Despesa financeira				
Juros e demais encargos sobre empréstimos e débitos com terceiros	(64.399)	(85.758)	(101.296)	(143.095)
Variações cambiais e monetárias passivas	(973)	(95)	(164.367)	(172.044)
Outras despesas financeiras	(3.625)	(4.177)	(15.415)	11.871
	(68.997)	(90.030)	(281.078)	(303.268)
Resultado financeiro líquido	19.118	(46.486)	(140.921)	(153.905)

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

28. Resultado por ação - básico

O resultado básico por ação é calculado pela divisão entre o resultado atribuível aos acionistas e a quantidade média ponderada de ações durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria, nota 22 (d). Não há efeito dilutivo no resultado atribuível aos acionistas.

Tipo de ação	2019		
	Lucro atribuído aos acionistas	Quantidade média de ações em circulação	Lucro por ação (R\$ por ação)
Ações Ordinárias	57.033	32.741	1,7420
Ações Preferenciais Classe A	4.966	2.591	1,9162
Ações Preferenciais Classe B	111.506	58.192	1,9162
Total	173.505	93.524	

Tipo de ação	2018		
	Lucro atribuído aos acionistas	Quantidade média de ações em circulação	Lucro por ação (R\$ por ação)
Ações Ordinárias	171.353	30.382	5,6674
Ações Preferenciais Classe A	15.731	2.530	6,2342
Ações Preferenciais Classe B	340.956	58.234	6,2342
Total	528.040	91.146	

29. Dividendos

Conforme artigo 34 do estatuto social da Unipar, a Companhia distribuirá como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os cálculos dos dividendos para os exercícios de 2019 e 2018, assim como as demais destinações do lucro líquido do exercício, são demonstrados a seguir:

a) Dividendos propostos do exercício

	2019	2018
Lucro líquido ao final do exercício	173.505	528.040
(-) Constituição de reserva legal - Nota 23 (a)	(8.675)	(26.402)
Lucro líquido realizado	164.830	501.638
Dividendos mínimos obrigatórios (25% do lucro líquido ajustado)	41.208	125.410
Saldo remanescente a destinar	123.622	376.228
(-) Reserva especial de dividendos - Nota 23 (b)	(8.675)	(26.402)
(-) Reserva para investimentos - Nota 23 (c)	(114.947)	(349.826)

b) Dividendos a pagar

	2019	2018
Saldo Inicial	38.720	100.148
Reclassificação para Outros Compromissos a Pagar	(6)	-
Pagamentos	(24.985)	(89.226)
Reversão de dividendos prescritos e não reclamados	(500)	(417)
Dividendos intermediários	-	120.540
Dividendos intermediários pagos no ano	-	(117.735)
Dividendos propostos	41.208	125.410
Compensação de Dividendos Antecipados no ano	-	(100.000)
Saldo final	54.437	38.720

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

Em 12 de março de 2020, a Administração propôs a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 41.208.

As ações preferenciais classe A tem prioridade no recebimento de dividendos. Essa classe de ações recebe a totalidade dos dividendos até o limite equivalente a 10% de rendimento sobre a parcela do capital social constituída por esta classe de ações.

Ultrapassado este limite, as demais classes de ações passam a receber dividendos, sendo que as ações preferenciais classe A sempre devem receber, no mínimo, 10% a mais de dividendos do que as ações ordinárias.

Ultrapassado o limite de pagamento mínimo de dividendos às ações preferenciais classe A, as ações preferenciais classe B e ordinárias passam a receber dividendos. Neste caso, os dividendos pagos às ações preferenciais classe B devem ser 10% superiores aos dividendos pagos às ações ordinárias.

Seguindo as regras estatutárias, os dividendos por ação propostos a cada classe são os seguintes:

Dividendos propostos por tipo de ação

Tipo de ação	Dividendo por ação
ON	0,39
PNA	0,69
PNB	0,43

30. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

31. Gestão de risco e instrumentos financeiros

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Unipar se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas.

A gestão de risco financeiro é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. Toda e qualquer operação de *hedge* ou outra operação que envolva a contratação de instrumentos derivativos, identificada

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

pela tesouraria, com o intuito de proteger a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros, deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração.

31.1. Risco de mercado

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, e mudanças de taxa de juros.

a) Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue de forma relevante devido às variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às taxas de juros de suas aplicações financeiras e de seus empréstimos e financiamentos.

Os financiamentos com juros indexados ao TJLP captados junto ao BNDES, com a finalidade de aumento de capacidade de produção, melhoria das instalações e aquisições de máquinas e equipamentos, são compreendidos pela administração da Companhia como risco de volatilidade baixa.

Os demais indexadores que a Administração entende que apresentam maiores riscos de exposição a taxa de juros em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, e estão de acordo com a Política de Gestão de risco financeiro estão demonstrados a seguir de forma líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Exposição líquida de ativos e passivos à taxa CDI				
Caixa e Equivalentes de caixa	285.840	162.606	299.799	198.195
Aplicações financeiras	129.580	485.622	213.157	659.939
Empréstimos e financiamentos (i)	(602.728)	(846.745)	(602.728)	(856.053)
Total	(187.308)	(198.517)	(89.772)	2.081
Exposição líquida de ativos e passivos à taxa IPCA				
Empréstimos e financiamentos	-	-	(24.570)	(10.037)
Total	-	-	(24.570)	(10.037)
Exposição líquida de ativos e passivos à taxa SELIC				
Empréstimos e financiamentos	(2.777)	(7.201)	(2.777)	(7.201)
Total	(2.777)	(7.201)	(2.777)	(7.201)

Análise de sensibilidade

Para fins de análise de sensibilidade dos riscos de taxas de juros a Companhia utilizou, para cenários prováveis nas transações indexadas as taxas extraídas do relatório FOCUS de 10 de janeiro de 2020.

A análise foi feita para o horizonte de três meses e é exposta a variação no resultado considerando as exposições líquidas informadas.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

Nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução CVM 475 de 17 de dezembro de 2008, os cenários foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente em relação à expectativa provável.

Controladora		Taxa	Cenário Provável		Cenário I variação de 25%		Cenário II variação de 50%	
Exposição de contratos	Risco	Cenário Atual	Taxa	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado
CDI	Aumento/ (Redução)	4,40%	4,40%	-	5,50%	(486)	6,60%	(988)
SELIC	Aumento/ (Redução)	4,50%	4,50%	-	5,63%	(7)	6,75%	(14)
				-		(493)		(1.002)

Consolidado		Taxa	Cenário Provável		Cenário I variação de 25%		Cenário II variação de 50%	
Exposição de contratos	Risco	Cenário Atual	Taxa	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado
CDI	Aumento/ (Redução)	4,40%	4,40%	-	5,50%	(744)	6,60%	(1.507)
IPCA	Aumento/ (Redução)	3,22%	3,21%	34	4,01%	(23)	4,82%	(78)
SELIC	Aumento/ (Redução)	4,50%	4,50%	-	5,63%	(7)	6,75%	(14)
				34		(774)		(1.599)

b) Risco cambial

A Companhia e suas controladas estão suscetíveis a este risco em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras. O risco cambial refere-se principalmente às variações do dólar norte-americano.

A estratégia para o gerenciamento do risco de variação cambial é defensiva, tratando de proteger os resultados financeiros e os fluxos de caixa contra os movimentos adversos das taxas de câmbio. Como controle interno, a Tesouraria informa periodicamente à Diretoria sobre as posições e exposições ao câmbio, tanto para ativos e passivos originalmente indexados às moedas estrangeiras quanto para instrumentos derivativos contratados. A Companhia gerencia o risco de variação cambial através do monitoramento de taxas de câmbio e curvas de mercado.

A Companhia entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição cambial em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 demonstrados a seguir, estão de acordo com a Política de Gestão de risco financeiro e são representativas da exposição incorrida durante o período.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Exposição líquida de ativos e passivos ao US\$ (Dólar Americano)				
Caixa e Equivalentes de caixa	-	-	15	781
Empréstimos de curto e longo prazo	-	-	(3.324)	(29.538)
Débito com terceiros	-	-	(551.586)	(530.486)
Contas a receber de clientes	928	-	115.693	138.063
Créditos com empresas ligadas	161.226	-	-	-
Outros ativos circulantes	1.099	51	3.868	5.455
Fornecedores	(399)	(626)	(20.693)	(40.120)
Outros passivos circulantes	(3)	(18.755)	(494)	(20.853)
Total	162.851	(19.330)	(456.521)	(476.698)

Análise de sensibilidade

Para fins de análise de sensibilidade nas transações que envolvem exposição à variação cambial, a Companhia utilizou a taxa PTAX Venda válida para 20 de fevereiro de 2020, divulgada no Banco Central para o cenário provável.

A análise foi feita para o horizonte de três meses sobre os saldos expostos de forma líquida e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apurando o diferencial de juros e variação cambial para cada um dos cenários projetados. Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, em relação à expectativa provável, conforme demonstrado a seguir:

Exposição líquida de ativos e passivos ao US\$ (Dólar Americano)

Controladora			Cenário Provável		Cenário I variação de 25%		Cenário II variação de 50%	
Exposição R\$	Risco	Câmbio atual	Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado
Exposição Líquida	Aumento/ (Redução)	4,0307	4,3873	14.408	5,4841	40.713	6,5810	81.426
Consolidado			Cenário Provável		Cenário I variação de 25%		Cenário II variação de 50%	
Exposição R\$	Risco	Câmbio atual	Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado
Exposição Líquida	Aumento/ (Redução)	4,0307	4,3873	(40.389)	5,4841	(114.130)	6,5810	(228.261)

31.2. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria a prejuízo financeiro.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito principalmente em relação às suas aplicações financeiras e suas contas a receber de clientes.

Depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez classificados como equivalentes de caixa são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

Todos os ativos financeiros da Companhia e suas controladas estão em entidades de primeira linha em relação a risco de crédito.

As contas a receber de clientes representam valores devidos pelos clientes da Unipar e suas controladas, relacionados à venda de seus produtos. O risco sobre estes montantes é determinado por meio da aplicação das políticas internas da Companhia. Quando o risco de crédito é considerado alto, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa.

31.3. Risco de liquidez

É o risco de Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos a serem liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa temporários.

Os valores divulgados no quadro abaixo apresentam o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Controladora				
Em 31 e dezembro de 2019				
Empréstimos	151.547	123.576	336.424	-
Fornecedores	31.841	-	-	-
Em 31 e dezembro de 2018				
Empréstimos	340.159	376.486	143.506	-
Fornecedores	29.899	-	-	-
Consolidado				
Em 31 e dezembro de 2019				
Empréstimos	177.567	135.124	364.857	-
Débito com terceiros	300	-	330.833	220.555
Fornecedores	182.468	-	-	-
Em 31 e dezembro de 2018				
Empréstimos	477.918	384.826	165.102	-
Débito com terceiros	199	-	212.115	318.172
Fornecedores	193.972	-	-	-

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

31.4. Gestão do capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira relacionado com o patrimônio líquido.

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e de longo prazo), subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Total dos empréstimos (Nota 15)	611.547	860.151	677.548	1.027.846
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(286.994)	(162.779)	(301.525)	(201.542)
Menos – aplicações financeiras (Nota 5)	(129.581)	(485.622)	(213.158)	(659.939)
Dívida líquida (Ativos) financeiros líquidos	194.972	211.750	162.865	166.365
Total do patrimônio líquido (1)	1.473.053	1.347.520	1.473.053	1.347.520
Índice de alavancagem financeira - %	13,24	15,71	11,06	12,35
Menos - Créditos com empresas ligadas	(161.226)	-	-	-
Dívida líquida com créditos empresas ligadas	33.746	211.750	162.865	166.365
Índice de alavancagem financeira créditos com empresas ligadas - %	2,29	15,71	11,06	12,35
Débitos com terceiros (Nota 19)	-	-	551.688	530.486
Dívida líquida com débitos com terceiros	194.972	211.750	714.553	696.851
Índice de alavancagem financeira com débitos com terceiros - %	13,24	15,71	48,51	51,71

(1) Participação no patrimônio líquido atribuível aos controladores.

31.5. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (menos a perda por *Impairment*) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia, que são mensurados a valor justo, foram, em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, precificados com base na hierarquia descrita no nível 2 acima.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, dadas suas características de curto prazo, são próximas ao seu valor justo.

Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia, que são mensurados a valor justo, foram, em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, precificados com base na hierarquia descrita no nível 2 acima.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, dadas suas características de curto prazo, são próximas ao seu valor justo.

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa	4	286.994	162.779	301.525	201.542
Aplicações financeiras	5	129.581	485.622	213.158	659.939
Contas a receber	6	130.696	105.269	381.822	449.321
Total		547.271	753.670	896.505	1.310.802
Passivos					
Custo amortizado					
Empréstimos	15	(611.547)	(860.151)	(677.548)	(1.027.846)
Débito com terceiros	19	-	-	(551.688)	(530.486)
Fornecedores	14	(31.841)	(29.899)	(182.468)	(213.051)
Energia elétrica	16	(101.890)	(92.564)	(174.180)	(181.562)
Outros passivos	-	(11.722)	(12.602)	(47.853)	(54.900)
Total		(757.000)	(995.216)	(1.633.737)	(2.007.845)

Instrumentos financeiros

“Swap”

Com objetivo de eliminar o risco cambial do dólar americano, em uma operação de empréstimo, em 31 de dezembro de 2019 foi realizada uma operação de “swap” para trocar o indexador para CDI e que para fins de melhor apresentação, está divulgada na rubrica “Empréstimos e Financiamentos”, conforme nota explicativa nº 15:

Tipo de investimento	Data de início	Data de vencimento	Nocional	Taxa ativa	Taxa passiva	Controladora		
						Ponta ativa	Ponta passiva	Valor justo R\$
Swap	29/03/2019	03/04/2023	109.172	USD	CDI	113.756	112.076	1.680

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

32. Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa

Transações ocorridas sem desembolso de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Compras de ativo imobilizado	1.649	4.520	7.044	12.992

33. Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2020, foram deliberadas e aprovadas as disposições do Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia. Em fato relevante de 31 de janeiro de 2020, a companhia divulgou ao mercado que a Vila Velha informou à Companhia que a celebração do Acordo de Acionistas se insere no contexto de término do processo de sucessão do Sr. Anibal do Vale como Diretor Presidente da Companhia, e condição de acionista investidor e futuro integrante da administração da Vila Velha.

Em 12 de fevereiro de 2020, a administração da Companhia aprovou o cancelamento de 3.862.569 ações de sua emissão, mantidas em tesouraria, todas nominativas, e escriturais, sem valor nominal, das seguintes espécies e classes: (i) 790.504 ações ordinárias; (ii) 123.503 ações preferenciais classe "A"; e (iii) 2.948.562 ações preferenciais classe "B". Tal cancelamento, foi baseado no saldo de reservas de lucros e não implicou em alteração do valor de seu capital social.

Em consequência do cancelamento de ações, o capital social da Companhia possui a seguinte composição na data deste relatório: (i) 34.461.770 ações ordinárias, (ii) 2.688.537 ações preferenciais classe "A" e (iii) 60.667.865 ações preferenciais classe "B", que totalizam 97.818.172 ações.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Administração da Unipar Carbocloro S.A. (“Companhia”, “Unipar”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS).

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Unipar Carbocloro S.A. (B3: UNIP3, UNIP5 e UNIP6), (Fitch Ratings: AA(bra)) (“Unipar”, “Companhia”), é uma empresa de origem brasileira, constituída em 28 de maio de 1969 com atuação no segmento químico e petroquímico através de suas três unidades produtivas localizadas estrategicamente em Cubatão (SP/Brasil), Santo André (SP/Brasil), e Bahía Blanca (Argentina) para atender à demanda do Brasil e de outros países. A Unipar também possui participação na Solalban, empresa de geração de energia na Argentina.

Com atuação em setores de capital intensivo, a Unipar, desde sua fundação, contribui com o desenvolvimento industrial do Brasil, tendo o mercado de capitais como fonte de recursos financeiros e busca continuamente geração de valor aos seus acionistas e demais stakeholders. A empresa se destaca como a maior produtora de cloro/soda da América do Sul e a segunda maior na produção de PVC (policloreto de vinila), produzindo, também, o hipoclorito de sódio, ácido clorídrico, além do dicloroetano e o monocloreto de vinila, ambos utilizados exclusivamente na produção do PVC. Os produtos da Unipar são insumos para as indústrias têxteis, de papel e celulose, alimentos, bebidas, remédios e construção civil, dentre outros.

A empresa conta com cerca de 1300 colaboradores e possui as certificações internacionais ISO 9001, ISO 14001, OHSAS 18001 e o Atuação Responsável®, tendo sido pioneira em questões de segurança e proteção ambiental. A Companhia busca assegurar transparência e equidade na divulgação de suas informações e está comprometida com as boas práticas de governança corporativa.

Em 2019, a Unipar divulgou sua nova Missão, Visão e Valores que foram construídos com toda a liderança da Companhia que determinou seus objetivos e posicionamento com o objetivo de se manter uma organização sólida, com comportamento definido e boa imagem perante o mercado. Tal divulgação foi considerado o ponto de partida para o desenvolvimento de novas estratégias, culminando com a conclusão do processo de transição do Diretor Presidente da Unipar.

No campo da economia brasileira, o cenário foi de lenta recuperação, tendo o crescimento do PIB atingido 1,1%. O período foi marcado, notadamente no primeiro semestre, pela discussão política em torno da aprovação da reforma previdenciária, trazendo incerteza e desconfiança quanto ao futuro da economia. Após a aprovação da reforma em agosto, observou-se uma leve inversão de expectativas, mas ainda de forma contida.

Fatores externos como a guerra comercial entre China e EUA e queda dos juros no mercado internacional também trouxeram impactos desfavoráveis, notadamente na cotação do dólar norte-americano, que chegou ao maior valor nominal da história em novembro, de R\$ 4,26. Em termos de

média anual, a cotação R\$/US\$ em 2019 situou-se em 3,95, com incremento de 7,9% frente à média de 2018. A esperada retomada do emprego também não aconteceu. O índice de desemprego permaneceu acima de 11%, com a informalidade superando o patamar de 40%.

Todavia, houve pontos positivos: ainda que favorecida pelo baixo crescimento econômico, a inflação perdeu força, mantendo-se em torno dos 4% a.a. Buscando incentivar o consumo, o Banco Central reduziu gradativamente a taxa básica de juros, de 6,5% em janeiro/19 para 4,5% no encerramento do ano. Esse movimento tornou o investimento no mercado de ações mais atrativo, frente ao menor rendimento de aplicações em renda fixa. O índice Ibovespa registrou sucessivos recordes, superando os 110 mil pontos.

No segmento industrial, de acordo com dados da CNI – Confederação Nacional das Indústrias, a utilização de capacidade instalada em 2019 atingiu média de 77,8%, semelhante à de 2018, de 77,6%, com o faturamento real da indústria recuando cerca de 1% em 2019 frente ao ano anterior.

Na Argentina, com o mercado consumidor bastante contraído, as reservas cambiais deterioradas e o déficit público em níveis recordes, além da disputa acirrada nas eleições presidenciais, a situação econômica do país foi caracterizada por um cenário de alta volatilidade, levando os setores produtivos a conviverem com incertezas quanto ao futuro da economia. A inflação atingiu 53,8% em 2019, uma das mais altas do mundo, e o PIB tem uma retração projetada da ordem de 1%. O governo recém-eleito priorizou sua política econômica na redução do déficit público e na implementação de medidas para evitar a evasão de suas reservas cambiais, sobretudo através de ações restritivas às importações.

A indústria de cloro/álcalis no Brasil registrou um índice de ocupação da capacidade instalada de 55,9% no período janeiro-dezembro de 2019, com o volume de produção de cloro recuando 22,4% frente a igual período de 2018. No caso da soda cáustica, a queda do volume de produção frente a 2018 foi de 23,2%.

No mercado internacional, o comportamento dos preços de soda líquida retratou a condição de excesso de oferta, com a demanda em importantes segmentos consumidores deste insumo – como alumínio e papel/celulose – mostrando desempenho aquém do esperado. O preço médio FOB spot na Costa do Golfo nos EUA para exportação no 4T19 recuou 26,2% frente ao 3T19. O valor médio de 2019 situou-se 44,5% abaixo do valor médio de 2018.

Para o PVC, o preço de exportação no Golfo Norte-Americano no 4T19 também mostrou recuo frente ao trimestre anterior, de 4,5%. O preço médio do ano também registrou declínio frente a 2018, de 6,1%.

1. DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

1.1. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita Operacional Líquida Consolidada, em 2019, foi de R\$3.048,7 milhões (-12,1%), variação decorrente, principalmente, da queda relevante nos preços médios de venda da soda cáustica, nos volumes comercializados, bem como na menor utilização da capacidade das plantas de PVC e seu efeito negativo no preço.

1.2. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

O Custo dos Produtos Vendidos foi de R\$ 2.231,9 milhões em 2019 (+1,0%). O aumento do preço dos insumos e matérias-primas, alavancado, também, pela desvalorização do real frente ao dólar

americano, foi o principal responsável pelo crescimento no CPV no ano de 2019, parcialmente compensado pela reclassificação de custos alocados no CPV para despesas gerais e administrativas na Unipar Indupa no 2º semestre de 2018 devido à uniformização de critérios e sistemas.

1.3. DESPESAS

As Despesas com Vendas somaram R\$ 153,1 milhões em 2019 (+1,3%), em função, principalmente, da utilização da tabela nacional de frete divulgada pela ANTT. As Despesas Gerais e Administrativas totalizaram R\$ 280,7 milhões em 2019 (+13,4%), sendo tal aumento resultante, sobretudo, da reclassificação de custos alocados no CPV para despesas gerais e administrativas na Unipar Indupa no montante de R\$30,8 milhões. Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas registrou uma receita de R\$ 21,0 milhões em 2019, decorrente de registro de ativo contingente referente à ação frente à Centrais Elétricas Brasileiras S.A e realização de provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes em 2018.

1.4. EBITDA CONSOLIDADO (calculado de acordo com a instrução CVM Nº 527/12)

O EBITDA Consolidado de 2019 foi de R\$ 580,6 milhões (-42,3%), correspondente a uma margem de 19,0% decorrente, principalmente, dos resultados operacionais.

1.5. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$ 140,9 milhões em 2019 (-8,4%), sendo a redução devido, principalmente, pelo efeito da aplicação do IAS 29 referente à hiperinflação na Argentina.

1.6. LUCRO LÍQUIDO

O Lucro Líquido Consolidado foi de R\$ 172,4 milhões (-68,5%), tal variação foi decorrente da redução do lucro bruto. Em 2018, o resultado foi impactado positivamente por receitas não recorrentes no valor de R\$ 71,4 milhões.

2. ENDIVIDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de Dívida Líquida Consolidada era de R\$ 162,9 milhões, redução de 2,1% em relação a 31 de dezembro de 2018. Em junho de 2019, a Companhia realizou, com sucesso, a 5ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 201,0 milhões, compondo a estratégia de substituição da 1ª série da 4ª emissão de debêntures. Ao longo do ano de 2019, a Companhia alongou sua dívida, resultando em redução do custo médio de 50 bps. A amortização líquida de empréstimos de capital de giro e de debêntures atingiu o valor de R\$ 350,3 milhões. A manutenção da dívida líquida se deve à alocação de caixa no programa de recompra de ações em andamento e aquisição de participação adicional na Unipar Indupa na Argentina via OPA (Oferta Pública de Aquisição). para aumento do prazo médio e redução do custo do endividamento.

Com a aquisição da Unipar Argentina, a Companhia assumiu um débito com terceiros no montante de US\$ 136 milhões com a Solvay Vinyls Holding AG, sobre a qual incide encargos de 3% a.a. e será amortizada em cinco parcelas anuais de US\$ 27,2 milhões, com vencimento inicial em 27 de dezembro de 2022 e término em 27 de dezembro de 2026.

2.1. EBITDA Ajustado - Controladora (calculado de acordo com aditamento da escritura da 2ª emissão de debêntures e apresentado estritamente para fins de atendimento das cláusulas de *covenants*)

Conforme 1º aditamento ao instrumento particular de escritura da 2ª emissão das debêntures simples, não conversíveis em ações, da Companhia, de 15 de junho de 2016, o cálculo do EBITDA foi ajustado para excluir também os efeitos de (i) baixas de itens do ativo imobilizado; (ii) baixas de investimento; (iii) unidades operacionais descontinuadas; (iv) provisões para processos judiciais e / ou suas reversões e o (v) resultado de equivalência patrimonial. O EBITDA será apurado com base nos últimos 12 (doze) meses.

Os índices financeiros relacionados à 2ª emissão de debêntures são relacionados abaixo:

- (i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado máximo: a partir de 2017: 3,25x;
- (ii) EBITDA/resultado financeiro líquido: mínimo de 2x;
- (iii) Capex e/ou novos investimentos máximo anual de R\$ 100 milhões, enquanto o índice dívida líquida/EBITDA for superior a 3,5x.

A seguir, são apresentados os covenants da Controladora, conforme determinado na escritura da 2ª emissão de debêntures:

EBITDA – Individual (R\$ mil)	2019
Lucro Líquido	173.505
Imposto de Renda/Contribuição Social	97.199
Resultado Financeiro Líquido	(19.118)
Depreciação e amortização	92.552
EBITDA¹	344.138

¹ Calculado de acordo com a instrução CVM Nº 527/12.

EBITDA Ajustado - Individual para fins de "covenants" (R\$ mil)	2019
EBITDA¹	344.138
Baixa de itens do ativo imobilizado	95
Provisão para Demandas Judiciais	(4.561)
Equivalência Patrimonial	32.619
EBITDA Ajustado²	372.291

Índices Financeiros	2019
Dívida Líquida consolidada - R\$	162.865
EBITDA Ajustado controladora - R\$	372.291
Resultado financeiro líquido consolidado - R\$	(140.921)
Dívida líquida consolidada / EBITDA Ajustado controladora¹	0,44x
EBITDA Ajustado controladora¹ / Resultado financeiro líquido consolidado	2,64x
Capex e/ou novos investimentos ²	n/a

¹ Calculado conforme aditamento da escritura da 2ª emissão de debêntures.

² Não aplicável quando Dívida Líquida / EBITDA ajustado 12 meses for inferior a 3,5x.

3. DESEMPENHO DAS AÇÕES

Em 31 de dezembro de 2019, as ações ordinárias (UNIP3), preferenciais “A” (UNIP5) e preferenciais “B” (UNIP6) estavam cotadas respectivamente em R\$ 35,80, R\$ 35,95 e R\$ 35,71, apresentando variações de 12,2%, 12,9% e 13,9% em relação a 31 de dezembro de 2018. Em 27 de fevereiro de 2019, a Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 3.990.758 ações de sua emissão, mantidas em tesouraria e, em 18 de junho de 2019, foi aprovado, em AGE, o aumento do capital social da Companhia através de bonificação em ações na proporção de 1 nova ação para cada 6 ações detidas pelos acionistas na data, passando o capital social a ser constituído por 101.680.741 ações (35.252.274 ON, 2.812.055 PNA e 63.616.412 PNB). Em 12 de fevereiro de 2020, a Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 3.862.569 ações de sua emissão, mantidas em tesouraria.

Em dezembro/2019, foi concluída a oferta pública de retirada voluntária e deslistagem das ações da Unipar Indupa S.A.I.C. na Bolsa de Comércio de Buenos Aires (BCBA).

4. DIVIDENDOS PROPOSTOS

Em 15 de abril de 2020, será realizada a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, onde será também deliberada a proposta de pagamento de dividendos referente ao ano de 2019, ao qual foi apurado um dividendo mínimo obrigatório de R\$ 41,2 milhões. Caso aprovados, os dividendos serão pagos por meio de crédito em conta corrente, a partir do dia 30 de abril 2020, a serem distribuídos entre as diferentes espécies e classes de ações de emissão da Companhia, nos termos do art. 33 do Estatuto Social, e sem retenção de Imposto de Renda na Fonte, conforme legislação em vigor.

5. GESTÃO DE PESSOAS E SUSTENTABILIDADE

A Unipar investe na formação de pessoas através de programas de aprendizagem de jovens (menor aprendiz, estágio nível técnico e nível superior e Programa de Desenvolvimento de Engenheiros). Investe também na formação dos seus colaboradores, incentivando a formação do ensino técnico, superior e pós-graduação. Aprimora seus colaboradores através de Academias da Unipar e treinamento diversos, buscando a atualização, cumprimento de normas e crescimento dos profissionais e propicia o aproveitamento interno dos seus colaboradores, através de processos seletivos interno, gerando crescimento e satisfação dos mesmos.

Oferece uma política global de remuneração e um pacote de benefícios diferenciados que contribui para atração e retenção das pessoas. Um dos benefícios de grande valor é o Plano de Previdência – Carboprev. Reconhece desempenho diferenciando através do programa de remuneração variável – Trato Feito. Escuta seus colaboradores através de pesquisa de clima e cafés com a Diretoria e cascadeia informações através das ferramentas adotadas pela empresa e através do Encontro com o Presidente. A Companhia encerrou o ano de 2019 com 1.326 colaboradores.

No âmbito da Sustentabilidade, a Unipar possui, dentre outros projetos socioambientais voltados à comunidade e ao meio ambiente como o Conselho Comunitários Consultivo, simulados de emergência e mais de 20 projetos patrocinados nos pilares, um programa permanente de visitas às instalações das fábricas desde 1985 (Fábrica Aberta) voltado a todos os interessados em conhecer as plantas.

Em 2019, destaca-se a constituição de uma joint venture com a AES Tietê Energia S.A. para um projeto de geração de energia de matriz eólica com capacidade instalada de 155 MW e início de construção em 2021. O projeto situado no estado da Bahia possui previsão de fornecimento de energia a partir de 2023 e atenderá parte do consumo de energia das plantas da Unipar.

6. AUDITORES INDEPENDENTES

O respeito aos princípios de independência profissional é parte integrante das políticas da Companhia para contratação de serviços de auditoria independente. Estes princípios internacionalmente aceitos consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Atendendo ao disposto na Instrução CVM nº 381/2003, informamos que durante o exercício de 2018 foram contratados apenas serviços de auditoria e revisão das demonstrações financeiras e das informações trimestrais, arquivadas na CVM.

7. DECLARAÇÕES DA DIRETORIA

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referentes às mesmas.

A ADMINISTRAÇÃO

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com estas Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 13 de março de 2020

Maurício Parolin Russomanno
Diretor Presidente

Christian Eduard Carraresi Schnitzlein
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

João Feliciano Lopes Raul
Diretor

Rodrigo Cannaval
Diretor

Declaração da Diretoria sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referentes às mesmas.

São Paulo, 13 de março de 2020

Maurício Parolin Russomanno
Diretor Presidente

Christian Eduard Carraresi Schnitzlein
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

João Feliciano Lopes Rafal
Diretor

Rodrigo Cannaval
Diretor

Parecer do comitê de auditoria

Os membros do Comitê de Auditoria analisaram as Demonstrações Financeiras da Unipar Carbocloro S.A., relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, com as correspondentes Notas Explicativas, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, ambos emitidos em 13 de março de 2020, e o Parecer do Conselho Fiscal, emitido em 12 de março de 2020.

Foram discutidos e esclarecidos pela Diretoria todos os assuntos levantados pelos membros do Comitê de Auditoria conforme ata de reunião realizada em 13 de março de 2020.

A Diretoria da Companhia informou, ainda, não haver sido requeridos pela Auditoria Independente ajustes nas Demonstrações Financeiras que, nos termos de seu regimento, devessem ser comunicadas ao Comitê de Auditoria, bem como a inexistência de divergência entre os Auditores Independentes e a Administração que demandasse a atuação deste Comitê, informação essa confirmada em reuniões realizadas pelo coordenador do comitê de auditoria com os auditores externos durante o processo de acompanhamento dos trabalhos de auditoria.

Em razão do acima exposto, os membros do Comitê opinam, por unanimidade, que os documentos acima elencados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e recomendam a aprovação, sem ressalvas, destes documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 13 de março de 2020

Bruno Soares Uchino
Coordenador

Humberto Rapussi
Membro

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Unipar Carbocloro S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em reunião realizada nesta data, procederam ao exame e análise (i) do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhados do parecer da empresa de auditoria independente Deloitte Touche Tomatsu Auditores Independentes, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Companhia; e (ii) da Proposta de Destinação dos Resultados do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019 elaborada pela Diretoria. O Conselho Fiscal concluiu que tais documentos e propostas foram regularmente elaboradas e, portanto, recomendam a submissão de tais documentos à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, bem como opinam favoravelmente à aprovação do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 12 de março de 2020

João Claudio Zola
Presidente do Conselho Fiscal

Paulo Henrique Zukanovich Funchal
Conselheiro

Clovis Hideaki Ikeda
Conselheiro

Marcio Luciano Mancini
Conselheiro

Silvio de Sousa Pinheiro
Conselheiro

ANEXO II
COMENTÁRIOS DOS DIRETORES DA COMPANHIA, CONFORME INFORMAÇÕES
APRESENTADAS NO ITENS 10.1 A 10.9 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, NOS
TERMOS DO ARTIGO 9º, INCISO III, DA ICVM 481/09

(este anexo inicia-se na próxima página)

10 – Comentário dos diretores

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os valores constantes neste item 10.1 foram extraídos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unipar Carbocloro S.A. (“Companhia” ou “Unipar” ou “Controladora”) referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas especialmente para fins do inciso VIII do artigo 1º do Anexo III da Instrução nº 480, de 7 de dezembro 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), conforme alterada (“Instrução CVM nº 480/2009”), incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela CVM e conforme as International Financial Reporting Standards (“IFRS”).

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia (“Diretoria”) entende que a Unipar possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios; e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazos. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução de seu plano de negócios.

Para acompanhamento das condições financeiras, a Companhia monitora sua *performance* operacional, seus *covenants*, e sua estrutura de capital com base, dentre outros, no indicador Dívida Líquida sobre o LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização (que é a tradução da expressão *Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* – EBITDA) e no índice de alavancagem financeira.

Segundo a CVM, o LAJIDA (EBITDA) corresponde ao resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. Esta definição de EBITDA encontra-se no artigo 3º, inciso I, da Instrução da CVM nº 527, de 5 de outubro de 2012 (“Instrução CVM nº 527/2012”).

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos com instituições financeiras (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. Nas seções abaixo é detalhado o comportamento de cada um destes itens.

Em 2017, devido à incerteza da situação política, a Companhia realizou captação de financiamentos, líquida de amortizações, no valor de R\$ 245,8 milhões, que teve como objetivo reforçar o caixa da Companhia, garantindo sua liquidez. Ao final do exercício, a alavancagem financeira consolidada era de 44%. O aumento da alavancagem foi impactado pelo pagamento dos dividendos (R\$ 387,4 milhões em 2017 versus R\$ 23,8 milhões em 2016) e pelo desinvestimento na Tecsis – Tecnologia e Sistemas Avançados S.A. (R\$ 110 milhões) (“Tecsis”) da Controladora, compensados pela geração operacional de

caixa (cerca de R\$ 422,3 milhões).

Em 2018, a Companhia (i) realizou sua 4ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 350,0 milhões, com rating AA-(bra) / Fitch Ratings, (ii) obteve financiamento bancário no valor de R\$ 111,8 milhões, e (iii) obteve a liberação de R\$ 17,3 milhões, referente ao financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), sendo que, ao final de 2018, a alavancagem financeira era de 12% devido, principalmente, ao crescimento representativo de caixa e aplicações financeiras em relação a dezembro de 2017.

Em 2019, a Companhia (i) realizou sua 5ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 201,0 milhões, como resultado de sua estratégia de substituição da 1ª série da 4ª emissão de debêntures, (ii) contratou financiamento bancário de R\$ 108,0 milhões, e (iii) recebeu liberação de financiamento do BNDES, no valor de R\$ 22,8 milhões, sendo que, ao final de 2019, a alavancagem financeira era de 11%. Em dezembro de 2019, o *rating* da Companhia e de suas 4ª e 5ª emissões de debêntures foi elevado para AA(bra) / Fitch Ratings.

Na tabela abaixo, é apresentado o índice de alavancagem financeira. A dívida líquida consolidada ao final do último exercício (2019) somava R\$ 162,9 milhões, 2,1% inferior ao ano anterior, dado que, ao longo de 2019, houve amortização líquida de empréstimos de capital de giro e de debêntures no valor de R\$ 350,3 milhões, com redução de caixa/equivalente de caixa/aplicações financeiras de R\$ 346,8 milhões (-40,3%). A dívida líquida consolidada em 2018 era de R\$ 166,4 milhões, redução de 62,1% em relação a 2017, que era de R\$ 438,6 milhões, sendo tal redução afetada pelo aumento de saldo de caixa em relação a dezembro/2017 e compensado, parcialmente, (i) pela 4ª emissão de debêntures pela Controladora, no valor de R\$ 350,0 milhões, em março de 2018 e (ii) pela contratação de financiamento bancário de R\$ 117,8 milhões, reduzindo, também o índice de alavancagem financeira de 44% para 11%.

Índice de Alavancagem Financeira - Consolidado (R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Empréstimos e financiamentos	677.548	1.027.846	840.368
<i>Caixa e equivalentes de caixa</i>	<i>301.525</i>	<i>201.542</i>	<i>78.559</i>
<i>Aplicações financeiras</i>	<i>213.158</i>	<i>659.939</i>	<i>323.243</i>
Dívida líquida	162.865	166.365	438.566
Total do patrimônio líquido ¹	1.473.053	1.347.520	990.925
Índice de alavancagem financeira	11%	12%	44%

¹ Participação no patrimônio líquido atribuível aos controladores

Abaixo encontra-se o indicador dívida líquida/EBITDA, tomando como base o EBITDA Consolidado calculado conforme a Instrução CVM nº 527/2012 e o EBITDA Ajustado da Controladora para monitoramento dos *covenants* da 2ª emissão de emissão de debêntures.

EBITDA (LAJIDA) - Consolidado (R\$ mil)	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Lucro Líquido	172.358	547.440	306.264

(+) Imposto de renda e contribuição social	84.252	129.297	30.597
(+) Resultado financeiro líquido	140.921	153.905	93.836
(+) Depreciação e amortização	183.080	176.380	200.102
EBITDA	580.611	1.007.022	630.799
Dívida líquida Consolidada	162.865	166.365	438.566
Dívida líquida/EBITDA	0,28x	0,17x	0,70x

O EBITDA (calculado de acordo com a Instrução CVM nº 527/2012) em 2019 foi de R\$ 580,6 milhões, inferior em 42,3% em relação aos R\$ 1.007,0 milhões de 2018, decorrente, principalmente, da queda na receita e aumento dos preços dos insumos e matérias-primas. Em 2017, o EBITDA foi de R\$ 630,8 milhões, com crescimento de 59,6% entre 2017 e 2018 decorrente, principalmente, do aumento da receita, melhorias operacionais, impactos do ajuste final de preço de aquisição da Unipar Indupa S.A.I.C. e reversão de provisão de parte de valor provisionado de um empréstimo antigo.

Índices de liquidez – Consolidado

Índices de Liquidez - Consolidado		2019	2018	2017
Corrente	Ativo circulante / Passivo circulante	1,54	1,42	0,96
Geral	(Ativo circ. + Ativo realiz. a LP) / (Pass. circ. + Passivo não circ.)	0,68	0,70	0,53

Em 2019, o índice de liquidez corrente consolidado foi de 1,54 e o índice de liquidez geral foi de 0,68, em linha com o ano anterior. A variação entre os anos de 2017 e 2018 foi decorrente da emissão de debêntures em março/2018 e liberação de financiamento BNDES para a planta de Santo André.

b. Estrutura de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das suas operações, oferecendo retorno aos acionistas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, obtendo o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio e capital de terceiros.

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital é compatível com as operações da Companhia. A seguir é demonstrada a composição do capital social e a gestão das estruturas que financiam as operações da Companhia.

As necessidades de financiamento são supridas por meio da geração de caixa advinda das operações da Companhia e pelo acesso a linhas de crédito junto a bancos de fomento e outras instituições financeiras.

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado era representado por 101.680.741 ações nominativas e escriturais sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado era representado por 91.145.679 ações nominativas e escriturais sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era representado por 83.550.206 ações nominativas e escriturais sem valor nominal. As alterações no capital social ao longo dos períodos foram decorrentes de

bonificações e cancelamento de ações em tesouraria.

Capital Social	2019	Part.	2018	Part.	2017	Part.
Ordinárias	35.252.274	35%	30.381.893	33%	27.850.069	33%
Preferenciais Classe “A”	2.812.040	3%	2.529.502	3%	2.590.710	3%
Preferenciais Classe “B”	63.616.427	62%	58.234.284	64%	53.109.427	64%
Capital Social Total	101.680.741	100%	91.145.679	100%	83.550.206	100%

Gestão do capital

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira, conforme apresentado no item 10.1.a acima.

A tabela abaixo demonstra a evolução da estrutura de capital da Companhia nos últimos três exercícios sociais:

Estrutura de Capital- Consolidado	2019	AV	2018	AV	2017	AV
Passivo exigível – capital de terceiros	2.235.598	60%	2.596.688	64%	2.393.546	69%
Patrimônio líquido – capital próprio	1.473.053	40%	1.445.942	36%	1.072.831	31%
Exigível / PL	1,50	-	1,80	-	2,31	-
Total do passivo – capital total	3.708.653	100%	4.042.632	100%	3.466.377	100%

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil do endividamento da Companhia, sua posição de liquidez e a tendência de geração de caixa consistente apresentada pelos negócios de soda, cloro, derivados de cloro e policloreto de vinila (“PVC”), entendemos que a Companhia tem condições de honrar os compromissos financeiros atualmente assumidos, cumprindo com suas obrigações presentes e futuras e aproveitando oportunidades comerciais à medida que estas venham a surgir.

As fontes de liquidez da Companhia derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações e da capacidade de tomar empréstimos no mercado. A Companhia entende que essas fontes são adequadas para atender às suas atuais necessidades, incluindo capital de giro, capital para investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos consolidados das contas caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras foram, respectivamente, de R\$ 301,5 milhões e de R\$ 213,2 milhões, enquanto que em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$ 201,5 milhões e de R\$ 659,9 milhões, e em 31 de dezembro de 2017 esses saldos foram de, respectivamente, R\$ 78,6 milhões e R\$ 323,2 milhões.

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito por meio de vendas a uma ampla base de clientes, com avaliação continuada do crédito e, quando necessário, obtenção de garantias pessoais/corporativas, como, por exemplo, seguro de crédito, carta de crédito, fiança bancária, dentre outras.

Ademais, a Companhia contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual, historicamente, vem se mostrando suficiente para cobrir as perdas com títulos incobráveis.

No tocante à compra de insumos e demais pagamentos relacionados à sua operação, a Companhia busca, sempre que possível, alinhar os prazos de pagamentos aos fornecedores com os recebimentos de seus

clientes e, quando necessário, a Companhia também utiliza operações de financiamento para reforço de caixa e para garantir o pagamento de suas obrigações.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As necessidades de financiamento para capital de giro e para investimentos da Companhia têm sido supridas por meio da geração de caixa operacional e captações de contratos financeiros de curto e longo prazos.

Em fevereiro de 2015, a Companhia firmou contrato de financiamento com o BNDES, no valor de R\$ 25,7 milhões, para modernização da planta em Cubatão, garantida por terrenos, bem como pelas edificações e equipamentos da Controladora, cujos valores foram liberados em julho de 2015 (R\$ 12,8 milhões), em agosto de 2016 (R\$ 3,9 milhões) e em setembro de 2017 (R\$ 3,3 milhões).

Com a aquisição da Unipar Indupa S.A.I.C., a Companhia assumiu, por meio de suas controladas, um débito com terceiros no montante de US\$ 136 milhões com a Solvay Vinyls Holding AG, sobre a qual incide encargos de 3% a.a. Tal dívida será amortizada em cinco parcelas anuais de US\$ 27,2 milhões, com vencimento inicial em 27 de dezembro de 2022 e término em 27 de dezembro de 2026.

No ano de 2017, devido à incerteza da situação política, a Companhia realizou captação de financiamentos, líquida de amortizações, no valor de R\$ 245,8 milhões, que teve como objetivo reforçar o caixa da Companhia, garantindo sua liquidez.

Em 2018, a Companhia realizou emissão de R\$ 350,0 milhões em debêntures, com rating AA-(bra) / Fitch Ratings, financiamento bancário de R\$ 111,8 milhões e firmou contrato de financiamento com o BNDES para modernização da planta de PVC a unidade de Santo André (Unipar Indupa do Brasil S.A.), no montante total de R\$ 63,5 milhões, dos quais R\$ 22,8 milhões foram liberados em 2019 e R\$ 17,3 milhões liberados em 2018.

Em junho de 2019, a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures no valor de R\$ 201,0 milhões, compondo a estratégia de substituição da 1ª série da 4ª emissão de debêntures para aumento do prazo médio e redução do custo do endividamento, de modo que seu rating foi elevado para AA(bra) / Fitch Ratings em dezembro de 2019.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não tem expectativa de deficiências de liquidez, haja vista os prazos dos seus ciclos financeiro e operacional e as captações realizadas nos últimos anos.

A Companhia mantém, adicionalmente, linhas de créditos com bancos para financiar eventuais necessidades de capital de giro, investimentos em ativos não-circulantes de curto e longo prazos e manutenção de suas disponibilidades de caixa em nível que a Diretoria da Companhia acredita ser apropriado para o desenvolvimento de suas atividades.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Conforme mencionado anteriormente, a Diretoria da Companhia possui estratégias e controle severo sobre os níveis de endividamento líquido do grupo, fundamental para o sucesso do planejamento

estratégico e para perpetuidade e sucesso de seus negócios. Com base nas estratégias e no plano de negócio, a Companhia entende que possui uma estrutura de endividamento adequada, devidamente segregada entre curto e longo prazos, que permite uma confortável situação de caixa, para realização de suas atividades operacionais de curto prazo, bem como para atendimento do plano de investimentos da Companhia. Adicionalmente, as diversas linhas de créditos com bancos não possuem qualquer tipo de concentração ou dependência com instituições financeiras.

A Companhia encerrou os anos de 2019, 2018 e 2017 com saldos de capital de terceiros consolidados de R\$ 2,2 bilhões, R\$ 2,6 bilhões e R\$ 2,4 bilhões, respectivamente. Destes montantes, os empréstimos e financiamentos brutos consolidados representavam R\$ 677,5 milhões, R\$ 1.027,8 milhões e R\$ 840,4 milhões, respectivamente.

Endividamento total – Consolidado

Endividamento total - Consolidado		Em 31 de dezembro de				
(R\$ mil)	2019	AV	2018	AV	2017	AV
Passivo circulante	782.357	35%	1.129.665	44%	1.151.821	48%
Empréstimos e financiamentos	177.566	8%	477.918	18%	437.279	18%
Outros	604.791	27%	651.747	26%	714.542	30%
Passivo não circulante	1.450.521	65%	1.467.023	56%	1.241.725	52%
Empréstimos e financiamentos	499.982	22%	549.928	21%	403.089	17%
Outros	950.539	43%	917.095	35%	838.636	35%
Passivo total	2.232.878	100%	2.596.688	100%	2.393.546	100%

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Abaixo, a abertura dos empréstimos e financiamentos da Companhia nos últimos três exercícios sociais:

Empréstimos e Financiamentos (R\$ mil)	Moeda	Indexador ¹	Saldo em 31 de dezembro de		
			2019	2018	2017
BNDES	R\$	TJLP + 1,40% a.a.	14.433	21.237	9.169
BNDES	R\$	IPCA + 2,14% a.a.	24.570	10.037	-
BNDES	R\$	TJLP + 1,87% a.a.	16.832	7.308	-
BNDES	R\$	SELIC + 2,36% a.a.	4.856	7.200	9.226
BNDES	R\$	TJLP + 2,23% a.a.	3.962	6.206	11.873
BNDES	R\$	2,56% a.a.	-	-	2.020
Capital de giro	USD	6,25% a.a.	4.019	29.996	59.422
Capital de giro	AR\$	65,08% a.a.	-	10.895	19.447
Capital de giro	AR\$	56,00%	6.147	9.086	-
Capital de giro	AR\$	51,39%	-	59	-
Capital de giro	AR\$	23,27% a.a.	-	-	16.179
Capital de giro	AR\$	22,65% a.a.	-	-	11.871

Empréstimos e Financiamentos (R\$ mil)	Moeda	Indexador ¹	Saldo em 31 de dezembro de		
			2019	2018	2017
Capital de giro longo prazo	AR\$	23,56% a.a.	-	-	101
Capital de giro	R\$	CDI + 1,25% a.a.	108.047	-	-
Cédula de crédito bancário	R\$	CDI + 2,50% a.a.	-	112.923	-
Cédula de crédito bancário	R\$	CDI + 3,62% a.a.	-	74.625	148.605
Cédula de crédito bancário	R\$	8,10% a.a.	-	46.177	40.072
Compror	R\$	8,23% a.a.	-	23.592	29.657
Debêntures - 2ª emissão	R\$	CDI + 2,00% a.a.	50.010	151.872	252.554
Debêntures - 3ª emissão	R\$	CDI + 3,50% a.a.	-	51.862	103.355
Debêntures - 4ª emissão	R\$	CDI + 2,15% a.a.	155.805	356.058	-
Debêntures - 5ª emissão	R\$	CDI + 1,25% a.a.	200.335	-	-
Nota de crédito a exportação	R\$	CDI + 2,50% a.a.	49.734	49.902	49.743
Nota de crédito a exportação	R\$	CDI + 3,65% a.a.	-	9.308	27.543
Notas promissórias	R\$	CDI + 2,50% a.a.	38.798	49.503	49.531
Total			677.548	1.027.847	840.368

¹Indexadores referentes ao último período apresentado

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2019, exceto pelas relações decorrentes dos contratos de empréstimos e financiamentos descritos acima, a Companhia não mantém qualquer outra relação de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas no subitem (i) acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

A Companhia esclarece que não há qualquer grau de subordinação entre as suas dívidas bancárias contraídas durante os três últimos exercícios sociais, exceto por aquelas dívidas com garantia real, as quais gozam de preferência sobre outras dívidas em caso de falência, até o limite da garantia real constituída. O modo de pagamento de cada uma das dívidas deverá observar a data de vencimento estabelecida em cada instrumento contratual, independentemente do pagamento das demais dívidas.

Em 31 de dezembro de 2019, a totalidade do saldo dos financiamentos da Controladora junto ao BNDES para modernização da planta da unidade de Cubatão equivale a R\$ 8,8 milhões (R\$ 13,4 milhões em 2018) e é garantida por terrenos, edificações e equipamentos da Controladora, sendo os únicos financiamentos contratados com garantia real. Para a planta da unidade de Santo André, o saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 23,4 milhões (R\$ 38,6 milhões em 2018).

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia assumiu certos compromissos (*covenants*) relacionados a contratos de financiamentos, estabelecendo obrigações quanto à manutenção de índices financeiros, como demonstrado na tabela

abaixo. Esses compromissos são usuais em operações de mesma natureza e não limitam a capacidade de condução dos negócios da Companhia. Abaixo está apresentado o resumo das garantias e dos *covenants* consolidados das linhas de financiamento da Companhia.

ENDIVIDAMENTO	Indexador	Saldo em 31/12/2019 (R\$ mil)	Garantias	Covenants Financeiros
BNDES	TJLP + 1,40% a.a.	14.433	Fiança bancária	Sem covenants financeiros
BNDES	IPCA + 2,14% a.a.	24.570	Aval da Companhia	Sem covenants financeiros
BNDES	TJLP + 1,87% a.a.	16.832	Aval da Companhia	Sem covenants financeiros
BNDES	SELIC + 2,36% a.a.	4.856	Hipoteca da unidade industrial	Liquidez Corrente $\geq 0,8$; Dívida Líquida /EBITDA máx = 3x
BNDES	TJLP + 2,23% a.a.	3.962	Hipoteca da unidade industrial	Liquidez Corrente $\geq 0,8$; Dívida Líquida /EBITDA máx = 3x
Debêntures 2ª emissão	CDI + 2,00% a.a.	50.010	Cessão fiduciária de dividendos devidos pela Companhia aos sócios: Vila Velha, Frank Geyer Abubakir e Maria S. de Sampaio Geyer, caso atinja o valor de: a partir de 2015 3,25x quando do cálculo de dívida líquida /EBITDA ¹	(i) Dívida líquida/EBITDA ¹ máximo: em 2014: 4x; em 2015: 3,75x; em 2016: 3,5x e a partir de 2017: 3,25x; (ii) EBITDA ¹ / resultado financeiro líquido: (mínimo de 2x); (iii) Capex e/ou novos investimentos máximo anual de R\$ 100 milhões, enquanto o índice dívida líquida/EBITDA ¹ for superior a 3,5x.
Debêntures 4ª emissão	CDI + 2,15% a.a.	155.805	-	(a) Dívida Líquida/EBITDA ² menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 100 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA for superior a 2,0x. (b) EBITDA/Resultado Financeiro

ENDIVIDAMENTO	Indexador	Saldo em 31/12/2019 (R\$ mil)	Garantias	Covenants Financeiros
				Líquido maior ou igual a 2,00x.
Debêntures 5ª emissão	CDI + 1,25% a.a	200.335	-	(a) Dívida Líquida/EBITDA ² menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 100 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA for superior a 2,0x. (b) EBITDA/Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.
Nota de Crédito à Exportação	CDI + 2,50% a.a.	49.734	Sem garantia	Não assumir, sem prévia anuência do credor, novas dívidas, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 15 milhões, excetuados os empréstimos destinados ao atendimento aos negócios de gestão ordinária e à liquidação de dívidas existentes, ou, ainda, os financiamentos, contratados diretamente ao, ou com recursos provenientes do BNDES.
Notas Promissórias Comerciais 2ª emissão	CDI + 2,50% a.a.	38.798	Sem garantia	(a) Dívida Líquida/EBITDA ² menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 100 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA for

ENDIVIDAMENTO	Indexador	Saldo em 31/12/2019 (R\$ mil)	Garantias	Covenants Financeiros
				superior a 2,0x. (b) EBITDA/Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.

¹ EBITDA conforme 1º aditamento ao instrumento particular de escritura da 2ª emissão das debêntures simples, não conversíveis em ações, da Companhia, de 15 de junho de 2016, que exclui também os efeitos de (i) baixas de itens do ativo imobilizado; (ii) baixas de investimento; (iii) unidades operacionais descontinuadas; (iv) provisões para processos judiciais e/ou suas reversões; e o (v) resultado de equivalência patrimonial. E será apurado com base nos últimos 12 (doze) meses dos resultados individuais.

² EBITDA, conforme o instrumento particular de escritura da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da Companhia, de 10 de julho de 2017, bem como conforme a cártula da 2ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia e instrumento de escritura particular da 4ª emissão das debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da Companhia, de 22 de março de 2018, corresponde ao lucro operacional consolidado da Companhia adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; e (iii) despesas com amortizações e depreciações; e excluindo-se (a) receitas não operacionais; e (b) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

A não observância dos indicadores relacionados na coluna *covenants* acarreta o vencimento antecipado da dívida. Até o presente momento, a Companhia está adimplente com os compromissos assumidos em seus contratos.

Em 2019, o indicador dívida líquida/EBITDA da Companhia foi de 0,28x e o indicador dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses para atendimento a 2ª emissão das debêntures foi 0,44x, conforme demonstrado anteriormente no item 10.1.a acima. Em 2018, o indicador dívida líquida/EBITDA da Companhia foi de 0,17x e o indicador dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses para atendimento a 2ª emissão das debêntures foi 0,27x conforme demonstrado anteriormente no item 10.1.a acima.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía um saldo ainda não utilizado/liberado de cerca de R\$ 28,2 milhões, referentes aos contratos de financiamentos já contratados com o BNDES.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Demonstrações de Resultado	Consolidado							
(R\$ mil)	2019	AV	2018	AV	2017	AV	AH 2019 x 2018	AH 2018 x 2017
Receita operacional líquida	3.048.730	100%	3.469.133	100%	3.019.592	100%	-12%	15%
Custo dos produtos vendidos – CPV	(2.231.876)	73%	(2.209.155)	64%	(2.114.627)	70%	1%	4%
Lucro bruto	816.854	27%	1.259.978	36%	904.965	30%	-35%	39%
<i>Margem bruta</i>	27%	-	36%	-	30%	-	-	-

Demonstrações de Resultado (R\$ mil)	Consolidado						AH 2019 x 2018	AH 2018 x 2017
	2019	AV	2018	AV	2017	AV		
Despesas com vendas	(153.097)	5%	(151.203)	4%	(175.040)	6%	1%	14%
Despesas gerais e administrativas	(280.737)	9%	(247.578)	7%	(198.119)	7%	13%	25%
Resultado com desinvestimento Tecsis	-	-	-	-	(27.033)	1%	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(6.507)	-	941	-	1.668	-	-	44%
Outras receitas (despesas) oper, líquidas	21.018	1%	(31.496)	1%	(75.744)	3%	-	58%
Lucro antes do resultado financeiro	397.531	13%	830.642	24%	430.697	14%	-52%	93%
Resultado financeiro líquido	(140.921)	5%	(153.905)	4%	(93.836)	3%	-8%	64%
Lucro antes do IR e CS	256.610	8%	676.737	20%	336.861	11%	-62%	101%
Provisão para IR e CS	(84.252)	3%	(129.297)	4%	(30.597)	1%	-35%	323%
Lucro (prejuízo) líquido	172.358	6%	547.440	16%	306.264	10%	-69%	79%

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida consolidada, em 2019, foi de R\$ 3.048,7 milhões, redução de 12% em relação a 2018, sendo tal variação decorrente, principalmente, da queda relevante nos preços médios de venda da soda cáustica, nos volumes comercializados, bem como na menor utilização da capacidade das plantas de PVC e seu efeito negativo no preço. Em 2018, a receita líquida consolidada foi de R\$ 3.469,1 milhões (+15%), variação decorrente, principalmente, do aumento dos preços médios de venda, refletindo o comportamento do preço da soda no mercado internacional, além do efeito do crescimento da taxa média do câmbio.

Custo dos produtos vendidos – CPV

O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 2.231,9 milhões em 2019, apresentando aumento de 1,0% em relação a 2018. O aumento do preço dos insumos e matérias-primas, alavancado, também, pela desvalorização do real frente ao dólar americano, foi o principal responsável pelo crescimento no CPV no ano de 2019, parcialmente compensado pela reclassificação de custos alocados no CPV para despesas gerais e administrativas na Unipar Indupa no Brasil no 2º semestre de 2018, devido à uniformização de critérios e sistemas. Em 2018, o CPV consolidado foi de R\$ 2.209,1 milhões (+4%), sendo tal variação influenciada pelo aumento nos preços dos insumos e matérias-primas, principalmente do etileno, gás natural e sal.

Lucro bruto e margem bruta

Em 2019, o lucro bruto consolidado foi de R\$ 816,9 milhões em 2019, com uma margem bruta de 27%, sendo tal redução de 35% em relação a 2018 decorrente, principalmente, da queda da receita. Em 2018, o lucro bruto foi de R\$ 1.260,0 milhões, representando aumento de 39% em relação a 2017, decorrente de um crescimento da receita superior ao crescimento do CPV.

Despesas com vendas

As despesas com vendas somaram R\$ 153,1 milhões em 2019 (+1%), em função, principalmente, da utilização da tabela nacional de frete divulgada pela ANTT. Em 2018, as despesas com vendas foram de R\$ 151,2 milhões (-14%), reflexo do menor volume de vendas na unidade de Cubatão.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 280,7 milhões em 2019 (+13%), sendo tal aumento resultante, sobretudo, da reclassificação de custos alocados no CPV para despesas gerais e administrativas na Unipar Indupa no Brasil no montante de R\$ 30,8 milhões. Em 2018, as despesas gerais e administrativas foram de R\$ 247,6 milhões (+25%). Tal variação foi resultante, principalmente, do incremento da amortização da mais valia, decorrente da revisão da estimativa de vida útil dos bens da controlada Unipar Indupa S.A.I.C., que gerou uma despesa de R\$ 29,0 milhões em 2018, bônus atrelados a superação da meta EBITDA da Companhia e incentivos culturais com benefício fiscal.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas registrou uma receita de R\$ 21,0 milhões em 2019, decorrente de provisão constituída para demandas judiciais ativas em 2019 e realização de provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes em 2018. Em 2018, a despesa foi de R\$ 31,5 milhões (-69%), devido, principalmente, à receita referente ao ajuste de preço de aquisição da Unipar Indupa S.A.I.C. de R\$ 48,9 milhões no ITR 1T18, reversão de provisão de empréstimo antigo com acordo homologado no ITR 3T18, no valor de R\$ 23,0 milhões e provisão para reestruturação constituída no início de 2017 para consolidação da Unipar Indupa S.A.I.C., sem correspondência em 2018, parcialmente compensado pela constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 46,3 milhões de clientes, em especial, na Argentina.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial consolidado foi negativo em R\$ 6,5 milhões em 2019, referente ao resultado da participação na empresa de energia Solalban Energía S.A., cujo resultado em 2018 foi de R\$ 0,9 milhão positivo.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 140,9 milhões em 2019 (-8,4%) devido, principalmente, ao impacto da desvalorização do câmbio na dívida com terceiros, cujo efeito foi parcialmente compensado pelo efeito da aplicação do IAS 29 referente à hiperinflação na Argentina. Em 2018, o resultado foi de R\$ 153,9 milhões negativos (+64%), sendo tal variação explicada, principalmente, pela variação cambial sobre débitos com terceiros. Esta exposição em moeda estrangeira é controlada pela Companhia, que tem grande parte da sua receita atrelada à mesma moeda, absorvendo assim impactos negativos sobre este débito. Estas despesas financeiras foram parcialmente compensadas pela receita do efeito de aplicação da hiperinflação na Argentina.

Provisão para IR e CS

Exceto quanto à equivalência patrimonial, que não gera efeitos de Imposto de Renda (“IR”) e Contribuição Social (“CS”), todos os demais fatores listados anteriormente contribuem para explicar a variação na despesa de IR e CS especialmente o lucro. Adicionalmente, há o impacto das constituições de créditos fiscais diferidos sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Em 2019, a

provisão para IR e CS foi de R\$ 84,3 milhões e, em 2018, foi de R\$ 129,3 milhões.

BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO

Ativo (R\$ mil)	Consolidado						AH 2019	AH 2018
	2019	AV	2018	AV	2017	AV	x 2018	x 2017
Circulante	1.207.780	32%	1.600.103	39%	1.109.867	32%	-25%	44%
Caixa e equivalentes de caixa	301.525	8%	201.542	5%	78.559	2%	50%	157%
Aplicações financeiras	213.158	6%	659.939	16%	323.243	9%	-68%	104%
Contas a receber de clientes	381.822	10%	449.321	11%	459.758	13%	-15%	-2%
Impostos a recuperar	48.858	1%	65.201	2%	48.701	1%	-25%	34%
Estoques	209.591	6%	198.621	5%	180.668	5%	6%	10%
Despesa antecipada	2.479	-	2.018	-	1.663	0%	23%	21%
Outros ativos circulantes	50.347	1%	23.461	1%	17.275	0%	115%	366%
Não circulante	2.511.041	68%	2.442.527	60%	2.356.510	68%	3%	4%
Ativo Realizável a Longo Prazo	306.504	8%	223.849	6%	157.426	5%	37%	42%
Impostos a recuperar	11.318	-	15.848	-	21.675	1%	-29%	-27%
Estoques	52.923	1%	43.819	1%	40.812	1%	21%	7%
Depósitos Judiciais	47.305	1%	41.436	1%	43.164	1%	14%	-4%
IR e CS diferidos	172.339	5%	100.123	2%	19.773	1%	72%	406%
Outros ativos não circulantes	22.619	1%	22.623	1%	32.002	1%	-	-29%
Investimentos	13.325	-	12.594	-	21.817	1%	6%	-42%
Imobilizado	1.890.717	51%	1.906.835	47%	1.860.682	54%	-1%	2%
Intangível	300.495	8%	299.249	7%	286.585	8%	-	4%
Total do ativo	3.718.821	100%	4.042.630	100%	3.466.377	100%	-8%	17%

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade do ativo e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Em 2019, a conta de caixa e equivalentes de caixa somou R\$ 301,5 milhões dada a geração de caixa da Companhia. Em 2018, era de R\$ 201,5 milhões, devido à geração de caixa da Companhia e reforço de caixa através de emissão de debêntures. Em 2017, a conta de caixa e equivalentes de caixa consolidado foi de R\$ 78,6 milhões.

Aplicações financeiras

Em 2019, as aplicações financeiras somaram R\$ 213,2 milhões (R\$ 127,3 milhões em cotas de fundos de investimentos e R\$ 85,9 milhões em certificados de depósitos bancários). Em 2018, as aplicações

financeiras somaram R\$ 659,9 milhões (R\$ 599,3 milhões investimentos cotas de fundos, R\$ 58,6 milhões em certificados de depósitos bancários e R\$ 2 milhões em outros tipos de aplicações). Em 2017, o saldo de aplicações financeiras consolidado foi de R\$ 323,2 milhões (R\$ 311,2 de investimentos em cotas de fundos, R\$ 10 milhões em certificados de depósitos bancários da Controladora e R\$ 2 milhões em outros tipos de aplicações).

Contas a receber de clientes e estoques

Em 2019, o saldo de contas a receber era de R\$ 381,8 milhões e o saldo de estoque de R\$ 209,6 milhões. Em 2018, o saldo de contas a receber era de R\$ 449,3 milhões e o saldo de estoque atingiu R\$ 198,6 milhões. Em 2017, o saldo de contas a receber de clientes consolidado foi de R\$ 459,8 milhões e o de estoque consolidado foi de R\$ 180,7 milhões.

Impostos a recuperar

Em 2019, o saldo de impostos a recuperar era de R\$ 48,9 milhões, sendo que, em 2018, o saldo de impostos a recuperar era de R\$ 65,2 milhões. Tal redução ocorreu devido, principalmente, pela compensação do imposto de renda e outros impostos em controlada. Em 2017, o saldo de impostos a recuperar consolidado foi de R\$ 48,7 milhões.

Outros ativos circulantes

Em 2019, o saldo de outros ativos circulantes consolidados foi de R\$ 50,3 milhões e de R\$ 23,6 milhões em 2018, dentro dos quais estão incluídos adiantamento a fornecedores e colaboradores e seguros. Em 2017, o saldo de outros ativos circulantes consolidados ficou em R\$ 17,3 milhões.

Ativo não circulante

Estoques

Em 2019, saldo de estoque era de R\$ 52,9 milhões, aumento em relação ao estoque de R\$ 43,8 milhões em 2018.

Impostos de renda e contribuição social diferidos

Em 2019, o saldo de impostos e contribuição diferidos era de R\$ 172,3 milhões, sendo que, em 2018, o esse mesmo saldo era de R\$ 100,1 milhões, oriundo de controlada da Companhia.

Investimentos

A conta de investimentos consolidado se refere à controlada indireta da Companhia Solalban Energía S.A., empresa argentina que possui ativos de geração de energia em seu próprio país. Em 2019 registrou R\$ 13,3 milhões, em 2018, R\$ 12,6 milhões e, em 2017, R\$ 21,8 milhões.

Imobilizado

Em 2019, o saldo da conta de imobilizado consolidado era de R\$ 1.890,7 milhões, enquanto que, em 2018, era de R\$ 1,906,8 milhões. Em 2017, o saldo de conta de imobilizado consolidado foi de R\$ 1,9 bilhão, mantendo-se no patamar em 2018.

Intangível

Em 2019, o intangível estava contabilizado em R\$ 300,5 milhões e, em 2018, em patamares próximos

registrando R\$ 299,2 milhões. Em 2017, saldo consolidado foi de R\$ 287 milhões.

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado						AH 2019	AH 2018
	2019	AV	2018	AV	2017	AV	x 2018	x 2017
Circulante	785.077	21%	1.129.665	28%	1.151.821	33%	-31%	-
Fornecedores	182.468	5%	193.972	5%	212.142	6%	-6%	-9%
Empréstimos	177.566	5%	477.918	12%	437.279	13%	-63%	9%
Salários e encargos	63.002	2%	89.780	2%	96.850	3%	-30%	-7%
Imposto de renda e contrib. social	40.476	1%	57.572	1%	7.903	-	-30%	628%
Outros impostos e contrib. a pagar	32.822	1%	30.182	1%	32.040	1%	9%	-6%
Dividendos a pagar	54.437	1%	38.720	1%	100.148	3%	41%	-61%
Demandas Judiciais	-	-	-	-	329	-	-	-
Energia Elétrica	174.180	5%	181.562	4%	186.253	5%	-4%	-3%
Débito com terceiros	300	-	199	-	170	-	51%	17%
Passivo ambiental	13.542	-	4.522	-	17.889	1%	199%	-75%
Outros passivos circulantes	46.284	1%	55.238	1%	60.818	2%	-16%	-9%
Não circulante	1.450.521	39%	1.467.023	36%	1.241.725	36%	-1%	18%
Empréstimos	499.982	13%	549.928	13%	403.089	12%	-9%	36%
Salários e encargos sociais	4.315	-	2.498	-	-	-	73%	-
Imposto de renda e contrib. social	-	-	386	-	4.089	-	-	-91%
Imposto de renda e contrib. social dif	296.628	8%	273.968	7%	207.127	6%	8%	32%
Obrigações com benef. empregados	50.250	1%	43.200	1%	44.522	1%	16%	-3%
Demandas Judiciais	41.392	1%	49.410	1%	105.360	3%	-16%	-53%
Passivo ambiental	6.566	-	17.346	-	24.878	1%	-62%	-30%
Débito com terceiros	551.388	15%	530.287	13%	452.660	13%	4%	17%
Total do passivo	2.235.598	60%	2.596.688	64%	2.393.546	69%	-14%	9%
Patrimônio líquido	1.483.223	40%	1.445.942	35%	1.072.831	31%	3%	33%
Capital social	699.002	19%	474.415	12%	384.331	11%	47%	23%
Ações em tesouraria	(101.459)	-3%	(33.221)	1%	(14.879)	0%	205%	123%
Reserva de lucros	736.249	20%	872.230	22%	579.807	17%	-16%	50%
Outros resultados abrangentes	139.261	4%	34.096	1%	41.666	1%	308%	-18%
Participação dos acionistas não controladores	10.170	-	98.422	2%	81.906	2%	-90%	20%
Total do passivo e patrimônio líquido	3.718.821	100%	4.042.630	100%	3.466.377	100%	-8%	17%

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade do passivo e do patrimônio líquido e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Passivo circulante

Fornecedores

Em 2019, o saldo de fornecedores era de R\$ 182,5 milhões, enquanto que, em 2018, este saldo foi de R\$ 194,0 milhões. Em 2017, o saldo de fornecedores consolidado foi de R\$ 212,1 milhões.

Empréstimos

Os empréstimos e financiamento de curto prazo somavam R\$ 177,6 milhões em 2019 e R\$ 477,9 milhões em 2018, com redução de 63% devido à amortização de empréstimos de capital de giro e debêntures ao longo de 2019. Em 2017, o saldo era de R\$ 437,3 milhões. O aumento de 9% entre 2017 e 2018 foi devido a novas captações.

Salários e encargos

Em 2019, o saldo de salários e encargos era de R\$ 63,0 milhões, enquanto que, em 2018, era de R\$ 89,8 milhões, sendo tal redução proveniente da provisão de salários e encargos. Em 2017, o saldo de salários e encargos consolidado foi de R\$ 96,9 milhões.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2019, o saldo de imposto e contribuição social era de R\$ 40,5 milhões, enquanto que, em 2018, era de R\$ 57,6 milhões e, em 2017, de R\$ 7,9 milhões. Em 2017, o saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar consolidado foi de R\$ 7,9 milhões.

Outros impostos e contribuições a pagar

Em 2019, o saldo de outros impostos e contribuições a pagar era de R\$ 32,8 milhões, em linha com o saldo em 2018 que era de R\$ 30,2 milhões e, também, o saldo em 2017 de R\$ 32,0 milhões.

Dividendos a pagar

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não efetuou nenhum pagamento de juros sobre o capital próprio.

Para o exercício de 2019, foi apurado um dividendo mínimo obrigatório de R\$ 41,2 milhões, os quais foram deliberados através de Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de abril de 2020, nos termos e forma autorizados pelo artigo 2º da Medida Provisória nº 931, de 30 de março de 2020, e pagos a partir de 22 de abril de 2020.

Em 2018, houve uma deliberação de dividendos intermediários antecipado relativos ao exercício de 2018, de R\$ 100,0 milhões e uma deliberação de dividendos adicionais de lucros a realizar de exercícios anteriores no montante de R\$ 20,5 milhões. Para o exercício de 2018, foi apurado um dividendo mínimo obrigatório de R\$ 125,4 milhões, dos quais R\$ 100,0 milhões foram pagos em outubro de 2018 e o restante, em abril de 2019.

Em 2017, houve uma deliberação de dividendos intermediários no montante de R\$ 363 milhões, quando, também, foi apurado um dividendo mínimo obrigatório de aproximadamente R\$ 72 milhões, que foi

adicionado à realização da reserva de lucros a realizar, no montante aproximado de R\$ 19 milhões, gerando dividendos da ordem de R\$ 91 milhões a pagar no exercício de 2018. Saldo de dividendos a pagar de exercícios anteriores de cerca de R\$ 9 milhões.

Energia elétrica

Em 2015, o saldo a pagar de energia elétrica da Controladora foi de R\$ 41 milhões, no qual houve um acréscimo no valor aproximado de R\$ 29 milhões. A publicação inicial dos valores da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), relativos ao período de agosto de 2015 a julho de 2016, indicava alta majoração destes encargos, o que levou a Companhia e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança do encargo com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (“ABRACE”).

No início do terceiro trimestre de 2015, a ABRACE obteve liminar indicando que, enquanto o processo encontrar-se em julgamento, os consumidores livres que questionaram o valor deveriam ser cobrados por valores menores do que aqueles inicialmente estipulados. A Companhia provisiona integralmente os valores inicialmente estipulados, mas efetua os pagamentos apenas dos montantes previstos na liminar.

Em 2017, o saldo a pagar de energia elétrica consolidada foi de R\$ 186,3 milhões, constituída de R\$ 107 milhões pela Controladora, referente provisionamento integral dos valores estipulados conforme liminar da ABRACE até o agosto de 2017, e R\$ 79 milhões por parte das Controladas. Em 2018, o saldo a pagar de energia elétrica era de R\$ 181,6 milhões, sendo R\$ 126,2 milhões referente ao provisionamento integral dos valores estipulados conforme liminar da ABRACE.

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2016 a julho de 2017 também indicou valores que, segundo a ABRACE, estão acima dos considerados corretos pela associação. Sendo assim, a ABRACE também questionou judicialmente as futuras cobranças do encargo com seu novo valor e obteve liminar favorável nos mesmos moldes da liminar obtida para as cobranças relativas ao período de agosto de 2015 a julho de 2016. Em 31 de dezembro de 2018, os respectivos processos continuam em discussão. Não há discussões sobre os valores da CDE relativas aos períodos posteriores a agosto de 2017.

Débitos com terceiros

Em 2019, conforme apontado no item 10.1.c, o débito com terceiros consolidado corresponde a parte da dívida da Controlada com Solvay Vinyls Holding AG no curto prazo no valor de R\$ 300 mil referente a pagamento de juros. Em 2018, o saldo era de R\$ 199 mil e de R\$ 170 mil em 2017.

Passivo ambiental

O saldo de passivo ambiental consolidado em 2019 era de R\$ 13,5 milhões, aumento representativo em relação aos R\$ 4,5 milhões em 2018 devido à transferência entre curto e longo prazo. Em 2017, o saldo de passivo ambiental consolidado foi de R\$ 17,9 milhões.

Outros passivos

O saldo de outros passivos circulantes era de R\$ 46,3 milhões em 2019 e de R\$ 55,2 milhões em 2018. Em 2017, o saldo de outros passivos consolidados foi de R\$ 60,8 milhões. Tais saldos são compostos, principalmente, por despesas alfandegárias, provisões de fretes e adiantamentos de clientes.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

Em 2019, os empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidados somaram R\$ 150,0 milhões, enquanto que, em 2018, eram de R\$ 549,9 milhões. A variação foi decorrente da transferência de longo prazo para curto prazo de alguns financiamentos. Em 2017, os empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidados somavam R\$ 403,1 milhões, sendo que o crescimento de 2018 em relação a 2017 foi decorrente de recursos captados através de empréstimos e financiamentos destinados para capital de giro e beneficiaram o alongamento nos prazos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 2019, 2018 e 2017, as principais movimentações desta rubrica foram a constituição de créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de anos anteriores, créditos de diferenças temporárias relacionadas a contingências, acréscimo dos saldos de impostos diferidos passivos, inerentes à diferença de taxas de depreciação contábil e fiscal e utilização dos créditos fiscais relacionados à incorporação da Controlada Unipar Indupa S.A.I.C. Os saldos em 2019, 2018 e 2017 foram de R\$ 296,6 milhões, R\$ 274,0 milhões e R\$ 207,1 milhões, respectivamente.

Obrigações com benefícios de aposentadoria

Em 2019, o saldo da conta de obrigações com benefícios aos empregados era de R\$ 50,3 milhões e, em 2018, de R\$ 43,2 milhões, enquanto que, em 2017, o saldo da conta de obrigações com benefícios de empregados consolidado foi de R\$ 44,5 milhões.

Demandas judiciais

Em 2019, o saldo de demandas judiciais consolidado era de R\$ 41,4 milhões, enquanto que, em 2018, era de R\$ 49,4 milhões. Em 2017, o saldo da conta de demandas judiciais consolidado foi de R\$ 105,4 milhões.

Débitos com terceiros

Em 2019, o débito consolidado corresponde a dívida da Controlada com a Solvay Vinyls Holding AG, conforme explicado no item 10.1.c, o qual no longo prazo era de R\$ 551,4 milhões. Em 2018, era de R\$ 530,3 milhões e, em 2017, de R\$ 453 milhões. As alterações nos saldos são decorrentes das variações cambiais, dado que o débito com terceiros é em moeda estrangeira (dólar americano).

Passivo ambiental

O saldo de passivo ambiental consolidado, em 2019, era de R\$ 6,6 milhões e de R\$ 17,3 milhões em 2018, sendo tal variação decorrente da transferência de saldos do longo para o curto prazo. Em 2017, o saldo de passivo ambiental consolidado foi de R\$ 24,9 milhões.

FLUXOS DE CAIXA

Fluxos de Caixa (R\$ mil)	Consolidado				
	2019	2018	2017	AH 2019 x 2018	AH 2018 x 2017
Caixa líquido nas atividades operacionais	454.991	892.266	430.482	-49%	111%

Fluxos de Caixa (R\$ mil)	Consolidado				
	2019	2018	2017	AH 2019 x 2018	AH 2018 x 2017
Caixa líquido nas atividades de investimento	253.982	(536.321)	(475.149)	-	12%
Caixa líquido nas atividades de financiamento	(716.828)	(235.681)	(251.185)	204%	-6%
Efeito da var. cambial sobre caixa e equiv. de caixa	107.838	2.719	(8.935)	3.866%	59%
Aumento (Redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa	99.983	122.983	(304.787)	-19%	-140%

Atividades operacionais

Em 2019, o caixa líquido gerado nas atividades operacionais consolidado foi de R\$ 455,0 milhões, enquanto que, em 2018, foi de R\$ 892,3 milhões, sendo tal redução resultante de queda na receita e preço de venda dos produtos da Unipar. Em 2017, as atividades operacionais consolidadas geraram um caixa de R\$ 430,5 milhões. A variação entre os anos 2017 e 2018 foi resultante do melhor desempenho operacional em 2018.

Atividades de investimentos

Em 2019, o caixa líquido gerado nas atividades de investimento foi de R\$ 254,0 milhões devido, principalmente, às aplicações financeiras líquidas de resgate no período, enquanto que, em 2018 e 2017, foram aplicados R\$ 536,3 milhões e R\$ 475,1 milhões, respectivamente.

Atividades de financiamento

Em 2019, R\$ 716,8 milhões foram aplicados nas atividades de financiamento devido à amortização de empréstimos e debêntures, pagamento de juros e outros encargos sobre empréstimos e recompra de ações de própria emissão. Em 2018, o desembolso foi de R\$ 235,7 milhões e, em 2017, o caixa líquido nas atividades de financiamento foi um desembolso de R\$ 251,2 milhões. Os desembolsos de menor valor nos anos de 2018 e 2017 em comparação com 2019 são explicados pelo pagamento de dividendos nos períodos, compensado pela captação de empréstimos/financiamentos nestes exercícios.

10.2 – Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia tem como atividades preponderantes a fabricação de cloro, derivados de cloro e soda cáustica, e é acionista controlador da Unipar Indupa S.A.I.C., empresa argentina produtora de PVC e soda cáustica na Argentina e no Brasil, sendo a sua receita composta por PVC e soda cáustica.

A tabela abaixo apresenta a receita operacional líquida consolidada da Companhia para os períodos indicados:

Receita Líquida (R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2019		2018		2017	
	Receita Líquida	% da Receita Líquida	Receita Líquida	% da Receita Líquida	Receita Líquida	% da Receita Líquida
Produção de soda, cloro e PVC	3.048.730	100,0%	3.4769.133	100,0%	3.019.592	100,0%

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia nos últimos três exercícios sociais estão descritos no item 10.1 desse Formulário de Referência.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Companhia é decorrente da condição oferta-demanda, basicamente, no mercado interno, responsável pela quase totalidade do destino de vendas.

Apesar de, em algumas situações, ser possível repassar efeitos de inflação aos preços de venda, não há uma indexação preponderante e direta dos preços de venda a índices de inflação.

Parte da receita é atrelada ao dólar americano e, também, leva em conta a cotação no mercado internacional da soda cáustica.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

O resultado das operações pode ser afetado pela inflação, dado que, mesmo que nossas receitas não estejam indexadas diretamente aos índices de inflação (IGP-M, INPC, IPC-A etc.), os custos operacionais tendem a acompanhar tais índices.

Em relação à exposição cambial, é válido destacar a influência do Etileno, item primordial no processo de produção de CDE, produto utilizado na produção do PVC, que tem referência em dólares americanos. Sendo assim, pode haver variação nos preços desta matéria-prima em virtude de oscilações de moeda estrangeira. A Companhia possui uma estratégia defensiva de gerenciamento de risco de variação cambial, conforme descrito no item 4.2 do Formulário de Referência da Companhia.

Com relação à exposição a taxas de juros, grande parte da dívida da Companhia está indexada ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), conforme demonstrado no item 10.1 acima. Neste sentido, variações positivas ou negativas nesta taxa podem afetar o resultado financeiro de forma significativa, conforme descrito no item 4.2 do Formulário de Referência da Companhia.

10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em continuidade ao processo de aquisição em etapas, a Unipar lançou uma segunda oferta pública para aquisição de até a totalidade das demais ações representativas, em circulação, do capital da Unipar Indupa S.A.I.C com finalidade de cancelamento do registro de companhia aberta (“OPA”). A operação foi aprovada pela Comissão Nacional de Valores (“CNV”), iniciada em 14 de agosto de 2019 e finalizada em 30 de dezembro de 2019. Com adesão à oferta e aquisições no mercado, a OPA resultou em uma aquisição total de 44.200.801 ações ordinárias representativas de 10,68% do capital. O valor pago aos acionistas, decorrentes da OPA, foi efetuado em 29 de novembro de 2019, ao preço de AR\$ 25,01 (pesos argentinos) por ação. Com o resultado das etapas de aquisição a Companhia passou a deter um total de 407.823.544 ações do total de 414.283.186 ações, o que representa um percentual de participação de 98,4% (87,7% em 31 de dezembro de 2018) do capital votante da controlada.

c. Eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 – Mudanças significativas nas práticas contábeis

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos como resultado das alterações em práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases presentes no parecer do auditor nos últimos três exercícios sociais.

10.5 – Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. A Companhia revisa suas estimativas ao menos trimestralmente e o grau de revisão depende da natureza das transações e do cenário econômico.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que têm um risco significativo de sofrer ajustes relevantes quando os resultados reais forem conhecidos são apresentadas abaixo:

Tributos

Os tributos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

Pode haver casos em que as normas fiscais não são suficientemente claras em relação à sua aplicação. Adicionalmente, o resultado de julgamentos em tribunais superiores pode criar jurisprudência que difira do tratamento tributário atualmente adotado pela Companhia. Também há a possibilidade de as próprias autoridades fiscais emitirem orientações posteriores que esclareçam a aplicação de alguns tributos. Entre outras, estas são situações que podem levar a Companhia a alterar suas estimativas em relação ao pagamento de tributos.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros, que não são negociados em mercados ativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher entre diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Mudanças nas condições de mercado, a descoberta de outras técnicas de avaliação ou até mesmo o surgimento de instrumentos similares cotados em mercados ativos podem alterar as estimativas atualmente calculadas pela Companhia.

Obrigações com benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a seus funcionários, que levam ao provisionamento de futuros desembolsos. Para determinar os valores justos destes benefícios e dos ativos que possam cobri-los, a Companhia utiliza premissas atuariais, tais como taxas de mortalidade, invalidez, rotatividade, etc., e premissas financeiras, tais como taxas de inflação futura, taxas de desconto, etc.

Mudanças no cenário econômico e na expectativa de vida ou de tempo para aposentadoria / desligamento dos beneficiários, entre outras, podem afetar de forma significativa os valores atualmente registrados.

Vida útil do ativo imobilizado

A determinação da vida útil do imobilizado tem impacto significativo na determinação do resultado da Companhia, na medida em que impacta o valor dos custos de depreciação contabilizada. A determinação da vida útil depende de fatores inerentemente incertos, como utilização esperada, níveis de manutenção, desenvolvimentos tecnológicos, entre outros.

Provisões para processos judiciais e administrativos

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais e administrativos que representam perdas prováveis. A determinação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos.

A alteração destas evidências, incluindo resultados de julgamentos similares, em tribunais ou na esfera administrativa, podem alterar as estimativas atualmente registradas pela Companhia.

Impairment de ativos não financeiros

A determinação do valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada em métodos de fluxo de caixa descontado, bem como às projeções de fluxos de caixa futuros esperados. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Os principais ativos não financeiros sujeitos à avaliação de *impairment* são os ativos imobilizado e intangível (incluindo ágios).

Recuperabilidade de créditos fiscais diferidos

A Administração realizou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelos órgãos de Administração, indicando o reconhecimento adicional de ativo fiscal diferido. Os estudos técnicos de viabilidade consideram estimativas que estão relacionadas ao desempenho da Companhia, assim como o comportamento do mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Mudanças no cenário de negócio podem afetar a previsão de recuperabilidade destes créditos.

Passivo Ambiental (recuperação ambiental)

A Companhia e suas Controladas estão expostas a riscos ambientais decorrentes de vazamento de substâncias químicas, falhas de equipamentos, acidentes de transporte ou falhas no processo de produção. A administração considera a proteção ao meio ambiente como um aspecto-chave de suas atividades, aplicando políticas que visam a prevenção e o controle desses riscos em todas as unidades de produção, que permitem o cumprimento, por vezes, além das normas legais. Em cumprimento às suas políticas internas sobre as questões ambientais, a Companhia se utiliza de especialistas para desenvolver estudos necessários para este fim.

A política contábil sobre este assunto é constituir um passivo quando este for possível de ser medido com certa razoabilidade. As características dos riscos envolvidos exigem estudos detalhados e a conclusão destes estudos é essencial para se estimar adequadamente os valores a serem desembolsados.

As controladas Unipar Indupa do Brasil S.A e Unipar Indupa S.A.I.C. têm custos estimados de recuperação ambiental em áreas específicas e continuam investigando outras áreas em suas plantas, para identificar, caso existam, danos ambientais causados por suas operações, conforme previsto no item 4.3 do Formulário de Referência da Companhia.

10.6 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

iv. Contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

10.7 – Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. Natureza e o propósito da operação**
- c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

10.8 – Plano de negócios

a. Investimentos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O atual programa de investimentos contempla basicamente a implantação de projetos voltados para a continuidade operacional e manutenção das instalações fabris, além das ações focadas na manutenção e aperfeiçoamento dos padrões de segurança operacional, preservação ambiental e saúde ocupacional.

Não há planos formais, aprovados por órgãos da Administração, definindo ações específicas que prevejam investimentos ou desinvestimentos relevantes na Controladora. Encontra-se, atualmente, em análise pela Companhia, o projeto de troca do processo de produção via células de mercúrio por células de membrana, principalmente no tocante ao montante de investimento necessário e data do início da operação.

Em novembro/2019, a Companhia divulgou a projeção de investimento (Capex) a ser dispendido para a construção de parque eólico no Nordeste, em parceria com AES Tietê Energia S.A., no montante total de R\$ 620,0 milhões, na qual a Companhia possui 50% de participação.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A responsabilidade de identificação e escolha das fontes de financiamento a custos atrativos é uma atribuição da administração da Companhia. Na presente data, as principais fontes de financiamento da Companhia são geração de caixa operacional, capital do acionista e capital de terceiros por meio de financiamentos bancários e mercado de capitais.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de negócios, tampouco desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Através de um processo de oferta pública de aquisição obrigatória iniciada no primeiro trimestre de 2017, a Companhia adquiriu um total de 115.264.052 ações representativas de 27,85% do capital social da Unipar Indupa S.A.I.C., passando a deter, a partir de 30 de dezembro de 2019, 98,4% da totalidade das ações.

Em sua operação na Argentina, a Unipar Indupa S.A.I.C possui uma planta localizada na cidade de Bahía Blanca, com capacidade instalada para produção de 240 mil toneladas de PVC e 186 mil toneladas de soda. A empresa também é detentora de 58% do capital social total da Solalbán Energía S.A., empresa argentina que possui ativos de geração de energia em seu próprio país. Adicionalmente, a Unipar Indupa S.A.I.C também detém ações representativas de 100% do capital social votante e total da Unipar Indupa do Brasil S.A., proprietária de uma planta em Santo André – SP, com capacidade de produção de 300 mil toneladas de PVC e 180 mil toneladas de soda.

Além das informações já divulgadas sobre investimentos, não há informações complementares a divulgar.

c. Novos produtos e serviços:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados:

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

10.9 – Outros fatores com influência relevante

A Companhia esclarece que não possui despesas com publicidade, patrocínios e convênios relevantes.

ANEXO III

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, CONTENDO, NO MÍNIMO, AS INFORMAÇÕES INDICADAS NO ANEXO 9-1-II DA ICVM 481/09, NOS TERMOS DO ARTIGO 9º, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA ICVM 481/09

(este anexo inicia-se na próxima página)

A Administração da Companhia disponibiliza abaixo as informações exigidas pelo Anexo 9-1-II da Instrução nº 480, de 7 de dezembro 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), conforme alterada (“Instrução CVM nº 480/2009”).

1. Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 173.504.704,06 (cento e setenta e três milhões, quinhentos e quatro mil, setecentos e quatro reais e seis centavos).

2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O dividendo proposto (“Dividendos”) pela Administração a ser ratificado em Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 30 de julho de 2020 (“Assembleia”), totaliza R\$ 41.207.367,22 (quarenta e um milhões, duzentos e sete mil, trezentos e sessenta e sete reais e vinte e dois centavos), sendo R\$ 0,3939900763 para cada ação ordinária, R\$ 0,7145933404 para cada ação preferencial classe “A” e R\$ 0,4333890839 para cada ação preferencial classe “B”.

3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Os Dividendos correspondem a 25,00% (vinte e cinco inteiros por cento) do lucro líquido do exercício ajustado para o cálculo dos dividendos.

4. Montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável, visto que, em 2019, não houve distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores.

5. Informações, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados, sobre:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:**

O valor bruto unitário dos Dividendos é de:

- R\$ 0,3939900763 por ação ordinária, equivalente a R\$ 13.530.277,18 (treze milhões, quinhentos e trinta mil, duzentos e setenta e sete reais e dezoito centavos);
- R\$ 0,7145933404 por ação preferencial classe “A”, equivalente a R\$ 1.878.406,49 (um milhão, oitocentos e setenta e oito mil, quatrocentos e seis reais e quarenta e nove centavos);
- R\$ 0,4333890839 por ação preferencial classe “B”, equivalente a R\$ 25.798.683,55 (vinte e cinco milhões, setecentos e noventa e oito mil, seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:

O pagamento dos Dividendos foi efetuado à vista, por meio de crédito em conta corrente, a partir do dia 22 de abril de 2020.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio:

Não há incidência de atualização e juros sobre os Dividendos a serem declarados na Assembleia.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:

A declaração dos Dividendos foi em 03 de abril de 2020, sendo que as ações da Companhia passaram a ser negociadas “*ex dividendos*” a partir de 13 de abril de 2020 e fizeram jus aos dividendos ora declarados os detentores de ações da Companhia em 09 de abril de 2020.

6. Montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores e a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável, visto que, em 2019, não houve dividendo ou juros sobre capital próprio declarado com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Tabela comparativa sobre:

a. O lucro líquido do exercício dos 3 (três) exercícios anteriores por ação de cada espécie e classe:

	2019	2018	2017
Lucro líquido do exercício	173.504.704,06	528.040.314,24	302.657.448,28
Lucro líquido do exercício por ação			
Ordinárias	1,7420	5,6674	3,5227
Preferenciais classe “A”	1,9162	6,2342	3,8750
Preferenciais classe “B”	1,9162	6,2342	3,8750

b. Os dividendos e juros sobre capital próprio (“JCPs”) distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores por ação de cada espécie e classe:

	Ordinárias		Preferenciais classe “A”		Preferenciais classe “B”	
	Dividendos	JCPs	Dividendos	JCPs	Dividendos	JCPs
2019	0,3940	-	0,7146	-	0,4334	-
2018	1,6784	-	1,8463	-	1,8463	-
2017	1,0605	-	1,1665	-	1,1665	-

8. Informações sobre a destinação de lucros à reserva legal, a saber:

a. Montante destinado à reserva legal:

Em 31 de dezembro de 2019, o montante destinado à reserva legal foi de R\$ 8.675.235,20 (oito milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, duzentos e trinta e cinco reais e vinte centavos).

b. Forma de cálculo da reserva legal:

Conforme inciso III do artigo 32 do Estatuto Social, 5% (cinco por cento) do lucro do exercício será destinado para formação de fundo de reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia.

9. Com relação às ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a. Descrição da forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos:

As ações preferenciais classe “A” têm direito ao recebimento de dividendo mínimo prioritário de 10% (dez por cento) ao ano calculado sobre a parcela do capital social constituído por esta classe de ação, sendo assegurado que tais dividendos não serão inferiores a 110% (cento e dez por cento) do atribuído a cada ação ordinária. Ainda, o Estatuto Social prevê o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, não cumulativo, que equivale a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. O dividendo obrigatório compreende o dividendo prioritário das ações preferenciais classe “A”.

b. Informações a respeito do lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos:

No ano de 2019, o lucro líquido apurado é suficiente para efetuar o pagamento integral dos dividendos mínimos.

c. Informações a respeito de eventual parcela não paga é cumulativa

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo prioritário não é cumulativo.

d. Informações a respeito do valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais:

O valor global dos dividendos mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais é:

- R\$ 1.878.406,49 (um milhão, oitocentos e setenta e oito mil, quatrocentos e seis reais e quarenta e nove centavos) para as ações preferenciais classe “A”; e
- R\$ 25.798.683,55 (vinte e cinco milhões, setecentos e noventa e oito mil, seiscentos e oitenta e

três reais e cinquenta e cinco centavos) para as ações preferenciais classe “B”.

e. Informações a respeito dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

O valor dos dividendos mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe é:

- R\$ 1.878.406,49 (um milhão, oitocentos e setenta e oito mil, quatrocentos e seis reais e quarenta e nove centavos) por preferencial classe “A”; e
- R\$ 25.798.683,55 (vinte e cinco milhões, setecentos e noventa e oito mil, seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta e cinco centavos) por preferencial classe “B”.

10. Com relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrição da forma de cálculo prevista no Estatuto Social:

O artigo 33 do Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

b. Informações a respeito de o dividendo obrigatório estar ou não sendo pago integralmente

Em 2020 está sendo proposto o pagamento do dividendo mínimo obrigatório em sua totalidade.

c. Informações a respeito do montante eventualmente retido em razão da situação financeira da companhia

Nenhum montante foi retido em razão da situação financeira da Companhia.

11. Com relação à retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia:

a. Montante da retenção:

Nenhum montante foi retido em razão da situação financeira da Companhia.

b. Descrição, pormenorizada, da situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos:

Nenhum montante foi retido em razão da situação financeira da Companhia.

c. Justificativa da retenção dos dividendos:

Nenhum montante foi retido em razão da situação financeira da Companhia.

12. Com relação à destinação de resultado para reserva de contingências:

a. Montante destinado à reserva:

Não foram destinados valores à reserva de contingências.

b. Identificação da perda considerada provável e sua causa:

Não foram destinados valores à reserva de contingências.

c. Razão pela qual a perda foi considerada provável:

Não foram destinados valores à reserva de contingências.

d. Justificativa da constituição da reserva:

Não foram destinados valores à reserva de contingências.

13. Com relação à destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a. Montante destinado para reserva de lucros a realizar:

Não foram destinados valores à reserva de lucros a realizar.

b. Natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva:

Não foram destinados valores à reserva de lucros a realizar.

14. Com relação à destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Descrição as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva:

Conforme inciso V do artigo 32 do Estatuto Social, 5% (cinco por cento) do lucro do exercício será destinado para constituição de reserva especial para dividendos. Ainda, nos termos do inciso VI do artigo 33 do Estatuto Social, o saldo restante, respeitado o eventual registro de lucros na reserva de lucros a realizar, será levado à reserva para investimentos de interesse da Companhia e reforço de seu capital de giro, observado que, nos termos do § 4º do mesmo artigo, o saldo dessa reserva não poderá exceder a 80% (oitenta por cento) do capital social da Companhia.

b. Montante destinado à reserva:

Se propõe destinar para constituição de reserva especial para dividendos o montante de R\$ 8.675.235,20 (oito milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, duzentos e trinta e cinco reais e vinte centavos) e o montante de R\$ 114.946.866,44 (cento e quatorze milhões, novecentos e quarenta e seis mil, oitocentos e sessenta e seis reais e quarenta e quatro centavos) à reserva para investimentos.

c. Descrição de como o montante foi calculado:

Para fins de constituição da reserva especial para dividendos, o montante foi calculado conforme previsto em Estatuto Social, ou seja, 5% (cinco por cento) do lucro do exercício.

O montante destinado à reserva para investimentos foi calculado conforme tabela abaixo:

Lucro líquido do exercício (R\$)	173.504.704,06
Constituição de reserva legal (R\$)	(8.675.235,20)
Lucro líquido ajustado (R\$)	164.829.468,86
Dividendo mínimo obrigatório (R\$)	(41.207.367,22)
Constituição de reserva especial para dividendos (R\$)	(8.675.235,20)
Constituição de reserva para investimentos (R\$)	(114.946.866,44)

15. Com relação à retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a. Montante da retenção:

Não aplicável, visto que não houve retenção de lucros previstos em orçamento de capital no exercício de 2019.

b. Cópia do orçamento de capital:

Não é aplicável, visto que não houve retenção de lucros previstos em orçamento de capital no exercício de 2019.

16. Com relação à destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a. Montante destinado à reserva de incentivos fiscais:

Não aplicável, visto que não foi destinado resultado para a reserva de incentivos fiscais.

b. Explicação da natureza da destinação:

Não aplicável, visto que não foi destinado resultado para a reserva de incentivos fiscais.

ANEXO IV

INFORMAÇÕES DOS CANDIDATOS PARA OCUPAR OS CARGOS DE MEMBROS EFETIVOS E SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA, CONFORME INFORMAÇÕES APRESENTADAS NOS ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 10, INCISO I, DA ICVM 481/09

(este anexo inicia-se na próxima página)

12.5 – Composição e experiência profissional dos candidatos para Conselho de Administração e Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	# de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo Indicado	Data de posse	Indicado controlador	% de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Membro independente					
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
Frank Geyer Abubakir	19/10/1972	Conselho de Administração		Até a AGO 2022	2
891.689.415-87	Empresário	Presidente do Conselho de Administração efetivo		Sim	100%
Membro do Comitê de Ética.					
Não é considerado independente.					
Bruno Soares Uchino	07/11/1978	Conselho de Administração		Até a AGO 2022	2
011.066.477-93	Advogado	Membro de Conselho de Administração efetivo		Sim	100%
Coordenador do Comitê de Auditoria.					
Não é considerado independente.					
João Guilherme de Andrade Só Consiglio	07/12/1968	Conselho de Administração		Até a AGO 2022	2
119.038.148-63	Economista	Membro de Conselho de Administração efetivo		Sim	100%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
Não é considerado independente.					
Lucas Queiroz Abud	16/11/1979	Conselho de Administração		Até a AGO 2022	1
798.163.805-44	Engenheiro Civil	Membro de Conselho de Administração efetivo		Sim	100%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
Não é considerado independente.					
Aníbal do Vale	13/02/1956	Conselho de Administração		Até a AGO 2022	-

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	# de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo Indicado	Data de posse	Indicado controlador	% de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Membro independente					
011.817.458-45	Engenheiro Químico	Membro de Conselho de Administração efetivo		Sim	-
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
Não é considerado independente.					
<u>CONSELHO FISCAL</u>					
João Cláudio Zola	22/06/1947	Conselho Fiscal		Até a AGO 2021	12
336.222.308-78	Contador	Membro de Conselho Fiscal efetivo		Sim	100%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
Wilson dos Santos Furlan	21/04/1952	Conselho Fiscal		Até a AGO 2021	4
639.778.348-00	Contador e Economista	Membro do Conselho Fiscal suplente		Sim	0%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
Clovis Hideaki Ikeda	23/09/1963	Conselho Fiscal		Até a AGO 2021	2
049.392.408-60	Administrador de Empresas	Membro do Conselho Fiscal efetivo		Sim	100%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
Adrian Lima da Hora	02/02/1964	Conselho Fiscal		Até a AGO 2021	4
372.365.394-49	Administrador de Empresas	Membro do Conselho Fiscal suplente		Sim	0%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
Silvio de Sousa Pinheiro	21/09/1977	Conselho Fiscal		Até a AGO 2021	1
671.730.715-34	Advogado	Membro do Conselho Fiscal efetivo		Sim	100%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
Roberto Dutra	02/04/1949	Conselho Fiscal		Até a AGO 2021	4
224.100.238-00	Economista	Membro do Conselho Fiscal suplente		Sim	0%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Frank Geyer Abubakir - 891.689.415-87

O Sr. Frank Geyer Abubakir é Presidente do Conselho de Administração desde novembro de 2017, tendo sido reeleito em abril de 2018. É membro do Comitê de Ética desde novembro de 2017. Foi Diretor Presidente da Companhia de maio de 2014 a março de 2015. Foi Presidente do Conselho de Administração da Companhia de abril de 2008 a março de 2015, tendo sido Vice-Presidente de abril de 2005 a março de 2008. Foi membro do Conselho de Administração da Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A. Foi Presidente dos Conselhos de Administração da Quattor Participações S.A, Quattor Petroquímica S.A, Quattor Química S.A e da Rio Polímeros S.A. de 2008 a 2010. Foi Diretor Superintendente da Securitas União Corretora de Seguros S.A. de janeiro de 2001 a abril de 2005 e Diretor da Vila Velha S.A. de abril de 2006 a abril de 2009.

O Sr. Frank Geyer Abubakir informou à Companhia que não sofreu condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Bruno Soares Uchino - 011.066.477-93

O Sr. Bruno Soares Uchino é membro do Conselho de Administração desde novembro de 2017, tendo sido reeleito em abril de 2018. É Coordenador do Comitê de Auditoria desde novembro de 2017. É sócio da Essentia Partners, tendo mais de 20 anos de experiência em fusões e aquisições, reestruturações de dívida e direito societário. Entre 2011 e 2017 foi sócio sênior da Olímpia Partners e da G5 Evercore, liderando diversas operações relevantes e coordenando a equipe de assessoria estratégica. Antes de se juntar à G5 Evercore, o Sr. Uchino atuou pelo escritório Bulhões Pedreira, Bulhões Carvalho, Piva, Rosman e Souza Leão Advogados, especializado em direito societário, tributário e M&A. Ocupou ainda cargos no Grupo Royal Dutch Shell e na Oi Telecom, além de ter ocupado os cargos de membro do Conselho de Administração da Companhia de Hotéis Palace e do Conselho Fiscal da Patrimóvel Consultoria de Imóveis S.A. Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O Sr. Bruno Soares Uchino informou à Companhia que não sofreu condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

João Guilherme de Andrade Só Consiglio - 119.038.148-63

O Sr. João Guilherme de Andrade Só Consiglio é membro do Conselho de Administração, tendo sido eleito em novembro de 2017 e reeleito em abril de 2018. Trabalhou no mercado financeiro e como economista por mais de 25 anos. Foi Vice-Presidente Executivo do Banco Santander (Brasil) e membro do Comitê Executivo do banco no Brasil por 7 anos, responsável pelos negócios com grandes clientes corporativos (Corporate). Foi também Diretor de Produtos do ABN AMRO/ Banco Real e trabalhou na área de Desenvolvimento Corporativo, liderando aquisições e desinvestimentos do banco no Brasil, atuou em Private Equity e operações de Mercado de Capitais. Antes de entrar no mercado financeiro foi economista no Grupo Bunge. Participou em vários Conselhos de Administração como: Banco Renault (Banco RCI Brasil SA), CIP (Câmara Interbancária de Pagamentos), Cia Brasileira de Soluções e Serviços (antiga Visa Vale, hoje Alelo), entre outros. Formado em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), com post-laurea pela Universidade Degli Studi di Genova, Itália.

O Sr. João Guilherme de Andrade Só Consiglio informou à Companhia que não sofreu condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Lucas Queiroz Abud - 798.163.805-44

O Sr. Lucas Queiroz Abud é membro do Conselho de Administração da Companhia, tendo sido eleito em abril de 2019. É atualmente gestor dos recursos financeiros da família Abud, englobando ativos de natureza líquida e ilíquida, bem como é Diretor da Viva Realizações Imobiliárias Ltda, empresa de incorporação e desenvolvimento de empreendimentos imobiliários do Grupo Viva. De 2001 a 2012, foi Diretor da Viva Ambiental e Serviços Ltda, empresa com atuação no setor de gerenciamento de resíduos e uma das principais operadoras de aterros sanitários na região nordeste do país, posição em que

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

era responsável pelo desenvolvimento, construção e operação dos empreendimentos, bem como pela coordenação do processo de venda (M&A) da empresa no ano de 2012 para o Grupo Estre, maior empresa de serviços ambientais atuante no mercado nacional. Formado em engenharia civil pela UNIFACS, entidade membro da Laureate International Universities.

O Sr. Lucas Queiroz Abud informou à Companhia que não sofreu condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Aníbal do Vale – 011.817.458-45

O Sr. Aníbal do Vale foi Diretor Presidente da Companhia entre 2015 e 2020. Foi Diretor de Relações com Investidores da Companhia entre março de 2018 e maio de 2018 e foi eleito novamente em outubro de 2018. Foi Vice-Presidente de operações da Companhia de outubro de 2013 a maio de 2018. Foi Presidente da Carbocloro de dezembro de 2011 a setembro de 2013. Foi Diretor Comercial da Carbocloro de janeiro de 2000 a novembro de 2011. Ingressou na Carbocloro em 1992, como gerente de vendas, passando posteriormente a gerente comercial e diretor comercial. Sua área de atuação na Carbocloro englobou vendas, marketing, desenvolvimento de novos produtos e aplicações, logística, assistência técnica e serviços ao cliente. Foi Diretor Vice-Presidente da Vila Velha de abril de 2013 a abril de 2015. Formou-se Engenheiro Químico, pela Escola de Engenharia Mauá e com MBA em Gestão Empresarial pela Universidade de São Paulo. É membro do Conselho Diretor da Abiquim e da Abrace e Vice-Presidente da Abiclor. É membro do Governing Council do Conselho Mundial do Cloro (WCC) e é Presidente do Sinálcalis (Sindicato da Indústria Álcalis), sendo representante junto a FIESP.

O Sr. Aníbal do Vale informou à Companhia que não sofreu condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

CONSELHO FISCAL, SE SOLICITADA A SUA INSTALAÇÃO

João Cláudio Zola - 336.222.308-78

O Sr. João Cláudio Zola é Conselheiro Fiscal (titular) da Companhia desde abril de 2009, reeleito em abril de 2019. Foi Presidente do Conselho Fiscal da Carbocloro até fevereiro de 2013. Foi presidente do Conselho Fiscal da Vila Velha S.A. Foi membro titular do conselho fiscal da Quattor Participações S.A, Quattor Petroquímica S.A, Quattor Química S.A e Rio Polímeros S.A., de 2008 a 2010. Exerceu na Companhia, no período de 1976 a 2008, os cargos de Contador, Gerente de Contabilidade e Gerente de Controladoria, respectivamente. É Técnico em Contabilidade, Bacharel em Ciências Contábeis com Pós Graduação em Administração de Empresas.

O Sr. João Cláudio Zola informou à Companhia que não sofreu condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Wilson dos Santos Furlan - 639.778.348-00

O Sr. Wilson dos Santos Furlan é Conselheiro Fiscal (suplente) da Companhia desde abril de 2017, reeleito em abril de 2019. Foi Gerente de Controladoria e Financeiro da Carbocloro S/A Indústrias Químicas, no qual trabalhou por 33 anos. É formado em Economia e Contabilidade pela Universidade São Judas e possui Especialização em Controladoria pela FGV.

O Sr. Wilson dos Santos Furlan informou à Companhia que não sofreu condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Clovis Hideaki Ikeda – 049.392.408-60

O Sr. Clovis Hideaki Ikeda é Sócio Gerente, desde maio de 2016, da empresa Olimpia Partners, firma independente de fusões aquisições e reestruturação de dívidas. Trabalhou no Banco Safra, desde outubro de 2014 até janeiro de 2016, como Diretor – International Trade Finance & FX. Entre janeiro de 2014 e outubro de 2014, foi Diretor – Produtos e Novos Negócios no Banco Fibra. Atuou como Diretor Executivo – Produtos Transacionais, desde 2009 até 2013, no Banco Santander. Formou-se em Administração pela Universidade de São Paulo (USP). Participou do Programa Avançado de Finanças (1998) na London Business School. Possui MBA Executivo pela INSPER, atual Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

O Sr. Clovis Hideaki Ikeda informou à Companhia que não sofreu condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Adrian Lima da Hora - 372.365.394-49

O Sr. Adrian Lima da Hora é Conselheiro Fiscal (suplente) da Companhia eleito em abril de 2019, tendo ocupado a posição de Conselheiro Fiscal (efetivo) entre abril de 2017 e abril de 2019. Possui forte vivência na indústria de proteína animal (JBS, Rodopa e Seara), com background relevante no varejo (Bompreço) e em auditoria externa (Ernst & Young). Atuou como CFO, CAO e controller em grandes organizações multilocalizadas, sendo os últimos trabalhos de 2011 a 2015 como CAO da Rodopa Indústria e Comércio de Alimentos Ltda e de 2015 a 2016, como CFO da Seara Alimentos Ltda. Atuou como membro do Conselho de Administração da Inalca JBS e outras empresas na Itália e em Mônaco. Membro do Conselho Consultivo da Nutritional S.A. Indústria e Comércio de Alimentos e do Conselho Fiscal da Alpargatas S.A. Possui conhecimento do mercado de emissão de dívidas e de processos junto ao CADE. É fluente em inglês, italiano e espanhol. É formado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco, com MBA intensivo na Ahold Retail Academy, Cornell (Estados Unidos) e na Provar - USP (Brasil).

O Sr. Adrian Lima da Hora informou à Companhia que não sofreu condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Silvio de Sousa Pinheiro - 671.730.715-34

O Sr. Silvio de Sousa Pinheiro é Conselheiro Fiscal (efetivo) eleito em abril de 2019. Foi Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) entre dezembro/2016 e dezembro/2018; Secretário de Urbanismo do Município de Salvador (BA) de janeiro/2014 a maio/2016 e Superintendente de Controle e Ordenamento e Uso do Solo do Município de Salvador entre janeiro/2013 e dezembro/2014. Integrou o Grupo Unipar de maio/2011 a set/2016, como conselheiro fiscal e de administração. Sócio fundador do Escritório de Advocacia Humildes, Pinheiro, Lopes, Rosa e Caribé Advogados Associados. É formado em Direito pela Universidade Católica do Salvador, em 2001.

O Sr. Silvio de Sousa Pinheiro informou à Companhia que não sofreu condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Roberto Dutra - 224.100.238-00

O Sr. Roberto Dutra é Conselheiro Fiscal (suplente) da Companhia desde abril de 2017, reeleito em abril de 2019. Foi Supervisor Contábil pela Carbocloro S/A Indústrias Químicas, empresa no qual trabalhou por 29 anos. É Técnico em Contabilidade pelo Colégio D. Pedro II em 1977 e formado em Ciências Econômicas pelo IMES em 1979.

O Sr. Roberto Dutra informou à Companhia que não sofreu condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

12.6 – Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Conselho de Administração

Membro	Total de reuniões realizadas após a posse até dezembro de 2019	% de participação nas reuniões realizadas
Frank Geyer Abubakir	15	100%
Bruno Soares Uchino	15	100%
João Guilherme de Andrade Só Consiglio	15	100%
Lucas Queiroz Abud	15	100%

Nota: item não aplicável ao candidato à primeira eleição ao Conselho de Administração da Companhia, a ser deliberada por meio da AGO, qual seja, o Sr. Aníbal do Vale.

Conselho Fiscal

Membro	Total de reuniões realizadas após a posse até dezembro de 2019	% de participação nas reuniões realizadas
João Cláudio Zola	3	100%
Clovis Hideaki Ikeda	3	100%
Silvio de Sousa Pinheiro	3	100%

12.7/12.8 – Composição dos comitês

Conforme previsto no artigo 22, inciso XIII, Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração poderá, dentre outras atividades, constituir e definir as respectivas atribuições de comitês e comissões técnicas ou de aconselhamento responsáveis por elaborar propostas ou recomendações ao Conselho de Administração. Nesse sentido, seguem abaixo os dados referentes à atual composição dos Comitês da Companhia, ressaltando, por oportuno, que os *curriculum vitae* dos membros dos Comitês abaixo relacionados constam no item 12.5 acima, no que se refere à qualificação dos indicados para compor o Conselho de Administração da Companhia.

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data de eleição	Prazo do mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data de posse	Número de mandatos consecutivos	Indicado pelo controlador
Outros cargos e funções exercidos na Companhia						
Bruno Soares Uchino	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogado	14/11/2017	Até AGO de 2022	100%
011.066.477-93	-	-	07/11/1978	14/11/2017	2	Sim
Membro do Conselho de Administração						
Frank Geyer Abubakir	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresário	14/11/2017	Indeterminado	-
891.689.415-87	Comitê de Ética	-	19/10/1972	14/11/2017	1	Sim
Presidente do Conselho de Administração.						

12.8 – Participação de membros de comitês em reuniões realizadas pelo respectivo órgão

Comitê de Auditoria

Membro	Total de reuniões realizadas após a posse até dezembro de 2019	% de participação nas reuniões realizadas
Bruno Soares Uchino	6	100%

Comitê de Ética

Membro	Total de reuniões realizadas após a posse até dezembro de 2019	% de participação nas reuniões realizadas
Frank Geyer Abubakir	3	0%

12.9 – Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionada a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável pois, na data deste Formulário de Referência, não existe nenhuma relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º (segundo) grau entre:

- a. administradores da Companhia;
- b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia;
- c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia; e
- d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas ou indiretas da Companhia.

12.10 – Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Exercício Social 31/12/2019

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do emissor</u>			
Frank Geyer Abubakir	891.689.415-87	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Vila Velha S.A. - Administração e Participações	30.280.531/0001-46		
Presidente			
<u>Observação</u>			

Exercício Social 31/12/2018

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do emissor</u>			
Frank Geyer Abubakir	891.689.415-87	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Vila Velha S.A. - Administração e Participações	30.280.531/0001-46		
Presidente			
<u>Observação</u>			

Exercício Social 31/12/2017

Não aplicável em relação aos atuais membros do Conselho de Administração, apresentados como candidatos.

ANEXO V
PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO
CONSELHO FISCAL, CONFORME ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA,
NOS TERMOS DO ARTIGO 12, INCISO II, DA ICVM 481/09

(este anexo inicia-se na próxima página)

13.1 – Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua provação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A política de gestão de cargos e remuneração da Companhia visa aplicar critérios uniformes e princípios éticos para assegurar padrões de remuneração compatíveis com as responsabilidades profissionais em relação aos cargos que ocupam na administração da Companhia, além da responsabilidade inerente aos mesmos.

A remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária é baseada em estudo de mercado, conduzido por uma empresa global de consultoria de gestão de negócios, Korn Ferry/Hay.

A remuneração do Conselho Fiscal observa o prescrito no § 3º do artigo 162 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e é estabelecida em valor equivalente, no mínimo, a 10% da remuneração média mensal de cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um:

A remuneração paga aos administradores da Companhia é composta por: (i) remuneração fixa, que objetiva atrair e reter profissionais, reconhecendo experiência, formação e conhecimento do executivo, (ii) pacote de benefícios que visa garantir a competitividade das práticas de remuneração total, frente ao mercado de executivos, e (iii) remuneração variável, que visa reconhecer o desempenho individual do executivo e sua colaboração nos resultados da Companhia.

Os membros do Conselho de Administração recebem uma remuneração fixa mensal, enquanto os diretores, além da remuneração fixa mensal, recebem os seguintes benefícios indiretos: previdência privada, assistência médica e seguros de vida em grupo. O Presidente do Conselho de Administração também tem o benefício de assistência médica.

Conforme disposição estatutária, a Diretoria da Companhia tem direito a uma participação no resultado do exercício, em valor até o teto aprovado no Programa de Remuneração Variável. O Programa de Remuneração Variável com Incentivos de Curto Prazo (“ICP”) é composto por metas individuais (4 a 5 metas negociadas entre a Diretoria e o Conselho de Administração), equivalente a 30% (trinta por cento), e o resultado global da empresa (EBITDA), equivalente a 70% (setenta por cento). Ainda como parte da remuneração variável, há um bônus adicional com Incentivos de Longo Prazo (“ILP”) com *vesting period* de 3 (três) anos e correspondente a 33,3% (trinta e três inteiros e três décimos por cento) do valor acumulado a cada ano.

O Conselho Fiscal tem sua remuneração fixada em Assembleia Geral, equivalente a, no limite mínimo, 10% (dez por cento) da média da remuneração fixa mensal da Diretoria. Essa remuneração só se aplica aos membros titulares do referido órgão.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos três últimos exercícios sociais:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019				
% em relação à remuneração total				
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	98,1%	0%	1,9%	100%
Diretoria	44,0%	34,5%	8,9%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018				
% em relação à remuneração total				
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	97,9%	0%	2,1%	100%
Diretoria	24,6%	70,7%	4,7%	100%
Conselho Fiscal	100,0%	0%	0%	100%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017				
% em relação à remuneração total				
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria	31%	62%	7%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

O Conselho de Administração estabelece a remuneração individual dos administradores, que poderá ser reajustada em consonância com o reajuste aprovado no dissídio da categoria dos empregados da Companhia ou com referenciais de mercado.

A Companhia adota metodologia sugerida por empresa de consultoria especializada externa, que permite

o cálculo da remuneração dos Administradores com base em variáveis como: linha de reporte, complexidade do cargo, e capacidade intelectual ou *know-how* exigidos para desempenhar as funções naquele cargo. A avaliação dos administradores, para efeito da determinação de sua remuneração, é feita com base em sistema de pontuação que permite uma comparação com o mercado geral de executivos, (Pesquisa Top Exec para Diretores e Top Presidentes para o Presidente) e/ou do mercado selecionado com relação a empresas do mesmo setor econômico. Essa metodologia permite que as remunerações pagas aos ocupantes de posições executivas e de liderança da Companhia estejam de acordo com as remunerações pagas no mercado em geral e nas demais áreas internas da Companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração:

A política de remuneração dos administradores da Companhia considera as responsabilidades de cada cargo e as práticas de mercado.

v. a existência de membros não remunerados e a razão para esse fato:

Não há membros da administração não remunerados.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Para determinação da remuneração mensal dos Diretores, é considerado o valor do cargo por meio de sistema de avaliação de cargos e referências do mercado. Para o Conselho de Administração, além da comparação do mercado, são levados em consideração o “notório saber” e a experiência que os conselheiros agregam à Companhia.

Para determinação da remuneração variável dos Diretores, são considerados (i) o desempenho anual da Companhia, medido pelo EBITDA; e (ii) o atingimento de metas individuais previamente traçadas.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A metodologia utilizada pela Companhia para definição da remuneração a ser paga aos seus administradores em cada exercício social contempla o atingimento de metas econômico-financeiras.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo:

A política de remuneração da Companhia é pautada em indicadores aprovados anualmente, e procura incentivar a Diretoria ao atingimento de metas previamente acordadas, de modo a buscar a melhor rentabilidade dos projetos desenvolvidos pela Companhia e alinhar os interesses dos Diretores com os da Companhia. Tais metas são, usualmente, vinculadas à melhoria do resultado da Companhia.

A remuneração dos administradores visa sustentar os objetivos de curto, médio e longo prazo da Companhia, estando compatível com o mercado.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não aplicável, visto que nenhum dos administradores recebe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores, diretos ou indiretos.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não aplicável, visto que não existem acordos firmados pela Companhia nesse sentido.

h. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria:

i. órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório e de que forma participam

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração individual dos administradores é definida anualmente com base em estudo de mercado conduzido por uma empresa global de consultoria de gestão de negócios, Korn Ferry/Hay.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:

A Companhia adota metodologia sugerida por empresa de consultoria especializada externa, que permite o cálculo da remuneração dos seus administradores com base em variáveis como: (i) linha de reporte, (ii) complexidade do cargo, o que engloba abrangência de suas responsabilidades e dedicação ao cargo (exemplificativamente, se exclusiva ou não), e (iii) capacidade intelectual ou know-how exigidos para desempenhar as funções em determinado cargo.

A avaliação dos administradores, para efeito da determinação de sua remuneração, é feita com base em sistema de pontuação que permite uma comparação com o mercado geral de executivos e/ou do mercado selecionado (empresas do mesmo setor econômico).

Essa metodologia permite que as remunerações pagas aos ocupantes de posições executivas e de liderança da Companhia estejam de acordo com as remunerações pagas no mercado em geral e nas demais áreas internas da Companhia.

iii. frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração:

As diretrizes adotadas pela Companhia para avaliação da adequação da política de remuneração, bem como os montantes a serem pagos são discutidos ao menos uma vez ao ano pelo Conselho de Administração, no contexto da proposta de remuneração da administração.

13.2 – Remuneração total do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria	Conselho Fiscal ⁽²⁾	Total
Nº total de membros	7,0	4,0	5,0	16,0
Nº de membros remunerados	7,0	4,0	5,0	16,0
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore*	7.311.047,40	4.910.473,12	631.036,10	12.852.556,62
Benefícios diretos e indiretos*	124.764,04	551.079,24	1.279,74	677.123,02
Participação em comitês*	0	0	0	0
Outros*	1.462.209,48	8.955.231,75	126.207,22	10.543.648,45
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos patronais INSS	Encargos patronais INSS	Encargos patronais INSS	-
Remuneração variável				
Bônus*	0	10.232.985,52	0	10.232.985,52
Participação de resultados*	0	0	0	0
Participação em reuniões*	0	0	0	0
Comissões*	0	0	0	0
Outros*	0	2.046.597,10	0	2.046.597,10
Descrição de outras remunerações variáveis	0	Encargos patronais INSS	0	Encargos patronais INSS
Pós-emprego*	0	564.758,78	0	564.758,78

Cessação do cargo*	0	36.865.685,62	0	36.865.685,62
Baseada em ações, incluindo opções*	0	0	0	0
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. A remuneração do Conselho Fiscal não faz parte da remuneração dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária.	
Total da remuneração*	8.898.020,91	64.126.811,14	758.523,06	73.783.355,11

* Em reais.

(1) Caso (i) a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 30 de julho de 2020 aprove a alteração do Estatuto Social, passando para 07 (sete) o número máximo de membros do Conselho de Administração; e (ii) a AGO fixe em 7 (sete) o número de membros do Conselho de Administração.

(2) Caso, na AGO, seja solicitada instalação de Conselho Fiscal.

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2019 - Valores Anuais Realizados				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,0	5,0	5,0	16,0
Nº de membros remunerados*	6,0	5,0	5,0	16,0
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore*	6.114.179,20	5.549.212,76	628.546,40	12.291.938,36
Benefícios diretos e indiretos*	117.725,94	481.285,74	0	599.011,68
Participação em comitês*	0	0	0	0
Outros*	1.222.835,84	1.428.987,66	125.709,28	2.777.532,78
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos patronais INSS	Encargos patronais INSS	Encargos patronais INSS	Encargos patronais INSS
Remuneração variável				
Bônus*	0	4.345.539,57	0	4.345.539,57
Participação de resultados*	0	0	0	0
Participação em reuniões*	0	0	0	0
Comissões*	0	0	0	0
Outros*	0	869.107,91	0	869.107,91
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Encargos patronais INSS	-	Encargos patronais INSS
Pós-emprego*	0	640.799,41	0	640.799,41
Cessação do cargo*	0	1.595.725,52	0	1.595.725,52

Baseada em ações, incluindo opções*	0	0	0	0
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. A remuneração do Conselho Fiscal não faz parte da remuneração dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária.	
Total da remuneração	7.454.740,98	14.910.658,57	754.255,68	23.119.655,23

* Em reais.

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2018 - Valores Anuais Realizados				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,0	4,8	4,2	15,0
Nº de membros remunerados	6,0	4,8	4,2	15,0
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore*	R\$ 4.800.000,00	R\$ 4.622.182,80	R\$ 533.948,78	R\$ 9.956.131,58
Benefícios diretos e indiretos*	R\$ 100.786,76	341.088,36	0	441.875,12
Participação em comitês*	0	0	0	0
Outros*	R\$ 960.000,00	924.436,56	106.789,76	1.991.226,32
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos patronais INSS	Encargos patronais INSS	Encargos patronais INSS	Encargos patronais INSS
Remuneração variável				
Bônus*	0	13.324.691,00	0	13.324.691,00
Participação de resultados*	0	0	0	0
Participação em reuniões*	0	0	0	0
Comissões*	0	0	0	0
Outros*	0	2.664.938,20	0	2.664.938,20
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Encargos patronais INSS	-	Encargos patronais INSS
Pós-emprego*	0	534.402,63	0	534.402,63
Cessação do cargo*	0	0	0	0

Baseada em ações, incluindo opções*	0	0	0	0
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. A remuneração do Conselho Fiscal não faz parte da remuneração dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária.	
Total da remuneração	5.860.786,76	22.441.739,55	640.738,54	28.913.264,85

* Em reais.

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,8	3,0	4,8	13,6
Nº de membros remunerados	5,8	3,0	4,8	13,6
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore*	2.580.000,00	2.821.251,22	486.179,95	5.887.431,17
Benefícios diretos e indiretos*	0	301.830,00	0	301.830,00
Participação em comitês*	0	0	0	0
Outros*	516.000,00	564.250,24	97.235,99	1.177.486,23
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos patronais INSS	Encargos patronais INSS	Encargos patronais INSS	Encargos patronais INSS
Remuneração variável				
Bônus*	0	5.524.016,80	0	5.524.016,80
Participação de resultados*	0	0	0	0
Participação em reuniões*	0	0	0	0
Comissões*	0	0	0	0
Outros*	0	1.104.803,36	0	1.104.803,36
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Encargos patronais INSS	-	Encargos patronais INSS
Pós-emprego*	0	315.748,00	0	315.748,00
Cessação do cargo*	0	0	0	0
Baseada em ações, incluindo opções*	0	0	0	0

Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. A remuneração do Conselho Fiscal não faz parte da remuneração dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária.	
Total da remuneração	3.096.000,00	10.631.899,62	583.415,94	14.311.315,56

* Em reais.

13.3 – Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Prevista para 31/12/2020	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal ⁽²⁾	Total
Nº total de membros	7,0	4,0	5,0	16,0
Nº de membros remunerados	7,0	4,0	5,0	16,0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$)	-	4.830.007,33	-	4.830.007,33
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$)	-	12.279.582,63	-	12.279.582,63
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas (R\$)	-	9.771.198,02	-	9.771.198,02
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$)	-	12.279.582,63	-	12.279.582,63
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

⁽¹⁾ Caso (i) a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 30 de julho de 2020 aprove a alteração do Estatuto Social, passando para 7 (sete) o número máximo de membros do Conselho de Administração; e (ii) a AGO fixe em 7 (sete) o número de membros do Conselho de Administração.

⁽²⁾ Caso, na AGO, seja solicitada instalação de Conselho Fiscal.

31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,0	5,0	5,0	16,0
Nº de membros remunerados	6,0	5,0	5,0	16,0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$)	-	4.594.863	-	4.594.863
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$)	-	13.264.607,17	-	13.264.607,17
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas (R\$)	-	11.340.447,85	-	11.340.447,85
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$)	-	5.214.647,48	-	5.214.647,48
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,0	4,2	4,8	15,0
Nº de membros remunerados	6,0	4,2	4,8	15,0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$)	-	1.462.038	-	1.462.038
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$)	-	12.445.547	-	12.445.547
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas (R\$)	-	8.176.766	-	8.176.766
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$)	-	12.445.547	-	12.445.547
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,8	3,0	4,8	13,60
Nº de membros remunerados	5,8	3,0	4,8	13,60
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$)	-	588.401	-	588.401
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$)	-	6.628.820	-	6.628.820
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas (R\$)	-	3.988.820	-	3.988.820
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-

13.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A Companhia não possuía, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, plano de remuneração baseado em ações para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

Para o exercício social de 2020, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 28 de dezembro de 2020, aprovou o Plano Outorga de Ações Restritas da Companhia (“Plano de Outorga” ou “Plano”).

a. Termos e condições gerais:

O Plano de Outorga será administrado pelo Conselho de Administração de acordo com seus termos e condições, observadas as restrições previstas em lei.

Sendo assim, o Conselho de Administração, por indicação do seu Presidente, terá poderes para eleger, a seu exclusivo critério, os respectivos Participantes do Plano, dentre os administradores da Companhia com dedicação exclusiva à Companhia e/ou às Subsidiárias que (i) estejam em processo de transição para ocupar cargo no Conselho de Administração; ou (ii) estejam em processo de desligamento –, ou seja, qualquer ato ou fato que ponha fim à relação jurídica do Participante ou demissão, renúncia ao cargo, destituição, substituição ou não reeleição como administrador sem vínculo de emprego e rescisão do contrato de prestação de serviços (“Desligamento”), desde que sem a violação a deveres e responsabilidades dos administradores previstos na legislação aplicável, no estatuto social da Companhia e no Plano (“Justa Causa”) e, a critério do Conselho de Administração, tenham completado satisfatoriamente seu ciclo de contribuição profissional na Companhia e/ou nas Subsidiárias (“Participantes”).

Caberá ao Conselho de Administração estabelecer o número de ações preferenciais de emissão da Companhia a serem objeto de outorga aos Participantes (“Ações Restritas”), sujeito aos limites e condições previstos no Plano de Outorga e em cada Contrato de Outorga de Ações Restritas a ser celebrado individualmente com cada Participante (“Contrato”).

O Plano de Outorga é criado como parte da estrutura de remuneração e como forma de incentivo ao incremento do desempenho e permanência na Companhia dos Participantes, bem como ao reconhecimento dos serviços prestados à Companhia pelos Participantes.

b. Principais objetivos do plano:

O Plano tem como principais objetivos: (i) estabelecer regras para que os Participantes possam receber Ações Restritas; (ii) aumentar o alinhamento a médio e longo prazo dos interesses dos Participantes com os interesses dos acionistas e da Companhia, ampliando o senso de propriedade, comprometimento e geração de valor dos Participantes por meio do conceito de investimento e risco, atrelando o recebimento de ações de emissão da Companhia ao efetivo e satisfatório exercício das funções na Companhia, bem como ao cumprimento de determinadas metas e sempre a exclusivo critério do Conselho de Administração; e (iii) fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade de longo prazo dos Participantes, dentro do contexto de uma companhia aberta.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos:

O Plano de Outorga é criado como parte da estrutura de remuneração e como forma de incentivo ao incremento do desempenho e permanência na Companhia dos Participantes, bem como ao reconhecimento dos serviços prestados à Companhia pelos Participantes.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor:

O Plano de Outorga visa a oferecer benefícios justos aos Participantes e que atendam aos interesses da Companhia.

O Plano tem por objetivo fortalecer a remuneração de longo prazo, oferecendo a possibilidade de retornos ainda mais atrativos, e, por outro lado, exige uma forte demonstração de comprometimento pelos Participantes na criação de valor para a Companhia e seus acionistas.

Além disso, o Plano de Outorga contribui com a estratégia de retenção dos administradores da Companhia e das demais sociedades controladas ou que venham a ser controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia, conforme critérios de elegibilidade a serem definidos pelo Conselho de Administração.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo:

Observadas as condições estabelecidas no Plano de Outorga, os Participantes poderão se tornar acionistas da Companhia, o que procura alinhar os interesses dos Participantes com os da Companhia, a curto, médio e longo prazos, na medida em que a potencial remuneração do Participante está atrelada aos resultados da Companhia.

Adicionalmente, um dos objetivos do Plano é fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade dos Participantes, por meio de uma remuneração atrativa a longo prazo, respeitadas a elegibilidade aplicável e as demais condições do Plano.

f. Número máximo de ações abrangidas:

Sujeito às condições previstas no Plano de Outorga e no respectivo Contrato com cada Participante, o número máximo de Ações Restritas, que poderá ser concedido de acordo com o Plano, estará limitado a 704.574 (setecentas e quatro mil quinhentas e setenta e quatro) Ações Restritas (“Número Máximo de Ações Restritas”).

g. Número máximo de opções a serem outorgadas:

Não aplicável, tendo em vista que não serão outorgadas opções de ações em decorrência do Plano.

h. Condições de aquisição de ações:

Sujeito à continuidade do vínculo estatutário do Participante com a Companhia durante todo o Período de Transição (conforme definido adiante), bem como o cumprimento pelo Participante de todos os termos e obrigações do Contrato, as Ações Restritas serão transferidas pela Companhia ao Participante, sem nenhum custo ao Participante, em até 30 (trinta) dias contados do término do referido Período de Transição, respeitadas as condições estabelecidas no Contrato e as disposições da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 567, de 17 de setembro de 2015 (“Instrução CVM 567”).

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

A outorga das Ações Restritas será realizada a título não oneroso aos Participantes, desde que observados os termos e condições do Plano de Outorga e dos respectivos Contratos.

Nesse contexto, o Plano não se trata de um plano de opção de compra de ações, nos termos do artigo 168, §3º, da Lei das Sociedade por Ações.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício:

A Companhia terá o prazo de até 30 (trinta) dias contados do término do período entre a data de assinatura do Contrato pelo Participante e a data em que o Participante efetivamente receba Ações Restritas nos termos deste Plano (“Período de Transição”), respeitadas as condições estabelecidas no Plano e no Contrato.

k. Forma de liquidação:

Com o propósito de satisfazer o recebimento das Ações Restritas nos termos do Plano, a Companhia, sujeita à lei e regulamentação aplicáveis, transferirá ações mantidas em tesouraria por meio de operação privada, nos termos da Instrução CVM 567.

Alternativamente, caso, a cada data de transferência das Ações Restritas, a Companhia não possua ações em tesouraria suficientes para satisfazer o recebimento das Ações Restritas pelos respectivos Participantes, a Companhia, conforme decisão do Conselho de Administração, poderá optar por diferir a entrega por até 30 (trinta) dias para adquirir as ações necessárias no mercado ou, ainda, adotar outras medidas substitutivas ou complementares.

l. Restrições à transferência das ações:

Exceto caso disposto de forma diversa no Contrato com cada Participante, o Participante somente poderá alienar, transferir, alugar, ceder, empenhar ou oferecer em garantia Ações Restritas de sua titularidade, conforme o cronograma abaixo:

Período	Ações Restritas Liberadas (%)	Ações Restritas Sujeitas ao <i>Lock-up</i> (%)
Entre a Data de Aquisição e a data correspondente ao 1º aniversário da Data de Aquisição	0	100
Após o 1º aniversário da Data de Aquisição	20	80
Após o 2º aniversário da Data de Aquisição	40	60
Após o 3º aniversário da Data de Aquisição	60	40
Após o 4º aniversário da Data de Aquisição	80	20
Após o 5º aniversário da Data de Aquisição	100	0

Na hipótese de qualquer evento que enseje uma alteração do atual controle societário da Companhia a título oneroso, as Ações Restritas adquiridas pelo Participante que eventualmente ainda estejam sujeitas ao período de *lock-up*, ficarão livres e desembaraçadas para venda.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

O Plano entrou em vigor na data de sua aprovação pelos acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 28 de janeiro de 2020, e permanecerá em vigor por prazo indeterminado, até que seja expressamente extinto por deliberação da Assembleia Geral de acionistas ou do Conselho de Administração, sendo certo que quando o Número Máximo de Ações Restritas seja alcançado (i.e. com a efetiva entrega da totalidade das Ações Restritas objeto do respectivo Contrato celebrado com cada Participante), não mais poderão haver outorgas nos termos do Plano.

Adicionalmente, o Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá suspender o Plano de Outorga ou rever suas condições, desde que não alterem os respectivos princípios básicos, especialmente quanto ao Número Máximo de Ações Restritas aprovados pela assembleia geral da Companhia.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

Observadas as demais cláusulas e condições deste Plano, nenhum Participante receberá Ações Restritas até que (i) o Participante tenha sido eleito para o Conselho de Administração e tenha renunciado ao seu cargo na Diretoria ou em órgão similar da Companhia ou, alternativamente, (ii) tenha cumprido as condições previamente fixadas e definidas nos respectivos Contratos, bem como tenha concluído seu processo de Desligamento, sem Justa Causa, ainda que não tenha sido eleito para o Conselho de Administração.

13.5 – Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

- a. Órgão:
- b. Número total de membros:
- c. Número de membros remunerados:
- d. Em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - i. data de outorga:
 - ii. quantidade de opções outorgadas:
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis:
 - iv. prazo máximo para exercício das opções:
 - v. prazo de restrição à transferência das ações:
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social:
 - perdidas durante o exercício social:
 - exercidas durante o exercício social:
 - expiradas durante o exercício social:
- e. Valor justo das opções na data de cada outorga:
- f. Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas:

A Companhia não possuía nos últimos 3 (três) exercícios sociais plano de remuneração baseado em ações para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

A tabela a seguir apresenta as informações quantitativas em relação ao Plano de Outorga para o exercício social corrente:

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2020)		
Plano de Outorga de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº de membros	7	4
Nº de membros remunerados	0	1
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das outorgas em aberto no início do exercício social	n/a	n/a
(b) Das outorgas perdidas durante o exercício social	n/a	n/a

(c) Das outorgas exercidas durante o exercício social	n/a	n/a
(d) Das outorgas expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
Diluição potencial no caso da transferência efetiva de todas as ações outorgadas	n/a	n/a

A tabela a seguir apresenta as informações quantitativas em relação à outorga prevista para o exercício social corrente:

Outorga prevista para o exercício social corrente (2020)		
Plano de Outorga de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de ações	n/a	704.574
Data da outorga	n/a	28/01/2020
Quantidade de ações outorgadas	n/a	704.574
Prazo para que as ações se tornem exercíveis	n/a	n/a
Prazo máximo para exercício das ações	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das ações na data da outorga	n/a	n/a
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	n/a	n/a

13.6 – Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

- a. **Órgão:**
- b. **Número de membros:**
- c. **Número de membros remunerados:**
- d. **Em relação às opções ainda não exercíveis:**
 - i. **quantidade:**
 - ii. **data em que se tornarão exercíveis:**
 - iii. **prazo máximo para exercício das opções:**
 - iv. **prazo de restrição à transferência das ações:**
 - v. **preço médio ponderado de exercício:**
 - vi. **valor justo das opções no último dia do exercício social:**
- e. **Em relação às opções exercíveis:**
 - i. **quantidade:**
 - ii. **prazo máximo para exercício das opções:**
 - iii. **prazo de restrição à transferência das ações:**
 - iv. **preço médio ponderado de exercício:**
 - v. **valor justo das opções no último dia do exercício social:**
 - vi. **valor justo do total das opções no último dia do exercício social:**

Não aplicável, tendo em vista que não havia qualquer opção em aberto ao final do último exercício social, tampouco houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia no final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

13.7 – Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

- a. **Órgão:**
- b. **Número de membros:**
- c. **Número de membros remunerados:**
- d. **Em relação às opções exercidas informar:**
 - i. **número de ações:**
 - ii. **preço médio ponderado de exercício:**
 - iii. **valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas:**
- e. **Em relação às ações entregues informar:**
 - i. **número de ações:**
 - ii. **preço médio ponderado de aquisição:**
 - iii. **valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas:**

Não aplicável, tendo em vista que não houve opção exercida ou ações entregues, relativas à remuneração em ações do Conselho de Administração e da Diretoria nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

13.8 – Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 – método de precificação do valor das ações e das opções

- a. Modelo de precificação:**
- b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:**
- c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:**
- d. Forma de determinação da volatilidade esperada:**
- e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:**

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

13.9 – Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Não havia ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelos controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum da Companhia, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal na data de encerramento do último exercício social.

A tabela abaixo apresenta os valores mobiliários emitidos pela Companhia e detidos por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal na data de encerramento do último exercício social:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019				
Valor Mobiliário	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Ações Ordinárias	4.524.990	0	46.610	4.571.600
Ações Preferenciais Classe A	492.771	0	0	492.771
Ações Preferenciais Classe B	13.892.290	0	20.001	13.912.291

13.10 – Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A tabela abaixo apresenta os planos de previdência em vigor para Diretores da Companhia:

2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	-	4	-
Nº de membros remunerados	-	4	-
Nome de plano	-	Carboprev	-
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	0	-
Condições para se aposentar antecipadamente	-	55 anos de idade e 3 anos de plano	-
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	-	12.350.150,59	-
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	-	539.530,26	-
Possibilidade e condições para resgate antecipado	-	O resgate só é possível quando o funcionário participante se desliga da empresa. Terá direito a resgatar suas contribuições e parte das contribuições da patrocinadora, seguindo uma tabela progressiva de acordo com o tempo de empresa.	-

13.11 – Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 - Previsto			
Valores anuais	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Conselho Fiscal ⁽²⁾
Nº total de membros	4,0	7,0	5,0
Nº de membros remunerados	4,0	7,0	5,0
Valor da maior remuneração (Reais)	9.004.630,10	5.414.951,14	151.448,66
Valor da menor remuneração (Reais)	3.133.162,20	613.653,42	151.448,66
Valor médio da remuneração (Reais)	16.031.702,78	1.271.145,84	151.704,61
Observação	-	-	-

⁽¹⁾ Caso (i) a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 30 de julho de 2020 aprove a alteração do Estatuto Social, passando para 7 (sete) o número máximo de membros do Conselho de Administração; e (ii) a AGO fixe em 7 (sete) o número de membros do Conselho de Administração.

⁽²⁾ Caso, na AGO, seja solicitada instalação de Conselho Fiscal.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019			
Valores anuais	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,0	6,0	5,0
Nº de membros remunerados	5,0	6,0	5,0
Valor da maior remuneração (Reais)	8.119.896,63	4.506.233,46	150.851,14
Valor da menor remuneração (Reais)	3.063.725,14	589.701,50	150.851,14
Valor médio da remuneração (Reais)	2.982.131,71	1.242.456,83	150.851,14
Observação	-	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018			
Valores anuais	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Nº total de membros	4,2	6,0	4,8
Nº de membros remunerados	4,2	6,0	4,8
Valor da maior remuneração (Reais)	7.265.415,21	2.596.786,76	132.000,05
Valor da menor remuneração (Reais)	4.785.242,75	480.000,00	132.000,05
Valor médio da remuneração (Reais)	5.378.817,49	976.797,79	132.566,59
Observação	-	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017			
Valores anuais	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Nº total de membros	3,0	5,8	4,8
Nº de membros remunerados	3,0	5,8	4,8
Valor da maior remuneração (Reais)	5.781.132,65	1.728.000,00	120.605,86
Valor da menor remuneração (Reais)	2.189.494,52	288.000,00	120.605,86
Valor médio da remuneração (Reais)	3.543.966,54	538.434,78	120.605,86
Observação	-	-	-

13.12 – Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, exceto, neste último caso, pelos benefícios relacionados aos planos de previdência em vigor, descritos no item 13.10 acima.

13.13 – Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

A tabela abaixo apresenta o percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores nos três últimos exercícios sociais:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2019	2018	2017
Conselho de Administração	59,8%	52,2%	9,3%
Diretoria Executiva	0,00%	0,00%	0,00%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%

13.14 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios.

13.15 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, visto que nenhuma remuneração de administradores ou membros do conselho fiscal da Companhia é reconhecida no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, das sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia.

13.16 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes sobre este item 13.